

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**A EDUCAÇÃO PARA A ORDEM E O PROGRESSO DO BRASIL:
O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO (1856-1888).**

CELINA MIDORI MURASSE

CAMPINAS

2001

i

**UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE**

00201425

UNICAMP

UNIDADE 100
N.º CHAMADA
T/CLINICAMP
M931e
V. _____
E. _____
TOMBO BC/ 47195
PROC. 16-837102
C D
PREC. R\$ 11,00
DATA 15-01-2002
N.º CPD _____

CM00162590-8

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**A EDUCAÇÃO PARA A ORDEM E O PROGRESSO DO BRASIL:
O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO (1856-1888).**

AUTORA: CELINA MIDORI MURASSE

ORIENTADOR: Prof. Dr. DERMEVAL SAVIANI

Este exemplar corresponde à redação final da Tese de Doutorado defendida por Celina Midori Murasse e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data 27/04/2001.

Assinatura: _____

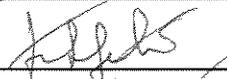

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:











**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Bibliotecário Rosemary Passos - CRB-8ª/5751**

M931e Murasse, Celina Midori.
A educação para a ordem e o progresso do Brasil : o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888) / Celina Midori Murasse. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Dermeval Saviani.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Liceu de Artes e Ofícios (Rio de Janeiro, RJ).
2. Ensino profissional. 3. Educação para o trabalho.
4. Industrialização. 5. Educação - Brasil - Séc XIX.
I. Saviani, Dermeval. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Aos meus pais Hiro e Mitue.

AGRADECIMENTOS

À Sociedade Propagadora das Belas-Artes e ao Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, especialmente a Miguel Castro Bastos, pela preciosa documentação doada para a realização desta pesquisa.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional por facilitar o acesso ao acervo de obras raras e agilizar os trabalhos de microfilmagem do material selecionado.

À Capes por viabilizar a formação acadêmica.

Ao corpo docente da Faculdade de Educação da Unicamp.

À comissão julgadora, composta pelos Profs. Drs. Celso João Ferretti, José Luís Sanfelice, Luiz Antônio Cunha, Olinda Maria Noronha, Maria Teresa Cartolano e João dos Reis Silva Júnior, por possibilitar uma profícua discussão acadêmica.

Ao orientador Prof. Dr. Dermeval Saviani pelo estímulo à minha autonomia intelectual.

Aos amigos que, com dedicação, paciência e bom humor, incentivaram e amenizaram o percurso solitário da investigação acadêmica: Ambrosio e Haydée Çar, Elsa Midori Shimazaki, Maria de Lourdes Longhini Trevisani, Marcília Rosa Periotto, Mika Yada, Sylvania Maria Gomes Faria e Zélia Leonel.

Dirijo os meus agradecimentos a todas as instituições e pessoas que contribuíram para a efetivação deste estudo, porém, elas estão isentas de toda e qualquer responsabilidade pelos erros que nele aparecerem. Estes são, exclusivamente, meus.

Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas.

Karl Marx

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O progresso da ordem e o ensino técnico.	15
CAPÍTULO II: O progresso do Brasil e o ensino técnico.	45
CAPÍTULO III: O ensino técnico no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: “forja de cidadãos”.	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	129
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	137
APÊNDICE	143
ANEXOS	149
Anexo 1 – Discurso recitado por Bethencourt da Silva perante os membros fundadores da SPBA-RJ e do LAO-RJ.	151
Anexo 2 – Discurso pronunciado por Bethencourt da Silva na segunda sessão preparatoria da SPBA-RJ.	165
Anexo 3 – Discurso recitado por Jacy Monteiro na sessão solemne da inauguração da SPBA.	171
Anexo 4 – Discursos recitados na sessão solemne da inauguração da SPBA-RJ.	177
Anexo 5 – A SPBA-RJ e seus fins.	183

LISTA DE SIGLAS

- LAO-RJ** — **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro**
SAIN — **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**
SPBA-RJ — **Sociedade Propagadora das Belas-Artes do Rio de Janeiro**

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

RESUMO

Os estudos sobre as instituições escolares restringem-se, em sua maioria, à investigação da documentação oficial existente. Este estudo, cujo objeto é o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, parte da premissa de que estes documentos expressam, outrossim, as lutas que os homens enfrentaram, na segunda metade do século XIX, para resolver as grandes questões da sociedade brasileira. Estas estavam vinculadas – se não determinadas – à reorganização internacional das relações capitalistas, sob o comando das nações européias, as quais colocavam em xeque a utilização do trabalho escravo para a produção de riqueza. A exigência de modernização nos métodos produtivos, a ser efetuado por meio do trabalho assalariado, fundamenta e delinea, portanto, toda a problemática da educação que deveria se adequar à nova ordem mundial. Assim, a existência e a trajetória do Liceu estão em consonância com essas necessidades, revelando, porém, que a necessidade presumida – de formação profissional para o trabalho nas indústrias – nem sempre corresponde à necessidade real das relações capitalistas vigentes.

ABSTRACT

The majority of studies on educational institutions are restricted to existing official documentation. The present study, whose object is the “Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro”, is based on the premise that these documents express, as well, the struggles faced by men, during the second half of the XIX century, in order to solve the great questions of Brazilian society. These were tied – if not determined – to the international reorganization of the capitalist relations, under the command of the European nations, which endangered the use of slave work for wealth production. The demand for modernization in the production methods, to be accomplished by means of work in exchange for a salary, substantiates and outlines, therefore, all the educational problematic which should, itself, adequate to the new world order. That being so, the existence and course of the “Liceu” are in consonance with the needs, revealing, however, that the presumed need – of professional formation for work at industries – does not always correspond to the real need of capitalist relations in effect.

INTRODUÇÃO

As instituições escolares são consideradas como objetos de estudo específicos da ciência da educação e as pesquisas, que as tomam como ponto de partida e de chegada de suas investigações, restringem-se, em geral, ao estudo da documentação oficial existente sobre as mesmas e, justamente por isso, pouco ou nada contribuem para a compreensão dos homens e das sociedades que as produziram. Todavia, a pesquisa educacional efetivamente compromissada em desvelar o destino das sociedades deve extrapolar a dinâmica interna dos estabelecimentos de ensino e considerar os homens enquanto seres que vivem em constante processo de transformação e que modificam o conjunto de suas instituições em resposta às contínuas mudanças desencadeadas no mundo que os cercam. Nesta perspectiva, o específico – neste caso a instituição escolar – é visto como uma forma de realização do geral e, justamente por isso, o específico não se explica por si mesmo; ele só se explica a partir do geral. Destarte, os estabelecimentos de ensino deixam de ser objetos de estudo exclusivos de uma ciência em particular e passam a ser considerados enquanto resultantes de necessidades historicamente determinadas pela ação de homens, isto é, como a “síntese de múltiplas determinações”¹, expressão cunhada por MARX.

Esta abordagem, que se fundamenta no método histórico, amplia, e muito, o âmbito da pesquisa sobre as instituições escolares, pois possibilita a utilização de fontes tais como obras gerais, históricas, sociológicas, filosóficas, econômicas, literárias, biográficas, publicações periódicas, além, evidentemente, das educacionais. São estas inúmeras fontes

¹ MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 218.

que fornecem os elementos que permitem ao pesquisador tecer as relações travadas pelos homens numa determinada época. Este encaminhamento metodológico assemelha-se ao indicado por VENÂNCIO FILHO, ao argumentar que a História da Educação se confunde com a nossa própria História:

As fontes para a história da educação do Brasil são múltiplas e diversas. Sobretudo, se a considerarmos não apenas em seu aspecto institucional de escolas e sistemas escolares, mas no outro, mais exato e mais geral, de transmissão do patrimônio cultural da espécie, desdobrado em hábitos, conhecimentos, sentimentos e ideais. Assim sendo, o campo de investigação se amplia e de certo modo tangencia, quando não corta, os demais em que se desenvolve a história de um povo.²

Em outras palavras, esse encaminhamento pressupõe que a história da educação não tem uma existência independente da história da própria sociedade. O nosso estudo sobre o LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO³, objeto desta pesquisa, parte da premissa acima citada, sem prescindir da documentação oficial⁴ que se encontra em seus arquivos e que contém os registros que comprovam a sua existência, pois a lacuna existente na historiografia da educação brasileira sobre esta que foi a primeira escola de ensino profissional noturna⁵ inaugurada no Brasil, não nos eximiu de empenhar todo o nosso esforço na busca e na catalogação dessas fontes que estão dispersas. Apesar das dificuldades em localizá-las nas principais bibliotecas e arquivos⁶ do país, o parco material encontrado é, na sua maioria, constituído de publicações laudatórias do próprio LAO-RJ, as quais não poderiam se apresentar de outra forma, posto que foram especialmente

² VENÂNCIO FILHO, F. Fontes para a história da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, pp. 369-374, 1945. p. 369.

³ De ora em diante será identificado pela sigla LAO-RJ.

⁴ O edifício do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi, em parte, destruído por um incêndio em 1893, no qual perdeu-se uma grande quantidade de documentos originais da instituição. Aqueles que já haviam sido reproduzidos e, portanto, eram de domínio público, ficaram dispersos em diferentes bibliotecas e arquivos do Brasil.

⁵ O LAO-RJ foi instituído em 23 de novembro de 1856 e inaugurado em 9 de janeiro de 1858. Era um estabelecimento de ensino público sustentado, a princípio, pela iniciativa privada.

⁶ Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Sociedade Propagadora das Belas-Artes, Arquivo Público Mineiro, Biblioteca do Senado, Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Fundação Casa de Rui Barbosa, Fundação Joaquim Nabuco, Biblioteca da Faculdade de Educação - Unicamp, Biblioteca da Faculdade de Educação - USP, Biblioteca Central - UEM, para citar os mais conhecidos, além de percorrer sebos e livrarias.

elaboradas e divulgadas pela SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO⁷ - a mantenedora do LICEU -, em datas comemorativas da instituição e que, de certa forma, justifica a ausência de estudos pelos historiadores da educação. Outros documentos mais significativos da vida da escola, como: regulamentos, regimentos, atas, relatórios, publicações oficiais, biografias dos fundadores, discursos de homens eminentes da época, não estão representados na sua totalidade, porém, neste aspecto, quando o pesquisador depara-se com a inexistência de outros documentos ou a impossibilidade de reuni-los todos, concordamos com MANACORDA (1995): aprecia-se o que se tem para poder encontrar o vestígio daquilo que não se pode ter.⁸

O estudo meticuloso da documentação oficial disponível do LAO-RJ para conhecê-lo em seus pormenores, acompanhando a sua trajetória desde a fundação e identificando os personagens que se evidenciaram na sua criação e manutenção, forneceu informações para formar a primeira impressão sobre o nosso objeto de pesquisa. E esta etapa é fundamental para que, posteriormente, a vida da realidade pesquisada esteja, de fato, representada no plano ideal.

A criação do LAO-RJ, segundo os documentos oficiais, fazia parte de um amplo projeto, encabeçado pelo arquiteto Francisco Joaquim BETHENCOURT DA SILVA, com o apoio da elite intelectual do Império, para transformar o Brasil numa nação civilizada. Esta instituição, organizada diante do atraso da indústria brasileira, propunha-se elevá-la ao mesmo patamar das nações mais civilizadas, através da educação do povo. A associação por ele fundada, para manter o LAO-RJ, era de cunho filantrópico e nem mesmo o professorado era remunerado.

Além da documentação oficial, os estudos biográficos tiveram especial importância neste estudo, posto que a vida da instituição estava de tal forma entrelaçada com a vida de seu fundador que tornou-se impossível tratar do LICEU sem mencionar BETHENCOURT DA SILVA ou vice-versa. Proceder de outra forma, seria arrancar dessa instituição a sua própria base de sustentação, pois ele fez da existência do LAO-RJ o seu

⁷ De ora em diante a Sociedade Propagadora das Belas-Artes será identificada pela sigla SPBA-RJ.

⁸ MANACORDA, Mario A. **História da educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 8.

projeto de vida e adequava o seu modo de viver às necessidades daquele estabelecimento de ensino. Acreditava que o mundo deveria, igualmente, gravitar em torno daquele empreendimento. E esta estreita relação entre o fundador e a instituição era considerada como natural por todos que o cercavam, pois, em todos os documentos selecionados (atas, relatórios, regimentos, regulamentos, discursos de homens eminentes da época), lá estava o seu protetor BETHENCOURT DA SILVA. Durante o período delimitado para esta pesquisa, qual seja de 1856 a 1888, ele esteve à frente de todas as realizações e reivindicações daquele educandário ao qual dedicou mais de meio século de sua vida.

No entanto, à medida que nos aprofundávamos na leitura de sua biografia, aquelas preocupações que, inicialmente, pareciam tão peculiares ao BETHENCOURT DA SILVA, foram se revelando comuns a muitos homens e seus incontáveis feitos, aparentemente extraordinários. Estavam em consonância com as circunstâncias da época. Este tratamento dispensado aos estudos biográficos aproxima-se da concepção de Antonio CANDIDO acerca dos registros do passado:

A certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, pois **o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos**, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época. Então, **registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar.** [grifos nossos]⁹

Queremos dizer com isso que as particularidades do indivíduo BETHENCOURT DA SILVA foram sucumbindo para dar lugar às questões sociais próprias àquele momento histórico, indicando que as semelhanças entre os homens eram mais significativas que as suas diferenças. Ao estudar a sua biografia, tínhamos, portanto, o intuito de nela encontrar os elementos que nos permitissem fazer a recomposição do contexto brasileiro em meados do século XIX, com as questões que os homens tiveram que resolver e das quais BETHENCOURT DA SILVA foi, de certa forma, porta-voz. Desse modo, deixaremos aos

⁹ CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.9.

biógrafos a tarefa de revelar outros dados preciosos de sua vida pessoal, além daqueles tão descritos com competência nos estudos biográficos já existentes, a partir dos quais fizemos uma seleção e elaboramos a breve síntese que se encontra no APÊNDICE. Foram os dados biográficos desse homem que nos levou aos seus autores prediletos – que aliás eram os preferidos de muitos de sua geração – dentre os quais encontrava-se o escocês Samuel SMILES, cujos escritos foram imprescindíveis para elucidar as causas da influência da primeira Exposição Universal da Indústria – realizada em 1851, em Londres – na criação do LAO-RJ. No discurso pronunciado em 23 de novembro de 1856, na organização da SPBA-RJ e do LAO-RJ, BETHENCOURT DA SILVA deu destaque àquele evento internacional para justificar a criação de tais instituições e foi convincente na sua argumentação, pois todos os noventa e nove convidados para aquela reunião apuseram suas assinaturas na ata de constituição daquela sociedade e do estabelecimento de ensino que ela se propunha manter. Esse apoio às idéias por ele apresentadas mostra que elas eram partilhadas por outros e alguns deles discursaram, entusiasmadamente, naquela ocasião, cujos discursos encontram-se nos ANEXOS. Inúmeros outros documentos do LAO-RJ e da SPBA-RJ faziam referências não só àquela mas também às Exposições posteriores, entretanto ainda não se podia aquilatar a abrangência e a importância de tais eventos para os países e para o próprio LAO-RJ.

A resposta para esta questão não foi, porém, encontrada nos documentos do LICEU. Foi preciso proceder à sua busca nos livros de economia e de história. Após sistematizar as informações coligidas, tornou-se possível descrever as tais Exposições, assim como contar a história do LAO-RJ, no entanto era ainda difícil explicitar a relação entre ambos, além daquela justificada pelos seus fundadores. O primeiro indício para o desvelamento da questão foi apontado por um estudo específico sobre as exposições mundiais, pois um dos capítulos trazia uma análise sobre o ensino técnico nos países europeus. Seguiram-se daí, novas leituras indicadas por aquele estudo e por outros que foram, posteriormente, localizados.

A partir dos dados inicialmente coligidos, este estudo pretendia realizar uma análise histórica do LAO-RJ partindo da suposição de que era uma instituição de ensino profissional que, tal como consta nos Estatutos da SPBA-RJ, visava propagar, entre todas

as classes – especialmente a classe trabalhadora –, os conhecimentos artísticos “não só como especialidade mas como aplicação necessária aos officios e indústrias, explicando os princípios científicos em que ellas se baseão”¹⁰ e que, portanto, tinha por objetivo formar o trabalhador para atender às necessidades da indústria brasileira em meados do século XIX. Para alcançar este objetivo, o curso profissional, ministrado no período noturno, propunha-se a aliar o ensino teórico ao prático, por meio da instalação de gabinetes, laboratórios e oficinas. É importante salientar, contudo, que o caminho percorrido durante a investigação científica nem sempre corresponde àquele definido a princípio, pois a pesquisa, no seu processo, pode apontar para direções inusitadas.

Explicar historicamente a existência do LAO-RJ implicava em efetuar a apreensão do movimento real e esta poderia ser alcançada ao se reconstituir o quadro geral da sociedade brasileira do século XIX, pois pressupomos que o ensino se estruturava a partir da organização do trabalho no Brasil que, por sua vez, processava-se em decorrência das necessidades de expansão internacional do capital. Neste sentido, entendemos que a própria criação e desenvolvimento do LAO-RJ estava vinculada à questão da transição do trabalho escravo para o livre. Por isto esta pesquisa estabeleceu como baliza temporal o período compreendido entre 1856 e 1888: a primeira data corresponde à efetiva criação tanto do LAO-RJ como da sua mantenedora, a SPBA-RJ¹¹, a segunda data, 1888, toma como referência a libertação legal dos escravos. Assim, dentro de um contexto mais amplo, essa demarcação abrange o período compreendido entre a supressão do tráfico negreiro, em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz, e a abolição legal da escravatura, em 1888, instituída pela Lei Áurea.

Para estabelecer estas relações entre o geral – a sociedade brasileira – e o específico – o LAO-RJ – e recompor a sociedade do século XIX, utilizamos - além das fontes documentais que representavam o pensamento oficial - os escritos de contemporâneos que trataram das questões político-econômico-sociais do período, obras

¹⁰ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos*. Rio de Janeiro.: J. Villeneuve, 1857. p. 3.

¹¹ A SPBA foi inaugurada em 20 de janeiro de 1857.

clássicas, estudos biográficos, relatos de viajantes, além de publicações de autores renomados da atualidade que, em seus estudos, apresentaram uma sistematização sobre a realidade mundial do século XIX bem como da realidade brasileira do referido período. Por outro lado, não descartamos os escritos de autoria menos célebre mas que, nem por isso, deixaram de expressar a vida dos homens da segunda metade do período oitocentista.

Deste modo, ao mesmo tempo em que se procedia ao estudo minucioso dos documentos oficiais e dos escritos relacionados ao LAO-RJ, buscou-se conhecer, pelo menos no seu aspecto mais geral, a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX, na qual estava inserido o LICEU. Ao efetuar a leitura de escritos da época, verificou-se que grande parte deles trazia indicações, mais ou menos extensas, a respeito daquelas Exposições Universais, revelando, deste modo, a amplitude da sua influência na vida dos homens daquele período. Contudo, foi um livro de auto-ajuda, escrito por Samuel SMILES¹² com o título de “Ajuda-te...”, que teve importante contribuição para a finalização do presente estudo. Tratava-se de um manual de comportamento humano, recheado de “bons exemplos” e que revelava como deveria ser o novo homem. Este livro, traduzido em quase todas as línguas européias e publicado na Europa, na Ásia e nas Américas, revelou que a ascendência daqueles certames internacionais era muito profunda, além de ampla, pois estava atuando na elaboração do pensamento humano adequado à nova ordem, ou seja, na formação do novo ideário burguês. Estava ali a explicação para a influência das Exposições no pensamento dos fundadores do LICEU. Destarte, o processo de arredondamento do mundo burguês estava se efetivando.

Na verdade, toda essa documentação consultada se tornou indispensável não só para reconstituir a singularidade da trajetória do LAO-RJ, mas, sobretudo, porque ela também expressa, implícita ou explicitamente, as lutas que os homens enfrentaram, em meados do século XIX, para resolver as grandes questões da sociedade brasileira, abalada nos seus alicerces pela primeira grande crise de superprodução capitalista. Esta crise, gerada nas metrópoles européias, estabeleceu a necessidade histórica de reordenamento

¹² A primeira edição de “Ajuda-te...”, publicada em Londres, data de 1859. No Brasil, veio a lume, em 1870, com o título de “O poder da vontade ou caracter, comportamento e perseverança”. Posteriormente, foi editado com o título original.

internacional das relações capitalistas e comandou a ampliação do mercado mundial, visando, principalmente, as antigas colônias, para drenar seu excedente de riqueza (capital e trabalho).

Esta reorganização, sob o comando da Inglaterra, tinha por objetivo instaurar a retomada do desenvolvimento do modo de produção burguês. Para isso fez-se necessário traçar diretrizes, tanto para conduzir o progresso científico e técnico quanto para encaminhar o progresso moral. O primeiro teve, na industrialização, o seu ponto nevrálgico; o segundo, na educação pública, com especial atenção para o ensino técnico. Esse processo teve nas Exposições Universais - as chamadas “vitrines do progresso”, eventos periódicos para os quais eram convocados todos os países do mundo para se submeter a uma avaliação de seu nível de desenvolvimento - “um novo ponto de partida, desde o qual todos os povos possam orientar seus mais remotos esforços”¹³, conforme pronunciamento, em 1849, do Príncipe consorte ALBERTO, durante os preparativos do primeiro evento, ocorrido em Londres, em 1851. Naquela memorável data, “pela primeira vez os grandes industriaes e os grandes productores reuniram-se em um grande prelio, verificando *de visu* os processos da industria mundial” [grifo do autor]¹⁴.

Neste sentido, a Exposição Universal de 1851 foi bastante significativa para a sociedade burguesa, porque ali ela encerrava a sua etapa de gênese e consolidação de suas relações e dava início ao processo de reordenamento dessas mesmas relações, desencadeado que foi pelas crises cíclicas. Por conseguinte, as Exposições Mundiais constituíram-se num eficiente mecanismo para coordenar essa reorganização, posto que, periodicamente, elas submetiam os países a uma avaliação quanto ao seu progresso material e moral. E aqueles mais aplicados no cumprimento das diretrizes por elas estabelecidas eram recompensados com prêmios e medalhas de mérito. Desta forma, foi possível garantir um mínimo de homogeneidade para o sucesso do amplo empreendimento.

¹³ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, [19—]. p. 92

¹⁴ EXPOSIÇÕES. **O Brazil Artístico**, Rio de Janeiro, t. 1, p. 291-300, 1º trim. 1911. p. 291.

Modernizar e civilizar constituíram-se na dupla tarefa da burguesia no aprimoramento, ou ainda, na retomada do desenvolvimento da ordem capitalista e estes aspectos evidenciavam-se, mais e mais nas Exposições Mundiais que se seguiriam à primeira. Percebe-se que os governos dos países que delas participavam, mostravam-se todos eufóricos a cada novo encontro e dispostos a seguir o exemplo de seus vizinhos mais prósperos. Assim, se por um lado, nem todos conseguiam alcançar o tão almejado desenvolvimento material, por lhe faltarem as condições básicas para tal, por outro lado, o desenvolvimento político e moral era acessível a todos que desejassem efetivá-lo, porque não dependia de condições econômicas. Aliás, o caráter era uma propriedade que qualquer homem poderia conquistar, mesmo aquele que não tivesse um vintém. Deste modo, uma época que tinha por lema a liberdade e a igualdade, que havia banido o senhor de escravos – e junto com ele, o feitor com o seu chicote – tinha a necessidade de criar um censor interno em cada homem, que o fizesse cumprir todos os seus deveres para com a sociedade.

Esta conjuntura impulsionou a discussão sobre a necessidade da educação pública, primordialmente da modalidade técnica, porque esta seria especialmente destinada à classe trabalhadora. E se, a princípio, o ensino técnico propunha-se a formar tanto o homem esclarecido (instruído pelo estudo) como o homem moral (moralizado pelo trabalho), verifica-se, na prática, que a educação (que se aplica às faculdades afetivas) se sobrepôs à instrução (que se aplica às faculdades intelectuais). Essa sobreposição ocorria à medida que a classe proletária se organizava e a interferência do Estado na educação foi aumentando até assumi-la como responsabilidade sua e instituir o ensino primário obrigatório. A educação popular era necessária pois, para manter a ordem social. Estes novos princípios deveriam ser amplamente divulgados e o foram, inicialmente através das exposições universais e, posteriormente, também por meio de congressos específicos de educação.

É importante salientar que a Exposição de Londres, de 1851, deu início a algumas reformas nos sistemas escolares dos países que dela participaram, visto que acreditava-se, então, que da organização daqueles dependeria o seu progresso material. Diante dessas circunstâncias, a sociedade brasileira não poderia mostrar-se indiferente e esforçava-se para, igualmente, disputar um lugar junto às nações tidas como civilizadas. A sua participação nas Exposições Universais da Indústria teve início apenas em 1855 – um

diamante representou o país naquele evento, lamenta MONTEIRO¹⁵ – todavia o seu destino já estava fortemente atrelado ao da Inglaterra, a líder da revolução industrial, desde a transferência da família real portuguesa, em 1808, sob a escolta da esquadra inglesa. A partir de então, os ingleses passaram a interferir na vida da sociedade brasileira. Entretanto, o processo de reordenamento, desencadeado na Europa em meados do século XIX, atingiu diretamente a base da nossa organização social porque colocou em xeque a utilização do trabalho escravo quando ele era ainda o sustentáculo da produção de riqueza. Exigiu-se então a transformação do escravo em trabalhador livre, isto é, “o meio de produção em assalariado (...) a mão de obra em força de trabalho”¹⁶, a verdadeira mercadoria humana. A abolição era necessária, também, para absorver, pelo menos em parte, o crescente excedente de trabalho – os braços livres – que já havia se produzido na Europa, especialmente na nação inglesa, e que, na segunda metade do século XIX, provocou o maior movimento emigratório, de todos os tempos, de que se tem notícia. Essa emigração moderna, de cunho espontâneo e premida pela miséria, era fruto da maturidade da Revolução Industrial na Inglaterra que havia produzido, por outro lado, os navios a vapor, as ferrovias, a maquinaria industrial e, principalmente, os capitais disponíveis para investir no estrangeiro. O Brasil, bem como os demais países, deveriam absorver todos esses excedentes.

Assim, acontecimentos como a industrialização, o fim da escravidão e das monarquias, o fenômeno da emigração, o advento das Repúblicas, da escolarização para todos, do voto universal e outros, foram fenômenos mais ou menos concomitantes que ficarão inscritos na história da humanidade na passagem do século XIX para o XX. Apreciados sob um ponto de vista mais geral, esses fatos são indicativos da ruptura ocorrida no processo histórico da sociedade burguesa.

¹⁵ MONTEIRO, Jacy. Discurso recitado na sessão solenne de inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), 1º trim. 1911, p. 74. O autor pergunta qual a importância do diamante para a civilização ou o adiantamento de um país, pois, embora seja um belo achado, era apenas um fruto do acaso.

¹⁶ IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, s.d. t. II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. p. 304.

Esta ruptura ou inflexão, originada no processo do trabalho, manifestou-se, igualmente, no plano das idéias. Escola para todos, reorganização dos sistemas nacionais de ensino, criação dos Liceus provinciais, do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, enfim, a crença na educação como alavanca do desenvolvimento¹⁷, são fenômenos interligados e historicamente determinados pelo espírito de ordem da época. Assim, se na gênese e consolidação do modo de produção capitalista a desordem foi a forma de luta da classe burguesa no combate à feudalidade e, portanto, ela era sinônimo de progresso da ordem que se instalava, deixou de sê-lo no processo de reordenamento do mundo burguês, quando a ordem tornou-se pré-requisito para o progresso. Daí o lema ORDEM E PROGRESSO, instituído no século XIX. A classe burguesa, desde então, de revolucionária transformou-se em contra-revolucionária, combatendo a luta da moderna classe operária.

Deste modo, a exigência de modernização nos métodos produtivos, a ser efetuada por meio da substituição do trabalho escravo pelo assalariado, do emprego paulatino da maquinaria, do investimento de capitais europeus no Brasil, fundamenta e delinea, portanto, toda a problemática da educação que deveria se adequar à nova ordem mundial. Evidentemente, a trajetória do LAO-RJ também foi marcada por todas essas lutas humanas que caracterizaram aquela época, posto que respondiam às necessidades de então.

O LAO-RJ foi instituído no interior desse processo que começa com a necessidade de transformação (supressão do trabalho escravo) e termina com a realidade transformada (estabelecimento do trabalho livre), no qual o que fazer era tão certo como incerto era como fazer. Uma característica dessa época é a quase unânime aceitação pelos homens em criar o trabalho livre pela abolição da escravatura, porém não conseguiam chegar a um consenso quanto à forma de encaminhamento para sua consolidação. A disseminação tinha por base questões como estas: educar o escravo para ser livre antes ou depois de libertá-lo? Libertá-los de uma só vez ou proceder gradualmente? Utilizá-lo no trabalho assalariado ou incentivar a imigração de mão de obra treinada? Abrir a imigração ou educar o trabalhador nacional? Imigrar a mão-de-obra européia ou o trabalhador asiático?

¹⁷ A concepção da educação enquanto alavanca do progresso material percorreu todos os continentes, pois fazia parte do ideário burguês do século XIX e era a garantia de que o movimento de

Nesses processos de transformação de toda uma sociedade, é comum que ela se organize tendo em vista seu futuro projetado nas nações que estão na dianteira do processo histórico e esta situação possibilita o aparecimento de projetos bem intencionados, mas que se revelarão, por vezes, utópicos por ainda faltar-lhes a materialidade necessária para a sua plena concretização. BETHENCOURT DA SILVA era um homem que estava sintonizado com o que se passava à sua volta, principalmente com os últimos e mais importantes acontecimentos nos quais estavam envolvidos os países mais desenvolvidos da Europa. Ele almejava para a sociedade brasileira o desenvolvimento material alcançado por aquelas nações e que elas ostentaram à porfia naquele primeiro encontro. Imbuídos do espírito da época, BETHENCOURT DA SILVA e os demais fundadores do LAO-RJ acreditavam que as Exposições Internacionais seriam capazes de desencadear, sem a necessidade de leis ou de guerras mortíferas, mudanças profundas nas nações que delas participavam. Se o Brasil pretendia igualmente ingressar no restrito círculo das nações civilizadas era primordial, para realizar este feito, desenvolver, ou antes, criar a indústria nacional para que nossos produtos pudessem concorrer com aqueles por elas produzidos. A prosperidade das manufaturas e o bem-estar individual, que se verificavam em vários países da Europa, eram creditados, em grande parte, à instrução popular do desenho, cujo ensino ocupava, em geral, a quarta parte de toda a educação que recebiam os mesteiros ou homens de ofício, visto que, segundo se acreditava, além de conduzir ao aperfeiçoamento pessoal, tinha também utilidade prática. Assim, esse grupo de homens antecipou-se às medidas governamentais e instituiu o ensino profissional no Brasil, criando o LAO-RJ.

Os seus fundadores, atendendo, de certa forma, aos ditames da reforma a que era submetida a sociedade brasileira – segundo as diretrizes internacionais – introduziram um rígido sistema disciplinar na organização do LICEU, que se mostrava compatível com as medidas adotadas pelo Governo brasileiro já em 1850, como a supressão do tráfico, a Lei de Terras e a reestruturação da Guarda Nacional, todas com o firme propósito de manter a ordem e preparar o país para o fim do trabalho escravo. Portanto o LAO-RJ compartilhava da missão de preparar o espírito dos homens para efetivar a transição do trabalho escravo

para o livre. Daí o seu mote de reabilitar o homem pelo trabalho – livre, obviamente –, pois este, por mais simples que fosse, era nobre, era valioso.

Para efetuar este estudo sobre o LICEU sob o ponto de vista de que ele é uma “síntese de múltiplas determinações” estruturamos este estudo em três capítulos.

No primeiro capítulo, que tem por título **“O progresso da ordem e o ensino técnico”**, demonstramos que no processo de reordenamento internacional das relações burguesas, decretada pela Inglaterra e coadjuvada pelas principais nações européias, a organização do ensino técnico revelou não ser a garantia para atingir a liderança no progresso científico e técnico, pois a nação inglesa, para a qual o ensino técnico não estava entre as suas prioridades, liderava o progresso material, enquanto a França, que havia desenvolvido um sistema educacional complexo, era líder do progresso político e moral, embora tenha ficado em desvantagem quanto ao progresso econômico. Todavia, a concepção da educação enquanto alavanca do progresso material disseminava-se por todos os continentes, conferindo uma certa sincronia ao movimento de reorganização.

No segundo capítulo, que se intitula **“O progresso do Brasil e o ensino técnico”**, apresentamos o contexto da sociedade brasileira em meados do século XIX, indicando o estado do seu desenvolvimento material diante da realidade mundial do período em questão e apontando de que forma a reorganização internacional das relações capitalistas atingiu o Brasil. Em termos gerais, a necessidade de promover uma mudança na forma de organização do trabalho no Brasil, com a instituição do trabalho assalariado livre, significava igualar-se às sociedades mais civilizadas, mais ricas e mais prósperas do mundo – porque era sob esta forma que elas produziam a riqueza e o progresso – mas, ao mesmo tempo, significava reorganizar toda a sociedade, de alto a baixo. Embora fossem poucas as realizações no campo educacional e menos ainda na formação técnica, o ideário da educação enquanto motor do desenvolvimento material estava presente na sociedade brasileira.

Por fim, no terceiro capítulo, denominado **“O ensino técnico no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: ‘forja de cidadãos’ ”**, demonstramos, que no transcorrer da segunda metade do século XIX, aquele instituto, que os fundadores julgavam

imprescindível para alavancar o desenvolvimento material da sociedade brasileira, enfrentou grandes dificuldades para se manter, revelando assim que ele representava mais uma necessidade presumida dos seus instituidores, principalmente do Comendador BETHENCOURT DA SILVA, do que uma necessidade concreta da época, que exigia transformações mais amplas e estruturais na organização social, anteriores ao estabelecimento das condições materiais que possibilitam a formação da consciência social pela escolarização e pela sua consolidação. A transformação na forma de organização do trabalho no Brasil, que se processava premida pelas necessidades de expansão internacional do capital, fez com que a formação do cidadão, moralizado pelo trabalho, se sobrepusesse à formação do homem esclarecido, instruído pelo estudo. Deste modo, o LAO-RJ transformou-se num educandário que primava pela moralização de seus alunos, pois não possuía – e nem mesmo tinha os recursos para criar – as oficinas necessárias para ministrar o ensino técnico.

Diante dessa conjuntura, o conteúdo da documentação oficial, dos ricos relatos de BETHENCOURT DA SILVA sobre a sua luta contínua, as dificuldades por ele enfrentadas para manter o educandário de pé e, até mesmo, as suas constantes queixas sobre o estado de abandono em que se encontrava o estabelecimento com os sócios debandando e as verbas minguando dia-a-dia, podem ser interpretados sob um novo prisma.

As respostas para as questões que este trabalho suscitou foram construídas, paulatinamente, ao longo do processo de pesquisa. Ao finalizá-la, não se pretende ter respondido plenamente a todas as indagações, até porque acredita-se que o trabalho do pesquisador não se encerra com o fim de um estudo, ao contrário, este suscitará novas questões para, assim, dar início a uma nova investigação.

Cabe ressaltar, nesta finalização, que o resultado da presente pesquisa não se constitui numa crítica nem ao fundador do LAO-RJ e nem à sua obra, mas à interpretação que a historiografia faz do passado de lutas sem levar em consideração as circunstâncias que as engendraram e, justamente por isso, sem aprender suas mais caras lições.

CAPÍTULO I

O PROGRESSO DA ORDEM E O ENSINO TÉCNICO

A educação verdadeiramente importante, verdadeiramente essencial, é a que recebemos em nossos lares, na cidade, nos campos, nas oficinas, nas repartições publicas, nos armazens, nos bancos, nas fabricas, e em todos os centros de trabalho onde se agita o formigueiro humano. Esta ultima educação que a sociedade dá aos seus membros e que consiste em exemplos de acção, de procedimento, de esforço espontaneo, de aperfeiçoamento e de vigilancia de cada um sobre suas proprias acções, em uma palavra, em tudo quanto tende a **disciplinar** as mais altas faculdades do homem e a **tornal-o apto para o desempenho dos deveres e para o trato dos negocios da vida**, é o que Schiller chamava a **educação do genero humano. Ora, esta educação não é bebida nos livros, e não ha instrucção alguma puramente litteraria que nol-a possa dar.** [grifos nossos]

Samuel Smiles [18—]

O princípio de que a vida educa o homem caracterizou a prática dos ingleses no transcorrer do século XIX e esta questão estava presente, evidentemente, na construção da moral burguesa no período oitocentista. Para ilustrar o processo de edificação dessa moral, iniciaremos com uma breve exposição sobre a problemática da escravização colonial, onde este princípio inglês manifestou-se explicitamente, visto que, para incutir essa nova moral, os ingleses, em nome de “interesses puramente humanitários” – a forma predileta com que justificavam os atos mais desumanos -, utilizavam-se, se necessário, da violência escancarada.

A colonização do novo mundo pelas metrópoles européias efetuou-se no processo de gênese e expansão das relações capitalistas que, no velho mundo, tinham que combater a feudalidade. Independentemente da localização geográfica dessas colônias, os mais violentos métodos foram amplamente empregados, sem nenhum pudor, por aquelas

metrópoles, para nelas instalar as relações burguesas e obter a produção de riquezas. Esses métodos - que faziam parte do sistema colonial - criavam as condições artificiais para a instalação dessas relações nas sociedades coloniais. Nas colônias, onde não havia a velha ordem para ser destruída, o modo de produção capitalista não percorria as mesmas etapas verificadas na Europa, estabelecendo regras específicas, e edificou ali um mundo burguês peculiar. Se no continente europeu a acumulação de riqueza estava assentada no trabalho livre, nas colônias era produzida pelo trabalho escravo. Porém, esta escravidão não tinha nenhuma relação com aquela da Antiguidade, pois esta, afirmam FIGUEIRA e MENDES, era “a forma de ser colonial do modo de produção capitalista”¹.

No entanto, se esta forma de produção assentada no trabalho escravo, irrestritamente difundida nas colônias britânicas, francesas, espanholas, portuguesas e holandesas - cujo tráfico internacional possibilitou a acumulação de grandes fortunas - atravessou três séculos incólume, o século XIX caracterizou-se por arremessar esta prática na ilegalidade, convertendo-a em imoral. Porém, essa repentina mudança na conduta dos homens tinha uma explicação que se pautava num instrumento legal: “A 25 de março de 1807, (...), após uma luta demorada e acirrada, dentro e fora do Parlamento, foi declarado ilegal, para os súditos britânicos (e a essa altura, durante as guerras napoleônicas, pelo menos metade desse tráfico estava em mãos britânicas), traficar com escravos a partir de 1.º de maio de 1808.”²

É preciso salientar, porém, que este decreto revelava somente que a escravidão, - enquanto a forma de ser do trabalho nas colônias - não era mais necessária porque o desenvolvimento crescente das forças produtivas sociais estava produzindo, pelo menos na Inglaterra, o excedente de trabalhadores livres aliados do processo produtivo. Foi isto, acreditamos, que criou as bases para o início do processo emigratório de âmbito

¹ FIGUEIRA, Pedro. , MENDES, Claudinei. Estudo preliminar: o escravismo colonial. In: BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 16.

² BETHEL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976. p. 7.

internacional³, do qual a nação inglesa foi a precursora e que alcançou tal proporção, na segunda metade do século XIX, que tornou aquele período conhecido como a “era da emigração”⁴.

Todavia, naquele momento, a súbita extinção do comércio de escravos atingiu, em cheio, os plantadores de açúcar das Antilhas Britânicas, para os quais o tráfico negreiro era, até então, vital para a obtenção de mão-de-obra barata. Era preciso, portanto, colocar todos os seus concorrentes no mesmo patamar, dando início, assim, a uma campanha internacional, encabeçada pela Inglaterra que se transformou na guardiã da moral, para persuadir as demais nações a seguirem o seu exemplo. Para conseguir o seu intento de suprimir o tráfico transatlântico, ela utilizaria todos os meios disponíveis, inclusive a truculência de sua poderosa esquadra com a qual já havia consolidado o título de “rainha dos mares”. Evidentemente, todos os seus atos eram justificados por propaladas razões exclusivamente humanitárias. Porém, nem todos os homens se deixavam convencer pelos britânicos e denunciavam os seus verdadeiros motivos. Um deles é o CONDE DE SUZANNET – nobre francês que percorreu as províncias do Império brasileiro entre 1842 e 1843 – que estava convencido de que a preocupação inglesa com a emancipação dos escravos não era nem moral nem religiosa e que essa cruzada filantrópica tinha uma origem muito diferente. Ele revela que as práticas dos ingleses nem sempre correspondiam às idéias que eles defendiam, fato que pode ser observado nesta passagem, onde o Conde

³ EÇA DE QUEIROZ, José Maria. **A emigração como força civilizadora.** (Relatório sobre a emigração - 1874). Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979. Esta emigração – de caráter universal, espontânea e livre – era, segundo QUEIROZ, exclusiva do século XIX e revelou ser, no transcorrer do mesmo “um dos factos mais poderosos da moderna actividade economica, e uma das forças da civilização contemporânea”.

⁴ Ver: HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 207-209. Segundo o autor, para se ter uma idéia da importância deste deslocamento populacional, basta comparar a distribuição populacional nos albores dos séculos XIX e XX. No início do século XIX, dois terços da humanidade, ou seja, cerca de 500 milhões de indivíduos, habitava o continente asiático; aproximadamente 200 milhões viviam na Europa e, as Américas contavam 30 milhões de habitantes. Porém, em 1900, verificou-se uma alteração na distribuição da população humana sobre o globo terrestre: os asiáticos eram, aproximadamente, 720 milhões; os europeus, 430 milhões e, nas Américas viviam 160 milhões de pessoas, das quais metade encontrava-se na América do Norte. HOBBSBAWN aponta a emigração em massa, que teve início em meados do século XIX, como a responsável por essa mudança drástica na distribuição mundial da população humana no decorrer de um século. Ver também MURASSE, Celina M. **O processo migratório no século XX: duplo caráter da imigração japonesa no Brasil.** 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. cap. 3.

dirigia a sua crítica aos britânicos que residiam no Rio de Janeiro, em meados do século XIX: “...há uma contradição flagrante entre o procedimento dos ingleses de comprarem escravos durante a sua estada no Imperio e venderem-nos ao partirem. O Ministro da Inglaterra no Rio de Janeiro é servido unicamente por escravos. Ser-lhe-ia fácil cercar-se de homens livres, mas o seu serviço sairia mais caro, e **a filantropia pára onde começa o interesse.**”⁵ [grifos nossos]

Expressões como “excitação do interesse”⁶, “ambição mercantil”⁷ mostram que os interesses das relações capitalistas se sobrepunham aos interesses filantrópicos, pois daqueles dependia a garantia de continuidade do desenvolvimento material da Europa. Assim, a campanha abolicionista empreendida pelo país inglês por todo o continente europeu, em meados do século XIX, deixava de ter um caráter humanitário porque ela ia ao encontro de interesses materiais dos países ocidentais: “A libertação dos escravos na America, em nome da civilização universal, acoberta o plano de augmentar no novo mundo o numero de consumidores, para as industrias crescentes. (...) A liberdade, a civilização, as leis da humanidade são medidas elasticas, cuja extensão depende das conveniencias do capital.”⁸

Este aspecto pode ser nitidamente verificado, igualmente, quando da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, sob a escolta da esquadra britânica. Todos os acordos assinados entre Portugal e a Inglaterra traziam, entre as suas cláusulas, o compromisso do governo português em proceder à abolição dos escravos na sua colônia. Esta questão será melhor desenvolvida no segundo capítulo, ao abordarmos as condições da sociedade brasileira no século XIX.

⁵ SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957. p. 196.

⁶ EÇA DE QUEIROZ, José Maria **A emigração como força civilizadora**. (Relatório sobre a emigração - 1874). Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979. p. 128

⁷ QUEIROZ, Polycarpo T. A. **A transformação do trabalho**. Campinas: Livro Azul, 1888. p. 127.

⁸ Ibid p. 129.

Esta conduta da Europa de, em nome do progresso, ditar reformas na América repetiu-se, posteriormente, quando ela se opôs, com veemência, à emigração chinesa para o continente americano. Fica evidente, neste caso, que o progresso material referia-se, apenas, ao dos estados europeus, em especial ao da nação inglesa:

Tendo o interesse como movel exclusivo, e o calculo frio como meio, os inglezes procedem fora do seu paiz, sempre de accôrdo com a ideia do lucro que os domina.

O Chinez é vicioso, é prejudicial ao progresso moral dos paizes que desejam prosperar, é barato de mais para a lavoura e para as industrias, e por isso os Chinezes não convém para a Europa, que deseja ver na America elevar-se o consumo para os generos que ella produz.

O Chinez convem, entretanto, perfeitamente aos interesses inglezes e hollandezes nas colonias onde a grande lavoura não poderia ser arroteada com trabalhadores do Occidente. [grifos nossos]⁹

Esse comportamento dos ingleses era perfeitamente coerente com os interesses capitalistas das metrópoles, que desejavam das suas possessões a produção barata. Porém, estes produtos precisavam, de igual modo, encontrar consumidores — e, se necessário, forjá-los — nos países estrangeiros, que incluíam todos os Estados das Américas.

É por isso que nas colonias exploradas por Hollandezes e Inglezes, onde alias geralmente os braços abundam, procuram os Europeus introduzir o Chinez, como productor mais economico, e encher-se de fingidos temores pela nossa civilização futura, quando ousamos encaminhal-os para a America. (...) **Emquanto a imprensa da Europa e dos inglezes na America, fazem a fria e egoistica propaganda anti-chineza, a Inglaterra e a Hollanda enriquecem, explorando os braços adestrados dos Orientaes, por todos os meios e modos.** [grifos nossos]¹⁰

Desta forma, para assegurar a sua posição privilegiada, a Europa precisava opor-se e, se necessário, estancar o progresso material das Américas, utilizando-se de todos os recursos disponíveis. Por isso, era fundamental interferir na utilização do trabalho escravo e na emigração para as Américas, seja de asiáticos, seja de europeus. A Inglaterra soube disso muito antes de qualquer outra nação européia: “Para a conservação deste estado de cousas convem (...) que se mantenha, apenas regularmente, a emigração dos Europeus para

⁹ Ibid , p. 128.

¹⁰ Ibid. p. 130-131

a America; pois que a Europa conserva e desenvolve nas colonias os habitos de conforto e luxo, que augmentam dia a dia e consideravelmente as necessidades de importação, — o que é tudo para o commercio britannico.”¹¹

A amplitude e a influência desse comércio, em meados do século XIX, foi apreendida pelo CONDE DE SUZANNET, que assim traduziu, com fidelidade, o espírito da época que estava impregnado no comportamento dos homens: “o comércio com a Europa trará consigo não somente a **prosperidade material**, mas também servirá à causa da **ordem**, facilitará a **reforma dos costumes** e trará para o caminho da **civilização** um povo desgarrado e que dela se afasta cada vez mais”¹² [grifos nossos]

É este mesmo espírito que estava presente na organização das exposições universais da indústria, convocada, pela primeira vez, pelos ingleses em 1851. Era o mecanismo através do qual os países, que estavam na direção do modo de produção capitalista, divulgariam todas as suas conquistas, na área do progresso técnico, do mundo burguês e se apresentariam como exemplos a serem imitados pelos demais. Mas, estas exposições não foram movidas pelo altruísmo dos países mais adiantados desejosos de compartilhar as suas conquistas. Mais uma vez, estavam em jogo, os interesses das relações burguesas que se encontravam sob a ameaça de um colapso. Esta era, conforme PAULO NETTO, a situação do país hegemônico na década de 1840:

...a Inglaterra produzia mais da metade do ferro de todo o mundo (e o seu consumo por habitante excedia em 2 vezes o da Bélgica - o país mais industrializado da época -, 3 vezes o dos Estados Unidos, 4 vezes o da França). As suas máquinas a vapor tinham uma potência superior a 1.000.000 de HP. Os seus 17.000.000 de fusos mecânicos tratavam uma quantidade de algodão 2 vezes maior que a consumida nos Estados Unidos, 4 vezes maior que a elaborada na França. Apenas a sua indústria têxtil absorvia um capital de 50.000.000 de libras. O valor de suas mercadorias exportadas anualmente era de 170.000.000 de libras. Os seus gastos governamentais já eram, pelo menos, 4 vezes maiores que os da extensa e poderosa Rússia dos czares. Os excedentes dos seus capitais eram tão fabulosos que lhe permitiam investir no exterior entre 200 e 300.000.000 de

¹¹ Ibid. p. 168.

¹² SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957. p. 249.

libras. E tudo isto tinha uma história - história muito recente: cumprira-se no decurso de umas poucas décadas, entre 1780 e 1840...¹³

Ao mesmo tempo que esses números revelavam a imensa riqueza acumulada pelo Estado inglês naquele período, indicavam, outrossim, que ele estava às portas de uma crise gerada pela própria superabundância, pois “o rápido e gigantesco desenvolvimento da indústria tinha ultrapassado muito a extensão dos mercados externos e o crescimento da procura”.¹⁴ Aparentemente, esta crise só poderia ser superada por meio da violência. Mas, os países capitalistas encontraram uma outra saída: ampliar o mercado mundial. Até então, o mercado mundial – criado pela grande indústria com o advento de máquinas a vapor, ferrovias, navios a vapor, navios de ferro e aço – era bastante restrito: havia um grande centro industrial, a nação inglesa, e um grupo de países principal ou exclusivamente agrícolas. Aquela consumia a maior parte dos excedentes dos países agrícolas e, em troca, fornecia-lhes a maior parte dos produtos manufaturados. Porém, diante da superprodução, este mercado precisava ser rapidamente ampliado. Esta situação foi assim interpretada pelo Commonwealth de Londres, publicado em 1º de março de 1885:

A Inglaterra devia tornar-se a “oficina do mundo”; todos os outros países deviam ser para a Inglaterra, aquilo que já era a Irlanda: mercados para os seus produtos industriais, fontes de abastecimento de matérias-primas e gêneros alimentícios. A Inglaterra, grande centro industrial de um mundo agrícola, rodeado de um número sempre crescente de satélites produtores de trigo e de algodão, girando em redor do sol industrial! Que grandiosa perspectiva!¹⁵

Esta ampliação do mercado mundial, sob o comando das nações europeias, era vital para o reordenamento das relações burguesas – e o conseqüente fortalecimento destas¹⁶ e a única alternativa para impedir o colapso do sistema produtivo vigente. Assim, a

¹³ PAULO NETTO, José. Prólogo à edição brasileira. In: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Global, 1988. p. ii-iii

¹⁴ ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de 1892. In: _____. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. p. 369.

¹⁵ Ibid. p. 370-71

¹⁶ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. As exposições universais e a utopia do controle social. In: MONTEIRO, John M, Blaj, Ilana (Org.) **História & utopias**. Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 154. O autor afirma que as exposições universais, ao

Inglaterra convocou a primeira Exposição Universal da Indústria¹⁷ para o ano de 1851. Essas Exposições Mundiais constituíram-se no mais importante veículo de informações do século XIX, e foram o principal instrumento para a concretização das novas metas. Nesses eventos, “tudo eram negócios, e as medalhas concedidas eram fonte tanto de lucro quanto de orgulho para as firmas vitoriosas”¹⁸. Estava declarada a guerra de todos contra todos, aqueles certames surgiram dissimulados sob a forma de uma grande festa de conagração entre todos os povos, conforme demonstra este discurso de Sua Alteza Real o Príncipe Alberto, da Inglaterra, pronunciado em 1849 – e transcrito por PLUM –, durante os preparativos do evento inaugural:

Ninguém que tenha dispensado alguma atenção às tendências peculiares da época presente, poderá duvidar por um só instante de que estamos vivendo um período de maravilhosa transição que tende rapidamente à consecução daquela grande meta para a qual, em realidade, toda a história converge: a **realização da unidade da humanidade**. Não, contudo, uma unidade que derrube as fronteiras nem que destrua as características peculiares das diferentes nações da terra, senão, mais uma unidade que seja resultado e **produto daquelas diferenças nacionais e qualidades díspares**. As distâncias que separavam as diferentes nações e regiões do globo vão desaparecendo gradativamente ante o aperfeiçoamento das novas invenções, e podemos agora superá-las com incrível facilidade; as línguas de todas as nações são conhecidas e o domínio das mesmas foi colocado ao alcance de todos; **o pensamento difunde-se com a rapidez e também com a potência do raio**.

Por outro lado, **o grande princípio da divisão do trabalho**, que talvez se possa denominar como a força motriz da civilização, **está se estendendo a todos os ramos da ciência, da indústria e da arte**. Enquanto em outros tempos os maiores esforços intelectuais divergiam para um conhecimento universal, e esse conhecimento limitava-se em poder de uns poucos, são aqueles, hodiernamente, orientados para a especialização, e

pretender assegurar a manutenção e expansão da sociedade capitalista, revelavam uma “utopia do controle social”.

¹⁷ HOBBSAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Op. cit. p. 52. Os dados numéricos que Hobsbawn apresenta permitem ter uma noção tanto da magnitude dessas exposições quanto de sua abrangência:

Quatorze mil firmas exibiram em Londres em 1851 - a moda tinha sido condignamente inaugurada no lar do capitalismo - 24 mil em Paris, em 1855; 29 mil em Londres, 1862; 50 mil em Paris, em 1867. Justiça seja feita, a maior delas todas foi a Feira do Centenário de Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos, com a presença do Imperador e da Imperatriz do Brasil - cabeças coroadas da época, curvadas diante dos produtos da indústria - e de 130 mil cidadãos. Eles eram os primeiros dos dez milhões que pagaram tributo naquela ocasião ao “progresso da época”.

¹⁸ LANDES, David. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 158.

dentro desta, para os pontos mais minúsculos; porém os **conhecimentos auferidos passam de uma só vez à propriedade da comunidade em seu todo**. Enquanto **antigamente as novas descobertas eram mantidas em sigilo, a publicidade de nossos dias faz com que, tão logo se descubra ou se invente algo, produtos de todas as partes do mundo ponham-se à nossa disposição**, de forma que tudo o que temos a fazer é escolher o melhor e mais esmerado plano para nossos objetivos e imediatamente poderosas forças de produção respondem ao estímulo da competição e do capital. (...) A exposição do ano de 1851 haverá de nos proporcionar um testemunho fiel e uma imagem viva do nível de desenvolvimento alcançado pela humanidade em sua grande tarefa, e **um novo ponto de partida, desde o qual todos os povos possam orientar seus mais remotos esforços**. [grifos nossos]¹⁹

Esta fala conduz-nos ao entendimento de que, no século XIX, a burguesia já havia completado a construção do mundo à sua imagem e semelhança e, a partir daí, faria o possível e o impossível para continuar no comando do modo de produção burguês. Para isso, era imprescindível empreender uma reorganização das relações capitalistas firmemente ancorada nas exposições universais que seriam o seu ponto de partida para a orientação de todos os povos. Estas exposições, verdadeiras “vitrines do progresso”, eram a forma de submeter todos os países, de tempos em tempos²⁰, a uma avaliação sobre seu nível de desenvolvimento. Assim, naqueles eventos, os produtos eram submetidos a uma avaliação por um júri internacional e os melhores, em cada categoria, recebiam prêmio e medalhas. A burguesia industrial, representado pelo Estado inglês, acreditava, então, que a ampliação do mercado mundial, principalmente através da modernização dos métodos produtivos, seria suficiente para reordenar o sistema capitalista. Entretanto, a nação anfitriã, a “oficina do mundo”, sofreu um baque logo na primeira exposição:

A supremacia ingleza sahio corrida do certame internacional. A sua preponderancia politica, a sua soberania monetaria, a **enorme potencia mecanica acumulada nas suas fabricas não a salvaram!** O colosso recebeu a mais severa das humilhações. A disformidade do cyclope foi desbaratada por uma omnipotencia impalpavel: **a do ideal, transmittido á materia pela mão habil do artista**. (...) Com raras excepções, as suas

¹⁹ PLUM, W. **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, [19—]. p. 77-78.

²⁰ KULMANN JÚNIOR, Moyses. Op. cit. p. 165. O autor apresenta um quadro contendo o ano e a localização das exposições universais: 1851 – Londres; 1855 – Paris; 1862 – Londres; 1867 – Paris; 1873 – Viena; 1876 – Filadélfia; 1878 – Paris; 1882 – Buenos Aires (Expo. Continental); 1883 – Amsterdã; 1884 – S. Petersburgo; 1885 – Antuérpia; 1889 – Paris; 1893 – Chicago; 1900 – Paris; 1904 – St. Louis; 1906 – Milão; 1908 – Londres (Franco-British Expo.); 1910 – Bruxelas; 1911 – Turim; 1915 – S. Francisco; 1922 – Rio de Janeiro; 1937 – Paris; 1939-40 – S. Francisco.

industrias tinham se assinalado por uma grosseiria rudimentar. O paiz inteiro estremeceu; mas o paiz estava salvo, como todos os paizes onde a capacidade governa; porque os homens de estado inglezes tiveram a fortuna de perceber a causa, subtil, obscura, solapada, mas decisiva, desse desastre, **Sabeis o que, na opinião dos inglezes e do mundo, derrotara a Inglaterra? (...) o desleixo do ensino do desenho.** ²¹ [grifos nossos]

A nação inglesa foi surpreendida não apenas pela perfeição artística dos produtos franceses, mas pela evidência de que enquanto o desenvolvimento das forças produtivas, na forma da grande indústria, submetia, pelo menos naquele país, cada vez mais o desempenho humano ao ritmo determinado pelos autômatos, transformando os operários em meros apêndices, as demais nações ocidentais continuavam, ainda, a exaltar as habilidades, os talentos, as artes que eram características da forma pregressa de organização do trabalho. Nada mais expressiva do que esta afirmação de MANTOUX que nos auxilia a evidenciar esta contradição: “Ora, o trabalho executado a mão, em pequenas oficinas, por artesãos cuja habilidade individual compensa as falhas de ferramentas primitivas é, a nosso ver, exatamente o contrário de grande indústria”. ²² HOBSBAWN (1988) também ressalta que poucas eram as habilidades exigidas nos períodos pré-industriais que continuavam a ter “alguma utilidade na moderna indústria, embora, é claro, muitas ocupações, como a construção, continuassem praticamente inalteradas” ²³. Este entendimento é reforçado por RUGIU, como pode ser verificado nesta passagem: “em relação às verificadas ‘habilidades de ofício’ aprendidas nas oficinas, ‘muito do trabalho da fábrica moderna exige um tipo de habilidade que se pode adquirir em algumas horas ou no máximo em alguns dias” ²⁴ Se as tarefas exigidas pela grande indústria eram assim tão simples, elas dispensavam, portanto,

²¹ BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado pelo Dr. Ruy Barbosa no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e Professores do Lycêo de Artes e Officios dedicaram ao Exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphânio de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884. pp. 200-201.

²² MANTOUX, Paul. **A revolução industrial no século XVIII.** São Paulo: UNESP; HUCITEC, [19—]. p. 5.

²³ HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 67.

²⁴ RUGIU, Antonio Santoni. **A nostalgia do mestre artesão.** Campinas: Autores Associados, 1998. p. 131.

um ensino especializado. Isto revela que, enquanto os ingleses estavam concentrados na aplicação da técnica e no treinamento prático dos técnicos, os povos continentais haviam se dedicado ao estudo, à valorização e à difusão de técnicas que já pertenciam ao passado, pois, em meados do século XIX, o emprego crescente da maquinaria na grande indústria, que se verificava na Inglaterra, havia produzido uma nova época e o espírito do povo inglês já estava talhado segundo ela e era a expressão da própria materialidade:

Aplicam a maquinaria a toda classe de trabalhos, e a levou a tal perfeição, que a missão do homem ficou reduzida a atender as máquinas e alimentar os fornos. Isso requer pontualidade no serviço, e como elas não se cansam nunca, prestam-se admiravelmente a tal fim. Minas, forjas, cervejarias, ferrovias, bombas a vapor, arados a vapor, manobras militares, manobras policiais e regras mercantis impuseram uma regularidade mecânica a todos os costumes e ações do homem. Uma máquina terrível se apossou do solo, do ar, dos homens, das mulheres e a duras penas o pensamento permanece livre. O poder mecânico requer, por parte do povo, caráter e espírito em consonância; e aquele que queira andar entre eles deve ter algum peso metálico.²⁵

Mas, o espírito de outros povos estava bem distante disso. Deste modo, se a grande indústria havia criado o mercado mundial, ela exigia, na mesma medida, a gênese de uma civilização universal. Porém, esta não poderia mais ser talhada no trato direto através da coação física, utilizando até mesmo um canhão, se necessário fosse, – tão peculiar à prática dos ingleses! –, e sim, através da coação moral e da persuasão, princípios sobre os quais se assentavam as exposições universais.

A nova ordem material exigia uma nova civilização com um homem e uma moral correspondentes ao tempo que se inaugurava; se a primeira seria norteadada pela mecanização da produção, esta, seria forjada, fundamentalmente, através da educação popular, em especial da educação técnica e deste modo, a modernização e a civilização, caminhariam na mesma direção e tornar-se-iam aspectos indissociáveis - embora não necessariamente simultâneos - do processo de reordenamento das relações burguesas, mas que reportavam-se a esferas distintas, quais sejam, à matéria e ao espírito, respectivamente. Este duplo caráter da concepção de progresso é assim interpretada por LE GOFF: “Implica, por um

²⁵ EMERSON, R. W. **Inglaterra y el caracter ingles**. Buenos Aires: Siglo Veinte, [18—]. p. 81-82.

lado (...) um objetivo ou, pelo menos, uma direção e, por outro, tal finalidade implica um juízo de valor”.²⁶ Acreditava-se, pelo menos no século XIX, que “o progresso tecnológico arrastava consigo o progresso político senão o moral”²⁷. É esta concepção que levou, até mesmo os ingleses, a reconhecerem, por ocasião da primeira exposição mundial, a importância das instituições escolares – pelo ensino do desenho - para que o progresso da civilização se tornasse compatível ao progresso tecnológico e científico.

Modernizar e civilizar eram, portanto, a dupla tarefa da burguesia no aprimoramento, ou ainda, do progresso da ordem capitalista e estes aspectos evidenciavam-se, mais e mais nas exposições mundiais que se seguiriam à primeira. Na Exposição de 1855, realizada em Paris, PESAVENTO afirma que os próprios organizadores do evento, Michel Chevalier e Le Play, mostraram-se preocupados com as condições de vida das classes operárias e que o próprio governo francês já havia tomado algumas medidas no sentido de viabilizar o comparecimento de operários franceses, de todos os cantos do país, ao acontecimento. Esta decisão foi elogiada pelo jornal *L'Illustration Francaise*, em 31 maio de 1855, do qual PESAVENTO reproduziu o seguinte trecho:

Não serão só os operários e contramestres franceses que virão a Paris, serão também todos os outros governos que vão imitar esta medida. A Inglaterra decidiu dar prêmios em dinheiro aos melhores alunos das Escolas de Artes e Ofícios para que venham a Paris, assim como estabeleceu subscrições públicas para que os delegados operários dos grandes centros manufatureiros possam vir a Paris.²⁸

PESAVENTO afirma que a Exposição de 1855, ocorrida meses depois, apresentou a sua “melhor faceta de ambigüidade”, especialmente em relação à classe trabalhadora, assim descrita pela autora:

Apesar das greves operárias que ocorreram em Paris, em agosto, a exposição pretendeu apresentar-se como uma festa do trabalho, que glorificasse o engenho humano e uniformizasse, no mesmo patamar, a contribuição dos industriais e a dos operários. Neste

²⁶ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 234.

²⁷ Id.

²⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário do progresso: as representações da máquina na Exposição Parisiense de 1855. In: MONTEIRO, John, BLAJ, Ilana (Orgs.) **História & utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 162.

sentido, foram distribuídas recompensas tanto aos chefes de indústria como aos operários que se destacassem.

Na verdade, o setor mais esclarecido da burguesia tinha consciência do peso que havia assumido o proletariado com a emergência da industrialização, assim como tinha, diante de seus olhos, o espetáculo de uma cidade prenhe de tensão social. As barricadas de Paris, as greves, os movimentos ludistas eram dados muito eloqüentes para que o proletariado urbano deixasse de ser considerado.²⁹

Paralelamente àquela Exposição de Paris, realizou-se, afirma KUHLMANN JÚNIOR, uma Exposição de Economia Doméstica, tratando de questões tais como: moradia, vestimentas e alimentação do proletariado. Porém, na Exposição de 1867, que foi, mais uma vez, realizada em Paris, essas questões assistenciais, conforme o mesmo autor, apareceram incorporadas à Exposição, através da criação do Grupo 10³⁰, no qual seriam apresentados os “objetos destinados a melhorar as condições físicas e morais da população”. Este grupo foi um dos principais destaques daquele evento. A partir de então, as exposições ganharam nova organização, como pode ser constatado no trecho que se segue:

Além dos grandes monumentos, das máquinas, da produção agrícola e mineral, do exotismo das colônias, aqueles eventos atribuem um grande destaque às questões da assistência, bem como a muitos outros aspectos da vida social, especialmente no sentido de difundir propostas voltadas para a população pobre e trabalhadora, postuladas como “modernas”, “adequadas” para solucionar problemas no âmbito da manutenção e reprodução da força de trabalho que está se constituindo na divisão internacional do mundo capitalista.³¹

PLUM constata que, nas Exposições, as contradições entre o “capital” e o “trabalho” se faziam cada vez mais visíveis revelando, ao mesmo tempo, as necessidades de uma sociedade de abundância e os problemas da pobreza em massa.³² Como resolver

²⁹ Ibid. p. 160-61.

³⁰ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Op. cit. pp. 165-68. O autor afirma que, dentre os critérios para a premiação neste grupo, privilegiava-se a existência de “instituições próprias da sociedade moderna”, as quais poderiam distribuir-se em três modalidades: 1- instituições destinadas “a remediar a falta de previdência e miséria”; 2- instituições para “remediar os vícios”; 3- instituições destinadas a “melhorar o estado intelectual e moral”.

³¹ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Op. cit. p. 165.

³² PLUM, Werner. Op. cit. p. 62.

esta questão? THIERS, historiador e político francês, citado por LAFARGUE, foi contundente ao expor a solução na Comissão da Instrução Primária de 1849: “Quero fazer com que a influência do clero seja todo-poderosa, pois conto com ele para propagar essa boa filosofia que ensina ao homem que ele está aqui para sofrer, e não essa outra filosofia que, pelo contrário, diz a esse mesmo homem: Divirta-se!”.³³

LAFARGUE – que, em 1880, escreveu “O direito à preguiça” para se contrapor ao pensamento burguês que fazia a apologia do trabalho como um direito e um dever de todos – entende que, naquele instante, “Thiers estava formulando a moral da classe burguesa, cujo egoísmo feroz e curta inteligência ele encarnava”³⁴. Esta moral capitalista era apenas “uma triste paródia da moral cristã, rodeia de anátemas a carne do trabalhador; seu ideal é reduzir o produtor ao mínimo de necessidades, suprimir suas alegrias e paixões e condená-lo ao papel de máquina de gerar trabalho, sem trégua e sem piedade”³⁵. Era uma paródia porque, enquanto a burguesia tinha que combater a velha ordem e a nobreza que nela se sustentava, ela foi defensora ardorosa do livre arbítrio e do ateísmo. Entretanto, ao sair vitoriosa do embate, revela LAFARGUE, ela não teve o menor pudor em estribar-se na religião para assegurar sua supremacia econômica e política.³⁶ LAFARGUE cita THIERS a expressão mais perfeita do espírito da época no processo de reordenamento das relações capitalistas. Contudo, THIERS não estava sozinho na edificação da moral burguesa pois, conforme pode ser constatado no relato de SMILES³⁷, o historiador e estadista francês GUIZOT, defensor dos interesses da burguesia, asseverava que o cristianismo era a escola mais completa de respeito que se conhecia e que a instrução religiosa era a única que infundia “o espírito de sacrifício, das grandes virtudes, e dos pensamentos elevados”³⁸. Destarte, somente a religião era capaz de impregnar a consciência dos homens e fazer com

³³ LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Kairós, 1983. p. 23.

³⁴ Id.

³⁵ Id.

³⁶ Id.

³⁷ Samuel SMILES era um dos escritores prediletos de Francisco Joaquim BETHENCOURT DA SILVA, o fundador do LAO-RJ.

³⁸ SMILES, Samuel. **O dever**. Rio de Janeiro: Garnier, [18—]. p. 35.

que eles suportassem todas as vicissitudes da vida sem pronunciar “um murmúrio contra o mysterio da condição humana”.³⁹ Como se vê, tanto THIERS como GUIZOT expressavam as questões da época.

O processo de construção dessa nova moral capitalista recrudesciu à medida que o operariado moderno foi recompondo suas forças após a Revolução de 1848, reorganizando-se através da fundação da Associação Internacional de Trabalhadores, em 1864, e culminando na Comuna de Paris, em 1871. Quanto mais se evidenciavam as contradições da sociedade capitalista, mais se organizava o proletariado no encaminhamento da revolução proletária e mais se articulava a burguesia no processo contra-revolucionário. Supomos que a classe burguesa encontrou a saída na conciliação, é o que podemos deduzir a partir da leitura desta afirmação de ENGELS: quanto mais se desenvolvia a grande indústria, mais valor ela dava à moral⁴⁰. Era, como diz ENGELS, o novo estado de espírito nos industriais que aprenderam a evitar conflitos inúteis, a aceitar a existência e o poder dos sindicatos ingleses e, até mesmo, a tirar proveito das greves. Entretanto, “todas essas concessões à justiça e ao amor do próximo” são meros artifícios para “acelerar a concentração do capital” nas mãos de alguns e de vencer os concorrentes menos favorecidos que ainda fazem uso de truques mesquinhos para obter ganhos extraordinários. É só nesta perspectiva que entendemos a sua afirmativa de que a “burguesia progrediu ainda na arte de dissimular a infelicidade da classe operária.”⁴¹. Inferimos daí que quanto mais o desenvolvimento das forças produtivas, na forma da grande indústria, prescindiu do homem na produção, mais se valorizam as questões humanas. É por isso que a burguesia industrial tentou assegurar o êxito do processo de reordenamento das relações capitalistas através da dupla tarefa de modernizar e civilizar.

No entanto, todos os aspectos assistenciais que foram sendo paulatinamente incorporados às exposições poderiam ser considerados coadjuvantes daquela reforma educacional, desencadeada pela Exposição de 1851, que salientava a importância do ensino

³⁹ Id.

⁴⁰ ENGELS, F. Prefácio à edição alemã de 1892. In: _____. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. p. 365-66.

⁴¹ Ibid. p. 367.

técnico para o progresso da civilização universal, conforme se acreditava na época. Destarte:

Na grande Exposição Mundial de Londres, a primeira potência industrial daquela época, a “oficina do mundo”, como se denominava a Inglaterra, pôde contribuir para a **consolidação das conexões técnicas internacionais** e beneficiar aos países europeus industrialmente desenvolvidos, com numerosas iniciativas. Porém, ao inverso, a exposição mundial também teve oportunidade de fazer ver aos ingleses o grande atraso de seu **sistema de capacitação científico-técnica**. França e Alemanha estavam em 1851 consideravelmente mais desenvolvidas nesse terreno, apesar de que - ou porque - a técnica de produção desses países não tinha nem remotamente a capacidade de rendimento da indústria inglesa.⁴² [grifos nossos]

De qualquer maneira, na análise de PLUM, os ingleses, na tentativa de assegurar o constante progresso da técnica, até mesmo por meio de medidas pedagógicas, adotaram o rigoroso modelo educacional do continente. Deste modo, o Estado britânico não tardou em dar início a uma reforma educacional introduzindo o ensino do desenho em todas as escolas inglesas. Os resultados começaram a aparecer sem demora:

Já nos fins de 1851 se apontavam as medidas. No anno seguinte lançaram-se as primeiras pedras do immenso monumento, de que a escola de South Kensington, com o seu museu, é o centro, e que consomme á Inglaterra sommas espantosas. Numa palavra, esse ensino, que até 1852 não existia naquelle paiz, em 1880 se ministrava, nos cursos superiores desse instituto, a 824 alumnos, em 151 escolas de desenho a 30,239 pessoas, em 632 classes especiaes a 26,646 discipulos e, em 4,758 escolas primarias, a 768,661 creanças.⁴³

Embora o Instituto de South Kensington⁴⁴ tenha sido fundado em 1852, ano seguinte da primeira Exposição, e fosse uma das mais importantes instituições inglesas da época voltadas para o ensino técnico, a reforma educacional implementada pelo governo

⁴² PLUM, Werner. Op. cit. p. 92.

⁴³ BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado pelo Dr. Ruy Barbosa no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e Professores do Lycêo de Artes e Officios dedicaram ao Exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphanyo de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884. p. 200-201.

⁴⁴ SOUZA FILHO, Tarquinio. **O ensino technico no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 137. O autor relata que estabelecimento compunha-se de: 1- um museu de artes decorativas; 2- uma ampla galeria de pintura; 3- uma biblioteca de livros sobre artes e industrias; 4- uma escola artistica em que se formam professores e onde se ensina o desenho, a pintura e a modelagem.

encontrou resistências entre os próprios britânicos. A Royal Comission visitou algumas instituições estatais do ensino técnico-industrial em Paris e seus membros eram favoráveis à criação de instituições de ensino técnico industrial superior. Já o Príncipe Alberto defendia a criação de um amplo centro científico de caráter geral, porém isso não se concretizou. No entanto, a oposição por parte do empresariado liberal, desfavorável às intervenções do governo, sustentava-se no argumento de que a formação profissional deveria ser regulada, segundo HALTERN, citado por PLUM, “exclusivamente pelo livre jogo das forças.”⁴⁵ Um estudo sobre o ensino técnico publicado por SOUZA FILHO, em 1887, revela que até aquele ano não havia, na nação inglesa, uma organização do ensino técnico oficialmente instituída: “As escolas e institutos technicos são livres, creados e mantidos pela iniciativa privada; o Estado tem sobre elles a pouca ingerencia.”⁴⁶ Isto nos leva a constatar que aquele posicionamento da burguesia industrial prevaleceu sobre o do Estado e a explicação para esta questão, do interesse privado de uma classe sobrepor-se ao interesse público, encontramos nas palavras de EMERSON:

A Inglaterra não tem tendências tão públicas; a vida privada é para ela o lugar de honra. Sinceridade na vida privada e falsidade na pública, é o que caracteriza os homens do lugar. Sua conduta política não se inspira em intenções gerais, mas em intrigas interiores e interesses pessoais e familiares. Não vêem nada além da Inglaterra. (...) **Não sabem ver além da Inglaterra, nem mesmo a Inglaterra além dos interesses das classes governantes.** Os princípios ingleses significam uma proteção decidida aos interesses da propriedade.⁴⁷ [grifos nossos]

A classe governante – a burguesia industrial -, portanto, defendia exclusivamente os seus interesses. É nesse caráter peculiar do britânico que também SOUZA FILHO busca fundamento para o fato de, diferentemente de outros países, o ensino técnico estar sob a tutela da iniciativa privada: “esta anomalia aparente (...) encontra explicação razoavel no character essencialmente pratico que distingue o povo inglez, no espirito de ordem e de

⁴⁵ PLUM, W. Op. cit. p. 98.

⁴⁶ SOUZA FILHO, Tarquinio de. Op. cit. p. 134.

⁴⁷ EMERSON, R. W. Op. cit. p. 233.

tradição, no imperio irresistível que sobre elle exerce o costume, as praxes, os precedentes, em uma palavra a ‘common law’⁴⁸.

Outro fator que, segundo SOUZA FILHO, explicava a ausência de uma organização regular de ensino técnico Estado inglês em virtude do próprio sistema de ensino público ali vigente e que, por ser tão peculiar ao seu povo, não servia de modelo para nenhum outro país.⁴⁹ De certa forma, esta situação atípica das instituições escolares naquele país expressa o grau de importância que os ingleses atribuíam à educação escolar. Para eles, o conhecimento transmitido deveria ser útil, como pode-se verificar neste trecho de SMILES:

Não é a quantidade de estudo, nem de leitura que se faz, que dá a instrução real: é a **conveniencia** do assumpto do estudo para o objecto que se tem em vista, a **concentração do espirito** que se emprega no estudo, e a **disciplina habitual** que preside á applicação systematica de todas as forças intellectuaes. (...) O estudo mais proveitoso é aquelle que tem **um fim e objecto definidos**. É assenhoreando-nos bem de um ramo de conhecimento que poderemos tirar partido d’elle em qualquer occasião. Não basta, portanto, ter livros e saber onde é que podemos buscar informações quando as precisamos. Para obviar ás eventualidades da vida, devemos trazer comnosco conhecimentos praticos para servirmo-nos d’elles á primeira voz. Não basta termos um capital em casa, sem levarmos um real no bolso. Devemos trazer comnosco, como se fosse **moeda corrente, uma somma de conhecimentos promptos para se trocarem em qualquer occasião, pois, a não ser assim, encontramos-nos sem recursos quando o ensejo se offerece para fazermos uso d’elles**.⁵⁰ [grifos nossos]

MARTINS referenda esse posicionamento de SMILES, sobre a educação dos ingleses, ao afirmar que “O **saber não constitui um fim**, é apenas o **meio de ganhar dinheiro**.” [grifos nossos]⁵¹ Neste sentido, o saber é o instrumento, e não a idéia. Comparativamente, supomos que os britânicos applicavam na organização do sistema escolar as mesmas leis que regiam seus negócios, pois, conforme LANDES, para o empresário inglês “o empreendimento industrial era **um meio que visava um fim**, ou seja,

⁴⁸ SOUZA FILHO, Tarquinio de. Op. cit. p. 135.

⁴⁹ Id.

⁵⁰ SMILES, Samuel. **Ajuda-te!... Exemplos de comportamento e perserverança**. Rio de Janeiro: Garnier, [18—]. p. 369.

⁵¹ MARTINS, Oliveira. **A Inglaterra de hoje**. Lisboa: Guimarães & Cia, 1951. p. 156-57.

um recurso a ser racionalmente utilizado para ganhar dinheiro”, enquanto que, para os seus concorrentes do Continente, “a firma, juntamente com a família para cuja reputação contribuía e cujo estilo de vida possibilitava, era **um fim em si**” [grifos nossos]⁵². Isto revela apenas o senso prático do britânico que, segundo a síntese apropriada de EMERSON, era capaz de converter “cada abstração que possa receber (...) em algo susceptível de exploração”⁵³. Esta conduta nos leva a concordar com MARTINS, nesta curta, porém, significativa afirmação: “**O dinheiro é o orgulho do inglês**”⁵⁴. [grifos nossos]

Este sentido prático que o inglês imprimia a tudo que o cercava estava presente também nas suas concepções de mundo, de homem, de trabalho. Estas concepções estavam expressas na obra de Samuel SMILES, escritor⁵⁵ escocês cujos livros percorreram o mundo⁵⁶, na segunda metade do século XIX, difundindo suas idéias. A sua concepção de trabalho, por exemplo, está intimamente relacionada à questão educacional, visto que para o autor “um **trabalho** nobre é o verdadeiro **educador**” e “a **ociosidade** é um perfeito **desmoralizador** do corpo, da alma, e da consciencia”.⁵⁷ [grifos nossos] SMILES afirma que o trabalho é fundamental na vida do homem e que, mais do que uma necessidade e um dever, é uma benção e é ele que faz o homem:

O trabalho é um dos principais educadores do carácter prático; produz a disciplina, a obediência, a consciência, a atenção, a aplicação e a perseverança, dando ao homem destreza e habilidade em sua profissão, a aptidão e inteligência indispensáveis para dirigir os negócios de sua vida.

O trabalho é a lei natural de nossa existência, o princípio que impele os homens e as nações. A maioria dos homens acha-se obrigada a trabalhar com suas mãos, para viver;

⁵² LANDES, David. Op. cit. p. 139.

⁵³ EMERSON. p. 237.

⁵⁴ MARTINS, Oliveira. Op. cit. 121.

⁵⁵ Samuel Smiles nasceu em Haddington (Escócia), em 1812 e faleceu em 1904. Foi médico, administrador de estradas de ferro e publicitário.

⁵⁶ O autor informa que o seu primeiro livro “Ajuda-te” foi traduzido e publicado em quase todos os idiomas da Europa e também em várias línguas ou, até mesmo, em alguns dialetos da Índia e do Japão. Foi mais vendido na América do que na Grã-Bretanha.

⁵⁷ SMILES, Samuel. **O dever**. p. 37.

mas **todos, sem exceção, devem trabalhar de uma maneira ou de outra**, se querem gozar da vida como deve ser gozada.

O trabalho pode ser um fardo e um castigo, mas também é uma honra e uma glória. Sem ele nada se pode executar. **Tudo quanto é grande nos homens provém do trabalho, e a civilização é o seu produto**. Se o trabalho fosse abolido, a raça de Adão receberia logo um golpe mortal.

A **ociosidade** é uma **maldição** para o homem, mas não o trabalho. A ociosidade rói o coração dos homens e das nações e consome-os como a ferrugem ao ferro. Talvez não haja em toda a nossa natureza uma tendência que mais se deva combater do que a preguiça.⁵⁸ [grifos nossos]

SMILES acreditava, porém, que o trabalho – cuja lei “natural” ele via inscrita em todas as partes do organismo humano, “na carne e nos músculos de seus membros, no mecanismo das mãos, nas fibras dos nervos, nos lobos do cérebro”⁵⁹ – não deveria extenuar o homem e sim ser realizado com moderação, pois este era saudável e, por conseguinte, harmonizava-se com a constituição humana. O trabalho das mãos era, na medida certa, não só necessário como útil, porque ele habituava o corpo humano a empreender um esforço físico. Neste sentido, o autor encontrou na expressividade das palavras de Hugh MILLER, as aliadas para melhor reforçar sua concepção:

Um **labor honesto** é na sua opinião **o melhor dos mestres, e a escola do trabalho a mais nobre das escolas** (exceptuada a de Jesus-Christo); porquanto é sobretudo nesta escola que o homem, ao passo que aprende a tornar-se útil, adquire o espirito de independencia e o habito dos perseverantes esforços. Miller é até de parecer que a disciplina do trabalho, graças ao exercicio que dá ás faculdades de observação de operario, graças á necessidade em que o constitue de occupar-se quotidianamente em cousas actuaes e praticas, e graças finalmente á experiencia da vida intima que ella obriga o homem a adquirir, torna-o verdadeiramente mais capaz de progredir no mundo, e parece por conseguinte mais propria para **fazer delle um homem**, na accepção mais elevada desta palavra, do que todos os systemas de educação que possam ser offerecidos pelas outras condições sociaes.⁶⁰ [grifos nossos]

Entretanto, SMILES acredita na possibilidade de combinar essa educação física e a intelectual, conforme pode-se observar nesta afirmação: “**O trabalho educa o corpo, e o**

⁵⁸ SMILES, Samuel. **O caráter**. São Paulo: Papelivros, [19–]. p. 49.

⁵⁹ SMILES, Samuel. **O poder da vontade**. Rio de Janeiro: Garnier, 1880. p. 32.

⁶⁰ Ibid. p. 32-33.

estudo educa o espirito; e o melhor estado da sociedade é aquelle em que ha **algum trabalho para os momentos disponiveis** do homem, e **algum descanso para o trabalho de cada homem.**” ⁶¹ [grifos nossos]. E assim, ao mesmo tempo que ressalta a importância do trabalho das mãos, não descarta o mérito da educação intelectual, tal como no fragmento que se segue:

Ensinar os rapazes a manejar a ferramenta n’uma officina tem, além da vantagem de os educar no conhecimento das cousas praticas, a de lhes ensinar o uso dos braços e das mãos, de familiarisal-os com um trabalho salutar, de exercitar a sua actividade em cousas visiveis e tangiveis, de inculcar-lhes noções de mecanica pratica, de os tornar capazes de executar trabalhos uteis, e de fazer-lhes contrahir o habito de um aturado esforço physico. É uma vantagem que as classes chamadas laboriosas têm sobre as abastadas, o applicarem-se aturadamente a um trabalho qualquer mecanico, graças ao qual adquirem a destreza manual e o uso pleno das suas faculdades physicas. A grande desvantagem das classes laboriosas não é, em summa, a necessidade de trabalho physico, mas o abuso d’esse trabalho em que ellas se empregam com demasiada exclusividade, com prejuizo das suas faculdades moraes e intellectuaes. Em quanto se ensinava aos filhos das classes abastadas a associar o trabalho ao servilismo, e, por conseguinte a desprezal-o, a fugirem d’elle, e a crescerem na ignorancia completa de toda a especie de conhecimentos uteis, consentia-se que as classes pobres, encerradas no circulo das suas laboriosas profissões, ficassem no maior numero de casos, perfeitamente ignorantes. No entretanto, parece possivel evitar ambos esses males por meio de uma feliz combinação da educação physica e da intellectual; e em toda parte se vêem indicios da adopção gradual de um melhor sistema de educação. ⁶² [grifos nossos]

Deste modo, SMILES mostra que tudo nesta vida deveria ser executado na justa medida. Era preciso, por isso, “dar bases solidas á saúde physica; mas não se deve perder de vista que é preciso cultivar o habito da educação mental” ⁶³ porque este ponto era crucial na educação da mocidade.

Nesta perspectiva, a educação técnica era a tentativa de efetivar esta “combinação”, uma vez que associava o ensino teórico ao prático. Apesar do espírito predominantemente prático dos ingleses, existiam naquele país excelentes estabelecimentos oficiais de ensino técnico, sob medida para o temperamento inglês, conforme constatação

⁶¹ SMILES, Samuel. **Ajuda-te!** Rio de Janeiro: Garnier, [18—]. p. 361.

⁶² Ibid. p. 364-65.

⁶³ Ibid p. 366.

de SOUZA FILHO. A instituição central de South Kensington, a qual já nos referimos, contribuiu para a criação de inúmeras escolas de desenho, exposições e concursos artísticos, bibliotecas e museus que se difundiram por todas as cidades e vilas de Albion. Entretanto, entre as diversas criações daquele Instituto, destaca-se o museu ambulante (*travelling museum*), que levava “a todos os recantos da Inglaterra os objetos e obras d’arte mais adequados á educação artistica do povo”. Havia também institutos mecânicos, escolas de ensino comercial, escola de artes e manufaturas e até mesmo clubes de trabalhadores. Estes últimos, conforme relata SOUZA FILHO, que aliavam a instrução ao recreio, foram reunidos constituindo o *Workingmen’s Clubs and Institutes Union*, que se espalharam por todo o país produzindo abundantes benefícios morais e intelectuais.⁶⁴

A preocupação com a difusão da educação técnica não era exclusividade da nação inglesa, embora ela não a colocasse como uma questão prioritária. O centro industrial – a Inglaterra – estava cercado de países predominantemente agrícolas abastecidos pelos produtos manufaturados ingleses. Essa situação explica, em parte, o fato da superioridade artística – que dependia das condições subjetivas, isto é, do desenvolvimento das habilidades individuais – ostentada pela França ofuscar a superioridade industrial – que dependia de condições objetivas, isto é, da aplicação da técnica – da Inglaterra. A derrota que a França impingiu à Inglaterra, em todas as modalidades que envolviam manifestações artísticas, naquela exposição de 1851, que colocou especialmente na educação técnica o eixo para empreender e alcançar o desenvolvimento material, serviu de lição a todas as nações do mundo que absorveram, rapidamente, todos os ensinamentos daquele evento, e não tardaram em seguir o exemplo francês, dando início a reformas nas suas instituições escolares. Começemos pela França.

Na França, segundo SOUZA FILHO, o movimento pelo ensino técnico data de 1830, porém, acentuou-se a partir de 1870. A agricultura, o comércio e a indústria tinham, naquela nação, instituições de ensino ajustadas às suas necessidades. Este resultado é assim explicado por SOUZA FILHO: “Para este resultado commum o Estado, as municipalidades, as juntas commerciaes, os syndicatos profissionaes, as associações e os

⁶⁴ SOUZA FILHO, Tarquinio. Op. cit. p. 137-140.

simples particulares têm combinado e dirigido seus esclarecidos esforços e, apesar do que se tem conseguido, outras muitas medidas são reclamadas, no sentido de alargar a esfera do ensino tecnico.”⁶⁵

Eis uma breve síntese do panorama desta modalidade de ensino na França, efetuado a partir dos dados fornecidos por SOUZA FILHO⁶⁶. A agricultura contava com diversas escolas de diferentes níveis que se destinavam à preparação não só de agrônomos e engenheiros rurais, como também de operários e regentes agrícolas. A indústria e as artes contavam com dois grandes estabelecimentos de ensino técnico superior: a Escola Central de Artes e Manufaturas e o Conservatório de Artes e Ofícios. A primeira, criada pela iniciativa privada em 1829, passou a ser tutelada pelo Estado em 1857; destinava-se à formação de engenheiros, diretores e contra-mestres de fábricas e explorações industriais. Aquele estabelecimento modelo dispunha de laboratórios e gabinetes para dar um caráter experimental e prático ao ensino das ciências aplicadas às artes e à indústria. O seu curso regular era de três anos. Já o Conservatório de Artes e Ofícios, fundado no final do século XVIII, oferecia cursos noturnos, puramente orais, de freqüência livre a ouvintes de todas as classes sociais, especialmente às classes operárias e industriais. Anexo ao Conservatório havia um Museu Industrial. Além destes estabelecimentos, havia também as escolas de artes e ofícios que tinham por finalidade formar bons operários, chefes e contra-mestres de oficinas. Nessas instituições, ao lado do ensino teórico das disciplinas necessárias, havia o ensino prático que era ministrado em quatro oficinas diferentes. Estas escolas forneciam, segundo SOUZA FILHO, ótimos auxiliares tanto à indústria francesa como à de outros países.

Os municípios também criavam escolas para operários e aprendizes, muitas com oficinas de trabalhos manuais anexas às suas classes. Em geral, o curso dessas escolas era gratuito e organizado em três anos, destinado a meninos de 13 a 16 anos. Em Paris, fundou-se a Escola de Física e Química industriais, em 1882, cujo curso tinha a duração de três anos. Foram criados, em 1881, cursos de ensino comercial e industrial, dividido em dois

⁶⁵ Ibid. p. 108.

⁶⁶ Ibid. p. 108-134.

graus: elementar e superior, cada um com a exigência de dois anos de estudos. O curso de grau elementar podia ser freqüentado por ambos os sexos; o de grau superior, era destinado ao sexo masculino e compreendia, além da tecnologia industrial e comercial, o estudo dos materiais e processos de fabricação. As aulas eram noturnas. Outra instituição organizada, em 1875, por iniciativa do município, era a Escola Municipal Profissional de Reims, cujo curso, com três anos de duração, visava atender às necessidades intelectuais dos três ramos da atividade humana: comércio, indústria e agricultura. Esta escola dispunha de oficinas, laboratórios de química, gabinetes de física, coleções de história natural e um grande número de cartas, aparelhos e instrumentos que facilitavam o ensino prático para a formação de operários hábeis, contra-mestres instruídos e empregados comerciais, conclui SOUZA FILHO.

A França contava com onze escolas de comércio, abrangendo os três graus: superior, secundário e primário. Estas eram mantidas pelos municípios, pelas juntas de comércio ou por sociedades anônimas, entretanto, todas recebiam também uma subvenção do Estado. Além destas, existiam outros cursos mantidos por juntas sindicais, associações comerciais, associações filantrópicas.

Os dados compilados por SOUZA FILHO indicam que a nação francesa tinha um sistema de ensino técnico organizado em todos os níveis: primário, secundário e superior. O historiador TREUE, citado por PLUM, afirma que o sistema escolar e universitário da França, composto pela Escola Politécnica e outras escolas superiores e academias, que aliava a formação clássica às necessidades da época, era brilhante.⁶⁷

SOUZA FILHO afirma que todas as nações do mundo estavam tão empenhadas na propagação e melhoramento do ensino público que o progresso preparado ou realizado por um país impunha-se aos países vizinhos.⁶⁸ Na Europa, podia se dizer que o movimento a favor do ensino técnico era, também, geral e uniforme. Se de fato a indústria moderna havia criado uma nova civilização universal, na qual não havia mais lugar para qualquer particularismo cultural e que o saber havia se convertido num bem comum, conforme

⁶⁷ PLUM, Werner. Op. cit. p. 98.

⁶⁸ SOUZA FILHO, Tarquinio. Op. cit. p. 9.

assevera PLUM⁶⁹, isto podia ser percebido nos produtos apresentados pelas nações ocidentais nas exposições universais, principalmente nas indústrias de caráter artístico, cujos resultados dependiam da mão do artista, do seu gosto, do seu sentimento, enfim de sua subjetividade:

Quando a França, na exposição de 1862, levantou a cabeça de cima dos seus loiros, fugiu-lhe o sangue às faces. O sceptro do gosto vacillava-lhe nas mãos. (...) A exposição de 1867 agravou a imminencia da calamidade (...) Ao mesmo tempo, descobria-se que a Austria, desde 1863, entrara em competencia tão brilhante quão intrepida com a iniciadora desse movimento prodigioso. Desde então o contagio bemfazejo assenhoreou-se de todo o mundo civilizado.⁷⁰

A cada exposição universal que se sucedia, as nações européias se surpreendiam com o desempenho de umas e outras naquelas competições e observava-se um aprimoramento crescente nos produtos apresentados pois, todas se esmeravam no âmbito da produção artística, buscando a perfeição artística. Com efeito, a arte industrial, diferentemente das belas-artes, reduzia, por vezes, os efeitos dos talentos individuais:

A exposição de 1878 arrancou á França um clamor de alvoroço. Ainda uma vez ella sahia da liça dolorosamente impressionada. **Todos os generos de produção artistica suscitavam-lhe competidores formidaveis.** (...) A crystalleira ingleza rivalisava com a sua nas qualidades estheticas, ao mesmo passo que se lhe avantajava na belleza da materia prima. A vidraria da Boemia e de Viena inspirava um interesse excepcional; os productos encantadores e preciosos de Veneza, nesta ordem de trabalhos, não encontrava similares em França. Na classe das tapeçarias a palma coube (...) aos artistas do Oriente e de Bruxelas. Nas obras de marcenaria, Londres rivalisava absolutamente com Paris, quer quanto á concepção, quer quanto á execução material. (...) Em summa, **a competencia estrangeira, n'algumas industrias de arte excedia, na mór parte egualava, e nas demais se deixava presumir que não tardaria em desafiar a antiga eminencia da patria occidental do bello na idade contemporanea.** D'este modo, emquanto, por um lado, sentia oscillar a sua gloria artistica, a França experimentava, por outro, um profundo abalo nos seus interesses mercantis: a exportação entrou a decrescer constantemente, emquanto, ao mesmo passo, a importação avultava em proporções consideraveis, affluindo a disputarem com a França, no mercado nacional, os productos da arte advena. [grifos nossos]⁷¹

⁶⁹ PLUM, Werner. Op. cit. p. 92

⁷⁰ BARBOSA, Ruy. Op. cit. p. 202.

⁷¹ Ibid. p. 202-203.

As nações disputavam entre si o cetro pelo seu desempenho artístico e a França “sentia oscillar a sua gloria artistica”. Apesar do seu bem organizado sistema de ensino técnico, o Estado francês constatava que isto não lhe assegurava os interesses mercantis. Enquanto isso, a Inglaterra continuava imbatível no progresso científico e tecnológico, mesmo com um sistema público de ensino técnico deficitário. TREUE, citado por PLUM, compara a sofisticada organização do ensino técnico francês com o inglês:

Na Grã-Bretanha, ao contrário, o país originário e líder da industrialização até fins do século XIX, **a ninguém se lhe ocorreu que, ao lado das universidades clássicas de Oxford e Cambridge, deveria existir uma Ecole Polytechnique ou uma Escola Politécnica Superior**, à semelhança daquelas existentes em Praga, Viena, Karlsruhe ou Hanover; que além das escolas famosas eram necessárias também Realschulen, porém de um novo tipo, a fim de educar e formar operários especializados, mestres, artesãos e engenheiros - em resumo os iniciadores, protagonistas e continuadores da Revolução Industrial. [grifos nossos]⁷²

E mesmo diante desse deficiente ensino técnico, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas sociais, que a nação inglesa havia alcançado em meados do século XIX, transformou-a, segundo LANDES, no protótipo da excelência e da realização industriais: “para alguns, aquela que determinava o ritmo a ser copiado e superado; para outros, uma potência econômica superior, cujas realizações se apoiavam na generosidade especial de uma Providência injusta, e, portanto, um rival a ser invejado e temido. Mas todos a observavam e visitavam, tentando aprender com ela”⁷³. Se apesar da ausência de sistematização daquela modalidade de ensino público as mercadorias inglesas predominavam em todos os mercados do mundo, somos compelidas a fazer coro com TREUE, o historiador citado por PLUM, no aspecto abaixo:

Diz-se, na verdade: a educação, a formação científico-técnica em escolas e estabelecimentos de ensino superior é o pressuposto básico da industrialização, de sua continuação e de sua intensificação. No entanto, se tal afirmação é correta, somente o é a partir de algumas décadas. **Na Grã-Bretanha, de qualquer maneira, isto não foi necessário; e, não obstante, a indústria britânica não só dominou o mercado mundial, como também o criou: o de máquinas a vapor, estradas de ferro, navios a**

⁷² PLUM, Werner. Op. cit. p. 92

⁷³ LANDES. Op. cit. p. 131-132.

vapor, navios de ferro e aço e toda a indústria de base. (...) Esse sistema escolar e educativo, sobre cuja necessidade a geração de reformadores insistentemente se expressou, por volta de 1810, só adquiriu grande influência e importância geral a partir da década de setenta e da de oitenta do século passado. Nessa época, entretanto, a industrialização na Alemanha já havia começado há algum tempo, chegando inclusive ao seu primeiro ápice. [grifos nossos]⁷⁴

Considerados sob esse ponto de vista, PLUM supõe que, pelo menos até as décadas de setenta e oitenta do século XIX, a formação técnica não foi uma condição básica do processo de industrialização, mas apenas um fenômeno concomitante que teve reduzida importância em termos da política de classes.⁷⁵ O fato da nação britânica ter reconhecido a importância da educação técnica naquela primeira exposição universal, em 1851, demonstrou simplesmente a sua capacidade de adaptação às circunstâncias para garantir a sua soberania. É isso que revela esta passagem de MARTINS: “O segredo da fortuna colonial britânica está nos dotes (ou na ausência de dotes) dos homens. Destituídos de ideias, sistemas e preconceitos, na frase de Spencer; levados única e enérgicamente pelo **instinto de ganhar, moldam-se às circunstâncias, palpam o terreno, estudam cuidadosamente os factos, vão pelo seguro.**” [grifos nossos]⁷⁶

Se o progresso científico e técnico do Estado inglês não estava alicerçado num complexo e eficiente sistema educacional, especialmente no ensino técnico, a que se deveu a sua supremacia econômica durante praticamente todo o século XIX?

Alguns poderiam atribuir o seu êxito ao emprego da astúcia. Assim, se as exposições universais estimulavam todas as nações participantes a imitar o país mais desenvolvido, nem sempre isto pode ser aplicado em todos os casos, avalia STERNBERG, citado por PLUM. Servia, por exemplo, para a Inglaterra em relação à Alemanha e à Europa Ocidental, na segunda metade do século XIX. Entretanto, isto não ocorreu nem para a Inglaterra em relação à Índia e menos ainda no que concerne aos países da Ásia e da África. Na realidade, diz STERNBERG, a sociedade burguesa não almejava que todos os

⁷⁴ Ibid. p. 99-100.

⁷⁵ Ibid. p. 100.

⁷⁶ MARTINS, Oliveira. Op. cit. p. 132-33.

países alcançassem o mesmo patamar de desenvolvimento da indústria, pois a grande indústria retirava a base da indústria nacional.⁷⁷ Assim, os países imperialistas muitas vezes impediram, prossegue o autor, através de sua política, que os países-colônias seguissem o mesmo caminho que eles. Esta mesma questão foi magnificamente captada por BUCHANAN, conforme registrado por PLUM, que assim descreveu o processo verificado na Índia:

...era um país provido de todos os elementos básicos dos quais depende a produção industrial, e mesmo assim, importou durante mais de um século produtos industriais em grandes quantidades e só desenvolveu algumas poucas das indústrias mais rudimentares, para as quais a maquinaria e a organização era altamente desenvolvida em outros países. Não obstante as ricas reservas de algodão em pluma, juta em rama, carvão de fácil extração, minério de ferro de fácil acesso e alta percentagem; não obstante uma enorme população, a qual freqüentemente, por falta de uma ocupação rendosa, passava fome; não obstante o ouro e reservas de prata, que talvez fossem maiores que em qualquer outro país do mundo ...; não obstante um extenso mercado dentro das próprias fronteiras e países adjacentes, onde produtos acabados de outros povos eram vendidos em grande escala; não obstante todas essas vantagens a Índia, depois de um século, só pôde alimentar aproximadamente 2% de sua população através do trabalho fabril.⁷⁸

Qualquer que seja a explicação para a liderança da nação inglesa, não se pode negar que ela acumulou grande quantidade de riqueza no processo de reordenamento das relações capitalistas e, com isso, dominou o mundo inteiro. Estes dados apresentados por MARTINS comprovam isso: as importações que, em 1851, eram de 105 milhões de libras, elevaram-se a 420 milhões em 1890; por outro lado, as exportações eram de 74 milhões de libras, em 1851 atingiram a cifra de 328 milhões em 1890.⁷⁹ Isto nos leva a repetir, mais uma vez, aquela expressiva afirmação de MARTINS: “O dinheiro é o orgulho do inglês.” É por este viés que ele avalia a posição confortável que a Inglaterra manteve durante o século XIX:

Renovando com o vapor o mecanismo da produção e dos transportes, ficaram, pelo monopólio da matéria prima da força, com o **monopólio dos mares**, onde os *steamers*, batem a navegação de vela; e com o **monopólio fabril**, inundando o mundo com os seus artefactos

⁷⁷ PLUM, Werner. Op. cit. p. 71.

⁷⁸ Ibid. p. 79.

⁷⁹ MARTINS, Oliveira. Op. cit. p. 117.

A reacção do proteccionismo contemporâneo traduz o esforço violento que o mundo faz para se libertar da contribuição e do protectorado económico da Inglaterra, a quem o carvão deu uma espécie nova de suzerania universal. Foi o que, por ventura, uma intuição genial deixou antever a Napoleão, cego pelos nevoeiros da sua ambição de conquistador. O grande duelo que termina em Waterloo, e que custou à Inglaterra 831 milhões de libras esterlinas, deu-lhe uma vitória que, nos cem anos seguintes, se traduz por lucros dez, cem, mil vezes maiores. Dissipado o medo do bloqueio continental, a Inglaterra pode [sic] assegurar o seu império mercantil e colonial como do domínio incontestado nos mares do mundo inteiro. **As suas esquadras, desfraldando imperialmente o pavilhão britânico em todas as latitudes do globo, garantem-lhe o usufruto da riqueza de todos os continentes.**

Mas as coisas começam a mudar. [grifos nossos] ⁸⁰

As oito primeiras décadas do século XIX pertenceram, indubitavelmente, à nação inglesa. Na década de 1890, porém, a supremacia inglesa começava a ser ameaçada pelos Estados Unidos e pela Alemanha em setores críticos, como o ferro e o carvão. LANDES afirma que, ainda assim, a Inglaterra manteve a liderança no mercado internacional, pois o estágio de desenvolvimento alcançado por aqueles países, na maturidade da revolução industrial, jamais se equiparou ao atingido pelos ingleses em meados do período oitocentista.⁸¹ O ano de 1890 marca, conforme afirma LANDES, o início de uma nova aceleração do modo de produção burguês no qual a formação técnica talvez pudesse vir a ter alguma influência no aceleração do processo de industrialização. Embora reconheçamos a relevância desta questão, ela já ultrapassa os limites a que nos propusemos no presente estudo. Para concluir a primeira parte deste trabalho, reafirmamos que, pelo menos, durante o período que balizamos como limites para efetuar a nossa investigação, qual seja, a segunda metade do século XIX, o ensino técnico não se constituiu na alavanca para a industrialização. Portanto, esta modalidade de ensino só poderia alicerçar-se na sua face moralizadora, assentada no princípio inglês, tão bem explicitado por NELSON, citado por EMERSON, de que “a Inglaterra esperava que cada um cumprisse com seu dever”⁸². Nesta perspectiva, bastava oferecer ao indivíduo uma educação moral que ressaltasse os deveres de cada um na edificação da civilização universal.

⁸⁰ Ibid. p. 120-21.

⁸¹ LANDES. p. 236.

⁸² EMERSON, R. W. Op. cit. p. 110.

CAPÍTULO II

O PROGRESSO DO BRASIL E O ENSINO TÉCNICO

Os progressos que todos os dias vai tendo a industria, claramente o demonstram; as invenções que o espirito de analyse faz, digamos assim, a cada instante, depois que tem ao seu dispôr os meios de investigar os segredos e as forças da natureza, abrem nossos horisontes ao homem laborioso e emprehendedor, e á proporção que umas necessidades são satisfeitas, a sua actividade procura novos obstaculos para combatter e novos recursos que tornem a vida mais facil, commoda, agradável e feliz.

E é neste lidar continuo, nesta luta porfiada do espirito contra a materia que se torna o homem, de escravo, senhor dos elementos e das forças da natureza, que se eleva o nivel da prosperidade geral, que se enriquecem as nações, e que se consegue realizar no seio dos Estados a bella divisa de Turgot: “Ordem, Liberdade e Progresso.”

O Auxiliador da Indústria Nacional [1854] ¹

O processo de reorganização internacional das relações burguesas, deflagrado pela crise de superprodução na Europa, atingiu em cheio a base da sociedade brasileira. Este reordenamento, alicerçado em dois pilares, o da modernização e a civilização, provocou uma situação conflituosa entre a classe conservadora, contrária a quaisquer mudanças, e a classe progressista que abraçou, incontinenti, as novas idéias libertadoras. A questão central da polêmica, dos desentendimentos e das indecisões foi a utilização do trabalho escravo, sustentáculo sobre o qual estava assentado todo o edificio social.

O pontapé inicial que registrou a participação do Brasil no novo “concerto das nações, em meados do século XIX, foi a lei Euzébio de Queiroz, de 17 de julho de 1850,

¹ O NOVO REDACTOR.. Introdução. **O Auxiliador da Industria Nacional** , Rio de Janeiro, n. 1 , jul. 1854. p. 12.

que suprimiu, de uma vez, o tráfico de escravos africanos ². Embora já tivesse sido declarado ilegal desde a lei brasileira anti-tráfico de 7 de novembro de 1831, aquele comércio não foi estancado e, pelo contrário, aumentou ainda mais, de modo que a população escrava ³ recebia um grande volume de reposições contínuas para compensar a alta mortalidade e, assim, os traficantes acumulavam fortunas imensas às custas da sua mercadoria mais procurada. O Conde de SUZANNET, um nobre francês que percorreu as províncias do Império brasileiro entre 1842 e 1843, relata-nos o seu entendimento acerca da continuidade daquele comércio ilícito:

De acordo com os tratados do Brasil com a Inglaterra, **o tráfico de escravos** não deveria mais existir; mas esse comércio, **favorecido pelas autoridades do país**, oferece lucros muito maiores que os riscos a correr (...) São empregados no tráfico umas galeotas de marcha rápida, construídas nos Estados Unidos. Uma galeota cujo valor com a carga era avaliada em cem mil francos ancorou na Bahia durante a minha estada lá; **trazia seiscentos escravos: e a carga valia um milhão**. De modo que supondo que de dez navios apenas um escape, o negociante que os armou cobre as despesas (...) mas isso é ser pessimista e geralmente de três galeotas enviadas com tráfico, apenas uma é aprisionada, e as outras entram no porto com o seu carregamento de escravos. Compreende-se que tão boas oportunidades estimulem os homens empreendedores que querem fazer fortuna a qualquer preço. ⁴ [grifo nosso]

O móvel que inspirava a perseguição implacável, empreendida pela Inglaterra aos navios carregados de mercadorias humanas, não era nem moral nem religiosa, afirma SUZANNET, pois essa cruzada humanitária era movida, exclusivamente, pelo interesse:

Se a emancipação dos escravos fôsse para a Inglaterra apenas uma preocupação moral e religiosa, seriam de admirar os seus esforços e de louvar a sua perseverança. Infelizmente, é difícil para quem viu Serra Leoa, conservar qualquer ilusão sobre **o móvel que inspira**

² Os tratados de comércio assinados entre o Brasil e a Inglaterra, no século XIX, sempre incluíam um item referente à questão da supressão do tráfico. Isto indica que a organização do trabalho era uma questão internacional. Por um lado, o fim da escravidão no Brasil abriria um mercado para drenar aquele imenso contingente de braços disponíveis, principalmente da Inglaterra; ao mesmo tempo criaria um novo mercado para os produtos ingleses, à medida em que os imigrantes consumiriam os seus produtos, assim como a população escrava que teria que se tornar assalariada.

³ BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura ; São Paulo: EDUSP, 1976. p.366. No período de 1840-1850, o número de escravos importados apresentou uma média anual de 33000.

⁴ SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957. p. 193-194.

esta cruzada filantrópica. Os negros tirados dos navios negreiros suportam em Serra Leoa uma escravidão mais odiosa que em tôdas as outras colônias do mundo. Antes de chegar à colônia inglesa, os desgraçados, empilhados na prisão flutuante do navio, sucumbem muitas vêzes devido aos sofrimentos do cativo atroz. Um médico inglês, cujo testemunho não pode ser suspeito, assegura que viu perecer em uma só noite vinte e cinco negros abafados por falta de ar e de cuidados, em um desses navios armados pela causa da humanidade e da civilização. Uma vez chegados à Serra Leoa, os negros são entregues sob o nome de engajados, a fazendeiros ingleses. A duração do engajamento é de quatorze anos. Os patrões os revendem sem o menor escrúpulo antes de esse prazo expirar e, para se porem a salvo, basta um certificado de óbito do engajado. Tem acontecido de os negros vendidos pelos fazendeiros da Serra Leoa serem de novo entregues aos negreiros. Todos os que visitaram o Brasil conheceram tais escravos; a princípio eu confesso que custei a acreditar que a Inglaterra tolerasse tais abusos, mas acabei me convencendo, tão evidente eram os fatos. ⁵ [grifos nossos]

Tais episódios serviram apenas para confirmar, uma vez mais, que “a filantropia pára onde começa o interêsse”. Portanto, a supressão do tráfico atendia, primordialmente, aos interesses da civilização universal e não aos dos produtores nacionais, é o que se pode depreender das palavras de EXPILLY:

O Imperio se encontrava então numa situação muito difficil. Muitos comerciantes, fazendeiros, senhores de engenho, todos os proprietários, grandes e pequenos do interior, recusavam energicamente a supressão do tráfico. Esta medida deveria, do seu ponto de vista, causar a sua ruína e, portanto, a do país. Por isso, eles não o queriam a preço nenhum.

O governo imperial estava colocado, como se vê, entre a coação inglesa e a pressão, não menos violenta que exercia sobre ele a opinião pública superexcitada.

Entretanto a **humanidade, protegida, é verdade, pelos canhões britânicos, levava vantagem contra um frouxo egoísmo. O interesse dos traficantes e dos fazendeiros se afastava diante do interesse da civilização, e também, gostamos de acreditar, diante do sopro poderoso da moral, da razão e da justiça.**

Assim como Portugal, o Brasil compreendeu, enfim, que toda resistência tornou-se inútil, e mesmo arriscada para ele. A fim de **dar uma prova séria à nova política**, demandada pela França e Inglaterra, ele rendeu-se à lei de 17 de julho de 1850, que compara o tráfico à pirataria. ⁶

⁵ Ibid. p. 194-95.

⁶ EXPILLY, Charles. *La traite, l'emigration et la colonisation au Brésil*. Paris: Guillaumin et Cia., 1865. p. 24.

A verdadeira causa da supressão do tráfico de africanos, por meio de um decreto, era conhecida de todos e era ainda mais explícita especialmente para os produtores agrícolas ou para as associações destinadas a congregar seus interesses, tal como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). No caso da província do Maranhão, por exemplo, onde o tráfico findou imediatamente após ter-se tornado ilícito e ilegal, a SAIN afirma que isto ocorreu não em virtude da moralidade dos maranhenses ser superior à dos demais brasileiros, nem foi devido ao fato deles serem mais obedientes à lei. A explicação era muito simples:

...a baixa no preço do algodão tinha empobrecido e quebrantado o animo dos nossos lavradores a ponto de não poderem pagar os negros importados ilegalmente, de mais em mais encarecidos pela persiguição dos cruzeiros inglezes. E assim é que as raras tentativas de trafico illicito deram prejuizos aos armadores, pelas difficuldades que encontraram na venda dos negros, e ainda maiores na cobrança do seu preço, o que lhes tirou a vontade de progredirem no crime.⁷

Em termos gerais, a libertação dos escravos no Brasil significava igualar-se às sociedades mais civilizadas, mais ricas e mais prósperas do mundo – porque era sob a forma de trabalho livre que elas produziam a riqueza e o progresso – mas, ao mesmo tempo, significava reorganizar toda a sociedade, de alto a baixo. IANNI, ao revelar que o trabalho escravo obstaculizava a expansão da racionalidade inerente à aceleração da produção de lucro, ajuda-nos a compreender melhor esta questão da necessidade de colocar fim ao regime escravocrata:

Como a economia nacional estava organizada para produzir mercadorias, isto é, lucro, a empresa exigia renovação contínua, tanto em sua organização geral como no planejamento da utilização dos fatores. Por isso, impõe-se a transformação do escravo em trabalhador livre, daquele que é **meio de produção em assalariado**. Em outras palavras, **a mão-de-obra, simplesmente, transforma-se em força de trabalho, no sentido de fator adequado à produção de lucro**. Ao transformar o escravo em trabalhador livre, o que ocorre é a libertação da empresa dos ônus da propriedade de um “fator” que agora só interessa pela sua **capacidade de produzir valor**. A libertação do escravo é o processo pelo qual se dá um avanço na constituição das **condições racionais indispensáveis à**

⁷ RELATORIO dos trabalhos da sociedade auxiliadora da industria nacional durante o anno de 1856, apresentado a s. ex. o sr. ministro do imperio pelo presidente da mesma sociedade, Marquez de Abrantes, e pelo Secretario Perpetuo, Dr. Manoel d'Oliveira Fausto. p. 262.

produção crescente de lucro. Somente quando o trabalhador é livre sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria. E, como tal, ela pode ser comprada segundo as necessidades da empresa, isto é, da produção de lucro. Esse é o sentido essencial da abolição. As transformações da estrutura econômica impuseram a libertação do escravo. É com a separação completa entre o trabalhador e os meios de produção que se estabelece uma condição básica à entrada da economia nacional no ciclo da industrialização.⁸ [grifos nossos]

Neste estudo, a industrialização deve ser entendida tal como a define SILVA, como o aspecto técnico do desenvolvimento das forças produtivas correspondentes à reprodução das relações de produção dominantes:

O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é **somente desenvolvimento das forças produtivas; é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas**. Em outras palavras, o reforço da dominação do capital sobre o trabalho. Os dois processos estão intimamente ligados, de modo que um não existe sem o outro. Não há desenvolvimento das forças produtivas, senão sob relações de produção dadas. Todo desenvolvimento de relações de produção implica um tipo específico de desenvolvimento das forças produtivas e portanto a transformação das relações técnicas de produção correspondentes às antigas relações de produção.

A industrialização representa essa transformação (revolucionarização) do processo de trabalho pelas relações de produção capitalistas.⁹ [grifos nossos]

A industrialização, considerada aqui como o aspecto específico – o tecnológico – da revolução industrial, “acrescida de suas conseqüências econômicas, em particular o deslocamento de mão-de-obra e recursos da agricultura para a indústria” está, conforme LANDES (1994), no centro de um processo mais amplo e complexo, conhecido como **modernização**. Modernizar-se, na definição do autor, significa: introduzir um conjunto de mudanças “**no modo de produção e de governo, na ordem social e institucional, no corpo de conhecimentos e nas atitudes e valores**”, que coloca uma sociedade em condições “**competir em termos de igualdade** na geração de riquezas materiais e culturais,

⁸ IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, s.d. t. II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. p. 304.

⁹ SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995. p. 14.

preservar sua independência e promover novas mudanças adaptando-se a elas”¹⁰.
[grifos nossos]

O processo de reorganização da sociedade burguesa exigia a modernização conjunta de todos os países e, para garantir o sucesso desse empreendimento, todos os meios eram válidos, tal como ocorreu na supressão do tráfico negreiro¹¹ no Brasil que colocou o governo brasileiro entre dois fogos igualmente poderosos: os canhões britânicos (coação física) e a opinião pública superexcitada (coação moral). As nações civilizadas do período oitocentista notabilizavam-se pela sua indústria, ou seja, pelo desenvolvimento material que haviam alcançado e pela riqueza que então ostentavam. Esta era uma situação almejada pelos demais países que viam na industrialização, isto é, na introdução de novos métodos produtivos, o caminho para alcançar a civilização.

É preciso salientar que a reforma da sociedade brasileira estava fortemente atrelada aos ditames internacionais do desenvolvimento capitalista e deveria alicerçar-se no trabalho livre porque este era o modo pelo qual as nações civilizadas produziam a riqueza e a prosperidade, enfim o progresso. Embora fosse vista como uma tendência inevitável, essa transformação nas relações de produção assumiu contornos peculiares nas diferentes nações, tornando-se muito mais marcante nos países cuja riqueza era produto do trabalho escravo.

¹⁰ LANDES, David. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 10-11.

¹¹ O tráfico de escravos era o negócio mais rendoso da época. Thomas EW BANK, autor de **Vida no Brasil**, que esteve no Brasil em 1846, cita, à p. 74, o caso de um “grande negociante de escravos” que, numa única remessa com carga completa, embolsou um lucro de quase duzentos mil dólares. Num estudo específico sobre o tráfico de escravos na província do Rio de Janeiro e que resultou no livro **Em costas negras**, Manolo FLORENTINO afirma, nas p. 168-169, que o tráfico era controlado pelo capital mercantil carioca e que registrava uma lucratividade média de 20%, enquanto uma fazenda de café alcançava um limite máximo (e excepcional) de 15%. Os traficantes de africanos representavam entre 1/5 e 1/3 da comunidade mercantil carioca, porém, num levantamento solicitado pela Coroa portuguesa ao vice-rei da província do Rio de Janeiro em 1799, em que estavam relacionadas as trinta e seis maiores fortunas cariocas, sete delas aparecem direta ou indiretamente envolvidas com o tráfico de almas. “Durante os anos de 1797, 1800, 1802, 1805 e 1807, por exemplo, o valor do tráfico, medido pelos preços dos africanos entre doze e 55 anos, correspondia a uma média de 31% de todas as importações provenientes de Portugal através do Rio.” [p. 210]

O desejo de elevar o Brasil ao mesmo patamar das nações civilizadas, que norteava o pensamento dos mais eminentes brasileiros, em meados do século XIX, pode-se afirmar, não era inusitado pois expressava o espírito da época. Entretanto, verifica-se que as tentativas iniciais de industrializar o Brasil e, deste modo, introduzi-lo no “concerto das nações” podem ser vislumbradas já no início do século com as primeiras medidas adotadas por D. João, quando chegou ao Brasil, sua mais importante colônia porquanto nela “se encontravam as fontes principais de suas riquezas”¹². A esquadra portuguesa, “composta de oito naus, quatro fragatas, dozes brigues, e alguns navios mercantes”¹³ veio escoltada pela rainha dos mares, a Inglaterra.

O passo inicial do governo português ocorreu em São Salvador, a primeira cidade fundada pelos portugueses no Novo Mundo, onde o Príncipe rompeu com o velho sistema colonial que emperrava o comércio, a agricultura, a indústria, as artes e as ciências e lançou as bases do seu novo Império, ao autorizar a abertura dos portos brasileiros ao comércio com todas as nações estrangeiras através da Carta-régia de 28 de janeiro de 1808.¹⁴ O Padre Luís Gonçalves dos SANTOS, -- mais conhecido como Padre Perereca, que registrou tudo o que testemunhou ou teve notícia durante a permanência de D. João VI no Brasil - afirma que, com este ato, o Príncipe Regente “abriu as portas do seu Estado do Brasil à civilização, à indústria, e à geral prosperidade”¹⁵. Esta medida, afirma OLIVEIRA LIMA, nada teve de fortuita. Era condição imprescindível para a sobrevivência do reino:

Era antes uma precaução econômica necessária e inadiável porquanto, estando na ocasião fechados por motivo da invasão e ocupação francesa os portos de Portugal, que serviam de entrepostos e distribuidores dos produtos coloniais, pareceria simples loucura manter igualmente fechados os portos do Brasil e assim condenar a uma completa paralisia o movimento de exportação e importação na colônia.¹⁶

¹² WIED, Maximilian, Prinz von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. p. 6.

¹³ ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 32.

¹⁴ SANTOS, Luis Gonçalves dos (Padre Perereca). **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1981. t. 1 , p. 170-171.

¹⁵ Ibid. p. 171

¹⁶ LIMA, M. de Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 136

Na realidade, a abertura dos portos ao comércio mundial tinha um significado especial: “em relação à Europa, os portos estavam abertos apenas ao comércio da Inglaterra, enquanto durasse a guerra no continente”.¹⁷ Para a nação inglesa, que estava financeiramente abalada com as longas guerras que havia enfrentado no final do século XVIII e início do século XIX, a Carta-Régia representava a retomada do seu desenvolvimento material ao descortinar-se um novo mercado para drenar o excesso da sua produção industrial, cujo escoamento havia sido estrangulado pelo bloqueio econômico, sob o comando de Napoleão Bonaparte¹⁸, imposto pelos países continentais da Europa à Inglaterra. Esta Carta produziu efeitos imediatos no Estado britânico pois, poucos meses após a abertura dos portos, os negociantes ingleses já aportavam e se instalavam no Brasil.¹⁹ O caminho para o novo mercado, porém, não foi privilégio apenas dos ingleses, embora seu número fosse muito superior ao de outras nacionalidades. Se entre 1805 e 1806 havia entrado no porto do Rio de Janeiro de seiscentas e quarenta a oitocentas e dez embarcações portuguesas, contra uma ou outra estrangeira, este quadro modificou-se rapidamente, fato que contribuiu, sobremaneira, para o saneamento das finanças públicas em virtude da tarifa de 24% que era cobrada sobre os produtos importados:

...logo que o Brasil foi abençoado com a real presença do seu soberano, e que soou pelo universo o diploma da franqueza do comércio, vimos com prazer, e admiração entrar no mesmo porto do Rio de Janeiro no ano de 1808 noventa vasos estrangeiros, além de setecentos e sessenta e cinco nacionais; no seguinte ano de 1809 oitenta e três estrangeiros, e oitocentos e vinte e dois portugueses; no de 1810 quatrocentos e vinte e dois estrangeiros, e mil e duzentos e catorze portugueses e assim, pouco mais ou menos, o mesmo número de embarcações em os anos seguintes até ao de 1815.²⁰

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, sede da Corte, o Príncipe depositou a segunda pedra no alicerce do seu Império ao conceder a liberdade de indústria no Brasil pelo Alvará

¹⁷ MANCHESTER, Alan K. **Preceminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973. p.75.

¹⁸ LIMA, M. de Oliveira. Op. cit. p. 32.

¹⁹ MORAES, Rubens Borba de. Apresentação. In: LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. XI.

²⁰ SANTOS, Luis Gonçalves dos (Padre Perereca). Op. cit. p. 348. O autor cita, como fonte destes dados, a “Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro”, no 3, de 25 de fevereiro de 1811.

de 1º de abril de 1808. Antes disso, estava proibido o funcionamento de estabelecimentos industriais pelo Alvará de 5 de janeiro de 1785 excetuando-se “aquelas em que se tecessem fazendas grossas de algodão, próprias para uso e vestuário dos negros e para enfardar ou empacotar fazendas”.²¹ A justificativa para tal medida constava nas instruções secretas que acompanharam o Alvará:

O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produções da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mas ainda muitos artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontestáveis vantagens reunirem as da indústria e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos habitantes totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil.²²

A indústria e o comércio constituíam-se em duas das principais bases da prosperidade e grandeza das nações. Ao autorizar a abertura dos portos e conceder a liberdade de indústria, o Príncipe revogou as peias do sistema colonial. Tudo indicava que o novo Império encaminhava-se para a prosperidade.²³ Para desenvolver o comércio e a indústria, era imprescindível uma instituição financeira e o alvará de 12 de outubro de 1808 criou, na capital da Corte, o Banco do Brasil:

Este interessante estabelecimento público promete ao Brasil um inesgotável manancial de riquezas, multiplicando-se por meio dele as transações mercantis, e cambiais, aumentando-se o giro do comércio, pondo-se em atividade rendosa muitos capitais pecuniários, antes mortos, e improdutivos por falta de emprego útil; acautelando-se o extravio dos reais direitos, facilitando-se os pagamentos, tanto particulares, como da Real Fazenda, e prevenindo-se a falta do numerário, que possa haver, ou pela invedável saída do ouro para países estrangeiros, ou porque os capitalistas o entesourem.²⁴

Entretanto, para transformar o Brasil num grande e rico Império não bastava criar incentivos para o comércio e a indústria. Era preciso atrair braços para aumentar a sua

²¹ FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1986. v. 1. p. 99.

²² Ibid. p. 100.

²³ SANTOS, Luis Gonçalves dos. Op. cit. p. 200.

²⁴ Ibid. p. 219-220.

agricultura, mineração, indústria e comércio. O estrangeiro, argumenta SANTOS, “além de nos trazer a indústria, as máquinas, as artes, e ciências, que tanto concorrem para a civilização, e aumento do Estado, casará, terá filhos”, e, desta forma, aumentaria o número de súditos da Coroa e contribuiria para o fortalecimento do Império. No decreto de 25 de novembro de 1808, o Príncipe Regente reforça esta tese, pois lá estava determinado que o imigrante que aqui se estabelecesse, receberia datas de terras por sesmarias.²⁵ Com relação a esta questão ARMITAGE revela que a política adotada por Portugal até então vedava “a residência e admissão dos estrangeiros”²⁶. Segundo OLIVEIRA LIMA, “razões múltiplas e sobretudo a falta de correspondência entre esse programa progressivo e a atmosfera social do Brasil, obstaram a que a imigração fosse desde o seu início um fator importante do nosso adiantamento”.²⁷ Todavia, prossegue LIMA, independentemente do resultado alcançado por esta primeira tentativa de introduzir o trabalho do braço estrangeiro em terras brasileiras, enfatiza, ela “inaugurou uma nova ordem de cousas”²⁸.

Em 28 de abril de 1809, o Príncipe Regente deu mais um pequeno impulso às indústrias nascentes por meio de um alvará que isentava de direitos aduaneiros as matérias-primas necessárias às fábricas nacionais, isentava de imposto de exportação os produtos manufaturados do país e determinava a utilização dos artigos nacionais no fardamento das tropas reais. Por outro lado, este mesmo alvará ²⁹ estabelecia concessões, tais como, a outorga de privilégios exclusivos, por 14 anos, aos inventores ou introdutores de novas máquinas e a distribuição anual de uma loteria de 60 mil cruzados em benefício das manufaturas que necessitassem de auxílio, principalmente as de lã, algodão, seda, ferro e aço. Esse subsídio foi considerado “o meio mais conveniente para promover a indústria de qualquer ramo nascente, e que vai tomando maior aumento pela introdução de novas máquinas dispendiosas, porém utilíssimas, o conferir-se-lhes algum cabedal que anime o

²⁵ Ibid. p. 222-223.

²⁶ ARMITAGE, João. Op. cit. p. 27. O autor veio para o Brasil em 1828 como auxiliar da Casa Philipe, Wood & Co. e aqui permaneceu até 1835 quando regressou à Inglaterra.

²⁷ LIMA, M. de Oliveira. Op. cit. p. 85.

²⁸ Id.

²⁹ LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 21.

Capitalista que empreende promover uma semelhante fábrica³⁰. Em contrapartida, o capitalista deveria apenas desenvolver e aperfeiçoar o seu estabelecimento.

Aparentemente, o novo reino caminhava, a passos largos, pela senda do progresso criando as condições para o seu desenvolvimento material. Porém, um tratado de comércio, firmado com a Inglaterra em 1810, concedeu àquela nação uma tarifa preferencial de 15% aos seus produtos quando os próprios portugueses pagavam 16%. Em 1816, as mercadorias inglesas e portuguesas passaram a pagar 15%, porém, somente em 1828 esta tarifa foi estendida às demais nações estrangeiras. Se por um lado, isso contribuiu para a obtenção de mercadorias a um preço mais acessível, esta tarifa provocou a ruína da pequena indústria doméstica que não resistiu à livre concorrência estrangeira e lançou “na desocupação um artesanato que, embora modesto, reunia assim mesmo, sobretudo nos maiores centros urbanos, uma parte apreciável da população”.³¹ Esta repercussão social pode ser verificada neste relato de KIDDER, viajante americano que chegou ao Rio de Janeiro em 1837:

O Sr. Walsh observou em, 1828, que raramente se viam mendigos nas ruas do Rio de Janeiro. Todavia, em 1838 a situação era inteiramente outra. Devido à brandura e ao descaso mesmo, da polícia, **grande número de vagabundos perambulava constantemente pelas ruas pedindo esmolas; indigentes de todas as espécies faziam ponto em lugares determinados, nas ruas da cidade (...)** Quando este estado de cousas estava no auge e constava que muitos se faziam passar por mendigos, o chefe de polícia (...) ofereceu aos guardas uma gratificação de 10\$000 por pedinte que conseguisse prender e levar à Casa de Correção. Dentro de poucos dias as autoridades recolheram nada menos de cento e setenta e um vagabundos, mais de quarenta dos quais foram empregados no Arsenal de Marinha. Os demais tiveram que trabalhar na Penitenciária até pagar as despesas feitas com a sua prisão. Tal medida produziu os mais salutares efeitos, pois a partir de então, passou-se a ver muito menos mendigos nas ruas, conquanto os indigentes que de fato necessitavam da caridade pública continuassem a ter plena liberdade de exercer a mendicância.³²

Em termos gerais, isso significava que havia poucas ocupações disponíveis para os homens livres uma vez que o trabalho escravo era o fundamento da nação. No final do

³⁰ Código Brasiliense (Rio de Janeiro, 1811), I, 188. In: LUZ, Nícia Vilela. Op. cit. p. 21.

³¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970. p. 136.

³² KIDDER, Daniel. Parish. **Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do sul do Brasil**. Belo Horizonte : Itatiaia ; São Paulo : EDUSP, 1980. p. 92.

século XVIII, a população brasileira era estimada em torno de três milhões e seiscentas mil almas, das quais dois quintos eram constituídas por escravos.³³ A maioria da população livre era, conforme ARMITAGE, uma “raça mista de origem africana, índia e européia; mas a branca continuou a ser a única a quem eram confiados os poderes políticos”³⁴. Em 1808, dizia-se que cerca de oitenta mil habitantes residiam no Rio de Janeiro, uma estimativa que LUCCOCK³⁵, um negociante inglês que chegou ao Brasil ainda em 1808, considera um tanto exagerada e faz um cálculo a seu modo, avaliando essa população em sessenta mil indivíduos, dos quais um terço composto de brancos ou mulatos claros. Além deles, prossegue LUCCOCK, deve-se considerar também os dezesseis mil estrangeiros, embora dez mil passassem a maior parte do tempo sobre as águas e os demais, na grande maioria, não tivessem a intenção de permanecer no Brasil. A maior parte dessa população de estrangeiros, afirma OLIVEIRA LIMA³⁶, eram os portugueses que acompanharam o Príncipe Regente.

LUCCOCK foi um arguto observador da sociedade brasileira de então, o que pode ser comprovado em inúmeras passagens de seu livro. As suas observações eram as de um inglês que tomava como parâmetro a Inglaterra, a nação tida como a mais desenvolvida da época e cuja riqueza e prosperidade eram produzidas pelo trabalho livre. A realidade brasileira, no entanto, era outra: as artes mecânicas, isto é, as atividades que demandavam uma habilidade manual eram executadas, principalmente, pelos escravos. Em geral, as famílias que possuíam escravos, tinham alguns que haviam aprendido algumas “artes comuns da vida” e que além de trabalhar nessas especialidades para a família a que pertenciam, eram também alugados pelos seus senhores a quem necessitasse desses serviços.³⁷ Deste modo, à medida que se tornava apto em algum ofício, o escravo transformava-se numa fonte de lucro e de especulação, uma vez que seu labor era vendido

³³ ARMITAGE, João. Op. cit. p. 30.

³⁴ Op. cit. p. 30.

³⁵ LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo : EDUSP, 1975. p. 28.

³⁶ LIMA, M. de Oliveira. Op. cit. p. 139.

³⁷ LUCCOCK, John. Op. cit. p. 72.

revertendo em lucro para seu patrão.³⁸ Eram os chamados negros de ganho. Se a princípio os proprietários de escravos ganhavam pouco pelos serviços prestados pelos mesmos, com o aumento da demanda esta prática deu origem a uma nova classe social: aqueles que recebiam escravos, educavam-nos, ensinavam-lhes alguma “arte útil ou ofício” e, posteriormente, usufruíam o produto do seu trabalho, seja vendendo-os ou alugando-os.³⁹ Gilberto Freyre, num estudo intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, afirma que, embora seja difícil verificar qual a profissão predominante entre os cativos, é possível identificar as artes úteis ou ofícios encontrados com maior freqüência: entre os homens – catraeiro, lenhador, talhador de carne, carreiro, sapateiro, padeiro, pescador, sangrador, cozinheiro, cambiteiro, alfaiate, caiador, carpina, marceneiro, pajem; entre as mulheres – engomadeira, lavadeira, costureira, doceira, ama-de-leite, marisqueira, enfermeira, mucama.⁴⁰

No entanto, se por um lado as artes úteis ou ofícios dos cativos eram divulgados até mesmo em jornais, por outro, era uma tarefa árdua conseguir os serviços dos homens livres, pois estes julgavam-se, conforme observou LUCCOCK, detentores de algum segredo que apenas eles e os seus pares podiam compreender. Além disso, seu orgulho e sua presunção atingiam tal nível que “consideravam-se todos eles fidalgos demais para trabalhar em público, e que ficariam degradados se vistos carregando a menor coisa, pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas do seu ofício”⁴¹. O negociante inglês descrevia a sua crescente surpresa diante da realidade que aqui encontrou, e sua incredulidade aumentava ainda mais diante das dificuldades que enfrentava para resolver até mesmo os problemas mais simples da vida quotidiana. O relato que se segue poderia ser muito bem interpretado como uma anedota, se episódios semelhantes não fossem descritos por outros contemporâneos:

³⁸ RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais, 1808-1850*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. p. 36

³⁹ LUCCOCK, John. Op. cit. p. 72. Ver também : RENAULT, Delso. Op. cit. p. 36.

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. p. 44.

⁴¹ LUCCOCK, John. Op. cit. p. 73.

Tornou-se necessário abrir uma fechadura de que se perdera a chave, e tão rara era a habilidade necessária para tanto, que o gerente e o copeiro do hotel, onde então morava, ficaram grandemente perplexos quando perguntei em que sítio se a poderia encontrar. Afinal aconselharam-me a que me dirigisse a um carpinteiro inglês que se achava estabelecido no Rio fazia perto de dois anos e que tinha muitos empregados, dos quais um foi mandado ir comigo (porque nesse tempo os mestres não se atreviam a executar trabalhos fora), com a garantia de que haveria de me contentar. Fêz-se esperar por largo tempo, mas, afinal, para compensar a demora, apareceu-me vestido de grande gala, de tricórnio, fivelas nos sapatos e abaixo dos joelhos e outras quejandas magnificências. À porta da casa tornou a estacar, na intenção de alugar algum preto para que lhe carregasse o martelo, a talhadeira e uma outra ferramenta pequena. Lembrei-lhe que sendo leves, eu me encarregaria de uma parte ou do todo, mas isso constituiria solecismo tão grande como o de usar ele próprio suas mãos. O cavalheiro esperou pacientemente até que aparecesse um negro, tratou com ele e então prosseguiu em devida forma, seguido pelo seu criado temporário. Em pouco tempo deu cabo da tarefa, quebrando a fechadura em vez de abri-la com gazua, após o que, o homem importante, puxando uma profunda reverência, retirou-se com seu lacaio.⁴²

Fatos como esse eram corriqueiros numa sociedade que era mantida pelo trabalho dos escravos e onde o trabalho manual era visto como desonroso justamente porque era executado por aqueles. A população livre, por sua vez, tinha a seu dispor uma natureza farta e era, afirma ARMITAGE, na maior parte, considerada indolente e apática.⁴³ Essa população era assim vista sob a ótica da exploração capitalista que exigia a imolação do homem ao capital. Entretanto, no Brasil a natureza era pródiga, e esta lhe permitia viver daquele modo, posto que:

Ela não lhe impõe a necessidade de desenvolver-se. A pátria do capital não é o clima tropical com sua vegetação exuberante, mas a zona temperada. Não é a fertilidade absoluta do solo, mas sua diferenciação e a variedade de seus produtos naturais que constituem a base física da divisão social do trabalho e incitam o homem, com a diversidade das condições naturais em que vive, a multiplicar suas necessidades, aptidões, instrumentos e métodos de trabalho. **A necessidade de controlar socialmente uma força natural, de utilizá-la, de apropriar-se dela ou domá-la por meio de obras em grande escala feitas pelo homem, desempenha o papel mais decisivo na história da indústria.** (...) **As condições naturais favoráveis criam apenas a possibilidade mas nunca a realidade do trabalho excedente e, conseqüentemente, da mais valia ou do produto excedente.**⁴⁴ [grifos nossos]

⁴² Ibid. p. 73.

⁴³ ARMITAGE, João. Op. cit. p. 30

⁴⁴ MARX, Karl. **O capital**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. pp. 589-90.

Se as condições naturais lhes eram favoráveis, os homens poderiam viver conforme elas lhes permitissem, até mesmo refutando o trabalho manual ou mecânico. No início do século XIX, numa época em que as estatísticas eram raras, LUCCOCK, em seu relato de viagem, efetua um breve levantamento das profissões mecânicas: “entre carpinteiros, pedreiros e gente empregada em construções, cerca de setecentos; os barbeiros também eram mui numerosos; os cuteleiros poucos, e menos ainda os ferreiros”⁴⁵. A seu modo, este negociante inglês fez uma estimativa de que os advogados deveriam ser uns quinhentos; mas, por outro lado, o pequeno número de médicos poderia dar a impressão de que a cidade era insalubre. Aliás, quanto a estes últimos, LUCCOCK acreditava que, antes da vinda da Corte, a situação era crítica:

...não existia um unico médico que tivesse sido regularmente educado nas escolas de medicina de Portugal. Tão-pouco não existiam cirurgiões, constituindo um ramo distinto da profissão; as operações menores eram praticadas por barbeiros, enquanto que as mais importantes por homens completamente ignorantes da anatomia. A habilidade dos boticários em diagnosticar e curar doenças era pouquíssimo superior ao conhecimento que tinham do corpo humano. O detalhe dos seus processo absurdos de tratamento provocaria incredulidade, tanto quanto maravilha pelo fato de os pacientes escaparem vivos e inteiros.⁴⁶

A constatação dessa realidade brasileira, exigia providências imediatas para atender às necessidades mais urgentes da população, principalmente as da Corte e do séquito que a acompanhou no exílio. Por meio de um decreto de 5 de novembro de 1808, o Príncipe D. João estabeleceu, no Hospital Real Militar da Corte, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, visando a formação de “hábeis e peritos professores, que, unindo a ciência médica com os conhecimentos práticos da cirurgia, possam exercer ambas estas faculdades com muita vantagem, e utilidade dos seus vassalos”, os quais, espalhando-se pelo Brasil, cuidassem da saúde do povo.⁴⁷

Dando prosseguimento às suas tentativas de organizar a sociedade brasileira, D. João investiu também na formação dos homens necessários para manter o edificio social.

⁴⁵ LUCCOCK, John. Op. cit. p. 72.

⁴⁶ Ibid. p. 70-71.

⁴⁷ SANTOS, Luis Gonçalves dos. Op. cit. p. 242.

Criou, primeiramente, o Colégio das Fábricas, com a finalidade “de atender à educação dos artistas e aprendizes, os quais vinham de Portugal atraídos pelas oportunidades que a permissão de indústrias criara no Brasil”⁴⁸. Em seguida, organizou uma Companhia de Artífices tendo em vista suprir as necessidades de mão-de-obra especializada – ferreiros e serralheiros - no Arsenal Real do Exército. A Academia Militar foi criada pela carta régia de 4 de dezembro de 1810 e inaugurada em 11 de abril de 1811, com a seguinte finalidade:

...estabelecer um curso regular das ciências exatas, de observação, de todas as que contêm aplicações aos estudos militares e práticos, constitutivas da ciência militar em todos os seus difíceis e interessantes ramos, e a formar hábeis oficiais de artilharia e engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topográficos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas.⁴⁹

Em 1815, por ocasião da elevação do Brasil a Reino, os negociantes do Rio de Janeiro, que Luis Gonçalves dos SANTOS denomina de “respeitável corpo do comércio”⁵⁰, aos quais, aparentemente, “deviam dizer pouco os assuntos intelectuais”⁵¹, ofereceram ao monarca uma soma de dinheiro cujos rendimentos deveriam ser aplicados em estabelecimentos que promovessem a instrução nacional. Este “respeitável corpo do comércio” escolheu entre si “alguns dos mais notáveis comerciantes, para irem aos pés do trono render as devidas graças ao Príncipe Regente pela elevação do Estado do Brasil à preeminência de Reino”. Estes foram os representantes dos comerciantes: comendador Fernando Carneiro Leão, comendador João Rodrigues Pereira de Almeida, comendador Amaro Velho da Silva, comendador Luís de Sousa Dias, comendador Joaquim José de Siqueira, comendador Geraldo Carneiro Belens, comendador José Luís da Mota, e Mateus Pereira de Almeida. Este grupo designou o comendador Fernando Carneiro Leão para oferecer à Sua Alteza Real a subscrição para a educação pública. Na primeira década do

⁴⁸ FONSECA, Celso Suckow da. Op. cit. p. 102.

⁴⁹ LIMA, M. de Oliveira. Op. cit. p.162. Sobre o mesmo assunto, ver SANTOS, Luis Gonçalves dos. Op. cit. p. 272.

⁵⁰ SANTOS, Luis Gonçalves dos. Op. cit. p. 34.

⁵¹ LIMA, M. de Oliveira. Op. cit. p. 164.

século XIX, cinco desses negociantes constituíam, juntamente com Elias Antonio Lopes e Francisco Pinheiro Guimarães, as maiores fortunas da praça carioca⁵² e, dentre eles, Fernando Carneiro Leão era o chefe do maior clã de traficantes de escravos da cidade⁵³.

O Príncipe Regente, em agradecimento à oferta recebida, decidiu unir às Cadeiras de Ciências, que já funcionavam na Corte, outras que se fizessem necessárias à formação de um Instituto Acadêmico, que compreendesse o estudo das ciências e belas-artes e sua aplicação à indústria.⁵⁴ D. João já acalentava a idéia de criar uma escola destinada ao incremento da indústria, “em que se estudassem não só os conhecimentos com que as ciências auxiliam esse desenvolvimento, como as belas-artes, que lhe dão um sentido de beleza, que é, também, condição de sucesso na indústria”⁵⁵. Encarregou, então, o Conde da Barca para que entrasse em entendimento com o Marquês de Marialva, Embaixador de Portugal na França, para que contratasse naquele país os profissionais que viessem estabelecer, no Brasil, os cursos que desejava. Em 16 de março de 1816 chegava ao Brasil um grupo de artistas e homens de ofício que ficou conhecido como Missão Artística Francesa:

Os componentes da parte artística da Missão eram todos notáveis nas suas especialidades. Debret pintava, escrevia e fazia ilustrações, Nicolas Antoine Taunay especializara-se em pintura de paisagens e batalhas, seu irmão Auguste Maria Taunay era grande escultor, Grandjean de Montigny, arquiteto de alto valor, Charles Simon Pradier, gravador de grande talento. Todos deixaram, de sua estada no Brasil, inesquecíveis obras, até hoje admiradas, e seus nomes são respeitados pelos que amam as belas-artes.⁵⁶

⁵² FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 184.

⁵³ CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 83.

⁵⁴ SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Op. cit.* p. 35.

⁵⁵ FONSECA, Celso Suckow da. *Op. cit.* p. 111.

⁵⁶ *Ibid.* p. 111-112. SANTOS, Luís Gonçalves dos, na p. 67, de suas **Memórias...**, refere-se à chegada da Missão Artística da seguinte forma: “No dia 26 [de fevereiro] em o navio americano Calphe chegaram do Havre de Grace a este porto do Rio de Janeiro, para residirem nesta capital, vários franceses, e alguns com as suas famílias, dos quais os artistas de profissão são pensionados de Sua Majestade, e destinados para o novo Instituto de Artes e Ciências, que se projeta fundar-se: os mais são oficiais de ofícios fabris, os quais, pela sua indústria, e saber, muito hão de concorrer para propagar entre os brasileiros o gosto das belas artes, e aperfeiçoar o mecanismo das manufaturas. Na frente destes se acha Mr. Le Breton, secretário perpétuo da classe das belas artes do Instituto Real de Paris, e Cavaleiro da Legião de Honra. El-Rei Nosso Senhor recebeu a todos com benignidade, e mandou que fossem aposentados, e tratados à custa da sua Real Fazenda.”

A Missão Artística de 1816 trouxe, entre os artistas, o arquiteto Grandjean de Montigny, aquele que seria, posteriormente, o mestre de BETHENCOURT DA SILVA, o fundador do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Com o desembarque dos artistas franceses parecia que teria início uma nova era na arte brasileira. O Decreto de 12 de Agosto de 1816, assinado por D. João VI, estabeleceu uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios⁵⁷ no município da Corte que, entretanto, não se concretizou. Em 1820, “a Escola Real perdeu seu caráter profissional e foi transformada na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, a qual tomou o nome, em novembro do mesmo ano, de Academia das Artes”⁵⁸. A Academia de Belas-Artes iniciou suas atividades somente em 1826. A explicação de TAUNAY para o fato do ensino de ofícios ter cedido espaço para o das artes era a de que “o país não comportava surto artístico de certa monta, devido unicamente ao oficialismo resultante de onipotente influência governamental”⁵⁹. Por este modo, D. João criou as instituições públicas que julgava necessárias para o estabelecimento do novo reino que, no entanto, revelavam-se, por vezes, “arremedos pifamente falhos dos originais”⁶⁰ que pretendiam imitar.

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil introduziu, sem dúvida alguma, inúmeras modificações rápidas e profundas que eram perceptíveis por toda parte na vida da sociedade brasileira. Esse panorama de mudanças foi assim descrito por KIDDER:

Das mais severas restrições, ou melhor, da mais absoluta ausência de vida social, o povo emergiu repentinamente para os brilhantes cerimoniais da corte cujas festas e recepções atraíam multidões de todas as direções. Na promíscua sociedade que a capital ostentava, a poeira da reclusão foi espanejada; **hábitos antigos cederam lugar a idéias novas e novas maneiras de viver**; e, tudo isso, foi-se propagando de esfera em esfera, de cidade em cidade.⁶¹ [grifo nosso]

⁵⁷ ALMEIDA, Ignacio A. Pinto. *Discurso que no faustissimo dia 19 de Outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida*. Rio de Janeiro: Imperial e Nacional, 1828. p. 14-15.

⁵⁸ FONSECA, Celso Suckow da. *Op. cit.* p. 112.

⁵⁹ TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *A missão artística de 1816*. Brasília: UnB., 1983. p. 4.

⁶⁰ LUCCOCK, John. *Op. cit.* p. 37.

⁶¹ KIDDER, Daniel Parish. *Op. cit.* p. 43.

Por vezes, as mudanças nos hábitos eram efetuadas pela força da lei, como no caso da remoção das gelosias⁶² das janelas. A explicação oficial constava no edital do intendente geral da polícia afixado nos lugares públicos da cidade, que comunicava que a sede da Corte não poderia manter “bisonhos, e antigos costumes, que apenas se podiam tolerar, quando esta porção da América era reputada uma colônia portuguesa”, tais como o uso de gelosias de madeira, que além de serem prejudiciais à saúde pública ainda deformavam o prospecto da cidade, revelando a “falta de civilização de seus moradores”.⁶³ Embora o melhoramento da aparência das ruas fosse o fundamento da ordem real, a causa verdadeira era uma questão de segurança pública: o medo de que essas gelosias fossem transformadas em locais de emboscadas, justifica LUCOCK: “Seja como for, de uma penada o Regente fêz mais no promover a salubridade e o conforto do Rio, do que se poderia obter pelas sugestões de estrangeiros, sustentados por toda a força da razão, em um século inteiro.”⁶⁴ Neste e em outros assuntos, “princiara a haver **um certo gosto pelas conveniências e maneiras da Europa**, que sem dúvida ainda há de aumentar”.⁶⁵ As gelosias foram, posteriormente, substituídas pelas janelas de ferro inglesas. Coincidentemente, a Inglaterra era grande produtora de ferro.

Estas e outras medidas adotadas por D. João visavam, segundo o seu ponto de vista, criar as bases para propiciar o nascimento da indústria no Brasil e, destarte, transformar a sociedade brasileira numa nação civilizada. Pelo menos até a sua

⁶² LUCOCK, John. Op. cit. p. 25. LUCOCK descreve em minúcias o que era a gelosia: “Entre os objetos que mais atraíam a atenção de um estrangeiro, nas ruas do Rio, achava-se a proeminência das janelas de cima, chamada gelosia. Em cada janela, e ao mesmo nível que o assoalho do cômodo, havia uma espécie de plataforma de pedra, de cerca de dois pés e meio de balanço, que servia de base ao balcão, não apenas tão alto quanto o peito, mas erguendo-se até o cimo da janela. Era feito de treliça, em geral de modelo caprichoso e dividido em painéis ou compartimentos, alguns deles munidos de dobradiças na parte de cima de maneira a formar uma espécie de alçapão que, quando aberto, por pouco que fosse, permitia às pessoas do balcão olharem para baixo a rua, a sem que elas próprias fossem vistas. Os interstícios da treliça servem a um fim de grande uso neste clima quente, a saber, a introdução de ar na casa. Emprstavam essas gelosias às fachadas das casas uma aparência carregada e suspicaz, tornando as ruas sombrias e indicando que seus habitantes eram pouco sociáveis; essa, pelo menos, era a impressão causada sobre um espírito desacostumado delas.”

⁶³ SANTOS, Luis Gonçalves dos. Op. cit. p. 237.

⁶⁴ LUCOCK, John. Op. cit. p. 26.

⁶⁵ Ibid. p. 26.

emancipação política, em 1822, o país apresentava sinais de progresso material; todavia, a partir de então, a indústria fabril definhou “à vista dos olhos por não achar favores nas leis do país”.⁶⁶ Esta situação é assim descrita por Mello MORAES, deputado pela Província de Alagoas:

Alguma coisa que aparece é sem futuro e morre logo, porque o fim de qualquer coisa que se estabelece ou cria não é por utilidade do país, e sim especulação mercantil que reverte em proveito de poucos. O Brasil, marítimo e com extensíssima costa, enseadas e barras, apesar da verba fabulosa que consome o fantasma da sua marinha de guerra, não tem navios suficientes para guarnecer as suas costas. Abundante das melhores madeiras do mundo, e com habilíssimos construtores e artistas brasileiros, e bons estaleiros, não precisa para isso de mandar construir navios na Europa.

Não obstante a verba escandalosa que consome o Ministério da Marinha, são despedidos dos arsenais os operários, a título de economia, para se mandar comprar navios por preços exorbitantes, quando poderiam ser feitos nos nossos estaleiros com outras madeiras e boa construção.

Para uma fábrica poder entre nós conseguir a isenção de direitos de uma ou outra matéria-prima que de embarços não experimenta! (...) **Os artistas vão abandonando os ofícios por não acharem o que fazer em presença da importação estrangeira...**⁶⁷ [grifo nosso]

Apesar dos ornatos da civilização proporcionados pela importação das mercadorias européias, essas medidas não trouxeram nenhum resultado prático e as indústrias nacionais não germinaram, pelo contrário, perdiam a sua base nacional. Nem mesmo a tarifa Alves Branco⁶⁸, de 1844, – que tributou em 30% a maioria dos produtos estrangeiros e alguns artigos, que já contavam com similares nacionais, com uma taxa superior – produziu o efeito desejado. Aliás, essa tarifa suscitou as mais diversas apreciações – que não serão objeto deste estudo – e que encontrou em TAVARES BASTOS um de seus mais severos críticos. Segue-se uma pequena amostra de seu

⁶⁶ MORAES, Alexandre José de Mello. **História do Brasil-Reino e Brasil-Império**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 417.

⁶⁷ Ibid. p. 417-418.

⁶⁸ LUZ, Nícia Vilela. Op. cit. p. 24. “...foram taxadas de 40 a 60 por cento as mercadorias estrangeiras que já são produzidas entre nós, como certas qualidade de vidros, e o chá, etc.; aquelas que podem ser facilmente substituídas, como o canhamação, e gumes da Índia etc.; aquelas de que temos equivalentes de perfeição satisfatória como são o mogno, e outras madeiras finas etc.; aquelas que pelo seu extenso consumo, e preço moderado podem ser vexame do Povo pagar uma alta imposição, como os vinhos etc. Foram taxados abaixo daquela quota, isto é, de 25 até 2 por cento, aquelas mercadorias que são empregadas dentro do país em muitos misteres, e artefatos como as folhas de flandres, de cobre, ferro, etc.”.

posicionamento, numa carta de sua autoria, publicada pelo Correio Mercantil, em janeiro de 1862:

No relatório da Fazenda de 1845 dizia-se abertamente que o fim da nova pauta era **desviar da agricultura, indústria ruínosa, para as fábricas e as oficinas os capitais brasileiros**. O meio empregado era, pois, repelir ou enfraquecer a concorrência dos estrangeiros em produtos, que já se obtinham ou se pudessem obter dentro do país.

Ora, depois de tantos anos de um Império incontestado, a consequência da tarifa devia ser: 1º, **o decréscimo da importação dos produtos similares estrangeiros** esmagados sob o peso dos novos impostos; 2º, **o aumento maravilhoso da produção nacional** dos artigos repelidos, ou **o estabelecimento de muitas oficinas e fábricas novas**. O primeiro fato é plenamente contestado pelos dados oficiais conhecidos de todos: **a importação dos últimos exercícios é mais do dobro da realizada no de 1844-45**, em que começou a vigorar a tarifa. O segundo está ao alcance de todo o mundo. **Uma ou outra oficina tem-se fundado; e raro é que essas mesmas se sustentem por si**, independente de auxílios pecuniários dos cofres provinciais ou gerais, sem loterias, ou sem requerer constantemente imposições sobre o estrangeiro.⁶⁹ [grifos nossos]

Em meados do século XIX, a indústria brasileira estava em seus primórdios. As fábricas que aqui existiam eram de pequeno porte e utilizavam-se de poucas máquinas, pois estas eram excessivamente caras. No entanto, muitos de seus produtos apresentavam bom acabamento, embora a produção fosse restrita e atingisse “âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturados entre as Províncias.”⁷⁰ Quantificar as indústrias existentes no Brasil no Segundo Império, segundo Lima, não era tarefa das mais simples em virtude da raridade e precariedade dos dados disponíveis.⁷¹ Ainda assim, Gylberto FREIRE tentou esboçar um panorama das manufaturas na segunda metade do século passado:

Os interesses manufatureiros concentravam-se no Rio de Janeiro, isto é, na Corte ou na Capital do Império ou em torno dela. **Das setenta e duas fábricas existentes então no Brasil**, para manufatura de chapéus, velas, sabão, cerveja, cigarros e tecidos de algodão, **cinquenta e duas estavam localizadas na Província do Rio de Janeiro**. As restantes

⁶⁹ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do Solitário**. 4 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975. p. 253.

⁷⁰ LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976. p. 264.

⁷¹ Ibid. p. 268.

distribuíam-se da maneira seguinte: na Bahia, dez; em Pernambuco, quatro apenas; no Maranhão, duas; e outras poucas espalhadas pelas províncias de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná e de São Pedro, isto é, do Rio Grande do Sul.”⁷² [grifos nossos]

Diante disso, a participação do Brasil nas Exposições Universais da Indústria, à qual compareciam as nações industrialmente mais desenvolvidas para ostentar a sua riqueza, era deveras insignificante. Na primeira delas, realizada em Londres, em 1851, o Brasil foi um mero espectador, pois havia apenas um representante brasileiro, não na qualidade de expositor, mas de enviado posto que recebeu da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a incumbência de elaborar um relatório sobre o evento:

A exposição da industria em Londres tem de ser assignalada como um marco importante na historia das relações internacionaes. Estão fechadas as portas de Jano, todas as **nações vem exhibir á porfia suas armas, suas munições para um novo combate, em que o clarim da victoria é substituido pelo ruido do vapor, e o estado febril excitado por um novo genero de prova – a concorrencia.**

Epocha economicamente memoravel, na qual o privilegio cede o passo á liberdade, fixando invariavelmente na pratica o que a sciencia tem assentado como principio.

É para lamentar porem que uma festa, toda humanitaria, fosse pelas nações considerada um torneio, origem de acanhadas rivalidades, ou de vaidosa ostentação. (...) Assim como o Brasil, os outros paizes agricolas faltaram ao convite á excepção dos Estados-Unidos que exhibio uma riquissima serie de instrumentos aratorios, e á excepção de um despoldador da ilha de Ceylão, nada se vê na exposição que recorde a cultura das plantas similares do Brasil.⁷³ [grifos nossos]

De qualquer forma, participar de um acontecimento daquele porte, e ter o seu produto premiado significava obter o aval para ingressar no seleto rol das nações civilizadas. Porém, na Exposição Universal que ocorreu em Paris, em 1855, a representação do Brasil não foi muito diferente da primeira, na qual participou como mero espectador:

O Brazil nem teve ao menos uma flôr das suas florestas, ou uma pluma das suas aves para lá mandar! Alli appareceu um soberbo diamante, proveniente de nossas fecundas terras;

⁷² FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1977. p. 57.

⁷³ LISBOA, P. de A. Exposição Universal da Industria em Londres. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, p. 89-90, set. 1851.

mas já nos não pertencia... Demais, que monta um diamante para a civilização ou o adiantamento de um paiz? Significa um acaso e nada mais – é um bello achado...⁷⁴

Este estado incipiente da indústria nacional recebia as mais diversas explicações. Na análise do viajante americano Thomas EWBank, existia na sociedade brasileira um forte preconceito ao trabalho manual que era, em parte, provocado pela permanência da escravidão negra, de cujo trabalho dependia o sustento da nação. Este julgamento invertia “a ordem natural” e destruía “a harmonia da civilização”.⁷⁵ Tal atitude de ojeriza aos serviços manuais conduzia os brasileiros às mais inusitadas situações:

O dr. C. diz que um jovem prefere morrer de fome a se abraçar a uma profissão manual. Conta que há alguns anos aconselhou uma pobre viúva, que tinha dois filhos rapazes, um de catorze e outro de dezesseis, a encaminhá-los em ofícios. A viúva ergueu-se, deixou a sala e nunca mais falou com ele, embora tivesse fornecido seus serviços profissionais gratuitamente à família durante oito anos. Recentemente, foi abordado por um funcionário do Departamento de Polícia, que se deu a conhecer como o filho mais velho da viúva e revelou que possuía um cargo satisfatório, no qual ganhava trezentos mil réis por ano – 150 dólares. Ser empregado pelo governo, na Polícia, é honroso, mas descer abaixo de empregos do governo, mesmo para ser negociante, é degradante. Como exemplo do sentimento geral, serve o seguinte cujas personagens são conhecidos meus. Um cavalheiro de 18 anos foi convencido a honrar uma casa importadora com seus serviços de escritório. Um pacote, que não era maior do que uma carta dupla, foi-lhe entregue certo dia por um dos sócios da firma, com um pedido para que o levasse a outra firma, situada nas vizinhanças. O jovem olhou para o pacote, em seguida para o negociante, tomou o pacote entre o indicador e o polegar, fitou novamente ambos, meditou por um momento, saiu lentamente e, a alguns metros da porta da casa, chamou um negro, que carregou o pacote e o acompanhou até seu destino!⁷⁶

Nessa época de indecisões e incertezas, a sociedade se uniu em torno de um objetivo comum: equiparar o Brasil às nações mais desenvolvidas, prósperas e civilizadas. Porém, os caminhos para atingir essa meta eram os mais diversos possíveis.

⁷⁴ MONTEIRO, Jacy. Discurso recitado na sessão solenne de inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. *O Brazil Artístico* (Nova Phase), 1º trim. 1911, p. 74. O autor referia-se à Exposição de 1855.

⁷⁵ EWBank, Thomas. **Vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1976. p. 145. Este americano aportou no Rio de Janeiro em fevereiro de 1846 e partiu em agosto do mesmo ano.

⁷⁶ Ibid. p. 145.

O Estado tentava dar a direção através de decretos ou da força policial e o ano de 1850 foi particularmente profícuo em medidas para assegurar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre:

A abolição do tráfico, a lei de terras e a reforma da Guarda Nacional eram medidas vinculadas entre si: a lei de terras, que era também de colonização, fora apresentada pela primeira vez em 1843 e tinha como propósito claro preparar o país para o fim eventual do trabalho escravo. A centralização da Guarda buscava fortalecer a posição do governo perante os proprietários cuja reação ao fim do tráfico e à regulamentação da propriedade rural fora negativa. Embora em sua origem não vinculado a essas medidas, o Código Comercial veio enquadrar-se perfeitamente na conjuntura, de vez que o fim do tráfico provocou pela primeira vez uma febre de negócios no país causada pela disponibilidade de capital anteriormente empregados no comércio negreiro. O ano de 1850 pode ser considerado marco entre duas fases de implantação do Estado Nacional.⁷⁷

Os produtores agrícolas estavam divididos, pois enquanto uns defendiam a modernização dos métodos produtivos por meio da utilização do trabalho livre, tanto estrangeiro como nacional, e da introdução da maquinaria, outros não abriam mão do trabalho escravo a preço nenhum. A sociedade brasileira se debatia, principalmente, em torno dos problemas que a indústria agrícola enfrentava com o fim do tráfico de escravos e buscava uma alternativa para resolver a questão da mão-de-obra agrícola, formando até mesmo associações específicas, tal como a SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL (SAIN)⁷⁸. Desta sociedade, poderiam participar as pessoas “que se fizerem dignas pelo testemunho, ou apresentação de algum invento novo, Modello, Machina, ou Memoria de conhecida utilidade e beneficio da Industria offerecido gratuitamente a esta Sociedade, e por ella aprovado, pelo que a mesma Sociedade o julgue digno de ser admittido por seo socio”.⁷⁹ Entre os seus associados incluíam-se “boa parte dos

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; Teatro de sombras**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996. pp. 236-237.

⁷⁸ A SAIN foi instalada em novembro de 1827, oito meses depois de firmado o tratado anti-tráfico entre a Inglaterra e o Brasil, o qual estabelecia que o tráfico seria considerado ilegal no prazo de três anos.

⁷⁹ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Imperial e Nacional, 1828. p. 9.

políticos mais importantes da época”.⁸⁰ A finalidade precípua desta associação de homens industriais encontrava-se expressa nos seus Estatutos:

...a aquisição, arrecadação, e conservação das Machinas, Modellos, e Inventos adquiridos, e de quanto por este meio possa concorrer, para augmento, e prosperidade da Industria Nacional neste Imperio, devendo porém mandar vir com preferencia aquellas Machinas, ou Modellos, que forem mais necessarios, e uteis á Agricultura, Fabricas, e Artes, como as bases mais solidas e importantes da prosperidade de hum Paiz.⁸¹

A SAIN procurava o melhor caminho para substituir o braço escravo quando este viesse a faltar, primordialmente através da introdução de novas técnicas agrícolas e de maquinismos. Para difundir os conhecimentos úteis, mantinha um periódico **O Auxiliador da Industria Nacional** que tinha papel fundamental nessa divulgação. A SAIN servia, também, “de fórum no qual **os elementos mais progressistas defendiam seus pontos de vista e se esforçavam de vários modos** – inclusive distribuindo sementes, fornecendo máquinas para demonstração, publicando manuais – **por introduzir reformas**”.⁸²

Ao mesmo tempo que adotavam novas técnicas agrícolas e começavam a empregar a maquinaria industrial, os agricultores precisavam encontrar um substituto humano para o trabalho escravo e, desta forma, realizar a transição para o trabalho livre da forma menos traumática possível. EXPILLY ressalta que a solução deveria ser urgente, pois, de outra forma, a agricultura estaria condenada, “num futuro próximo, à uma ruína inevitável”. Portanto, não havia muito o que pensar para encontrar uma saída rápida, barata e honrosa: “Para dizer numa palavra: **atrair ao Brasil a emigração de trabalhadores europeus**, tal era, na situação, **o único meio que restava para fecundar o solo e salvar o país**.”⁸³ [grifos nossos] O governo brasileiro demonstrava compartilhar da mesma opinião, conforme pode ser constatado no texto de divulgação do Império do Brasil na Exposição Universal de Paris, em 1867: “Para que o Brazil seja uma das maiores nações do mundo

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 44.

⁸¹ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. **Estatutos**. p. 9.

⁸² CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 44-45.

⁸³ EXPILLY, Charles. Op. cit. p. 36.

não precisa senão de população, e para atraí-la basta ser conhecido.”⁸⁴ À primeira vista, conseguir emigrantes europeus parecia ser um empreendimento relativamente fácil porque a Europa apresentava-se como um rico manancial de braços livres, como acredita EXPILLY no primeiro momento:

“O velho continente possui um excedente de população que não encontra mais seu lugar ao sol e que, cada dia, após uma luta desesperada, mas infrutífera, envia um numeroso contingente de trabalhadores às regiões mais favorecidas pela natureza e menos invadidas pelos homens.”⁸⁵ [grifo nosso]

No período compreendido entre 1850 e 1860, EXPILLY afirma que cerca de 500.000 indivíduos partiam anualmente da Europa. Destes, constatava ele, 450.000 dirigiram-se aos Estados Unidos, Austrália e Índia; os 50.000 restantes, encaminhavam-se para o México, Repúblicas do Rio da Prata, Chile. No entanto, no Brasil, não chegava nem mesmo 1/10 deste número: “O jovem império não recebe anualmente (...) 5.000 trabalhadores europeus, sobre uma cifra de 500.000 emigrantes.”⁸⁶

Se o volume de braços, tanto de europeus quanto de trabalhadores nacionais foi, a princípio, insuficiente para atender às necessidades da produção nacional, fazia-se necessário incentivar, cada vez mais, a introdução de maquinaria industrial, principalmente de equipamentos britânicos.

Os industrialistas – que ainda constituíam-se numa minoria –, por sua vez, acreditavam que o futuro do país estava na indústria nacional, opondo-se aos brados gerais que anunciavam a sua vocação agrícola. A seu modo, Irineu Evangelista de Souza – o Barão e, posteriormente, Visconde de Mauá –, acreditava estar dando a sua parcela de contribuição para o progresso do país, implantando as indústrias que julgava necessárias ao país. Não estava interessado em debater as causas que explicavam o estado do desenvolvimento material do Brasil, pois tinha por princípio que “a prática valia mais do

⁸⁴ BRASIL. Imperador (1841-1889: Pedro II). **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris**. Rio de Janeiro: Universal de Laemmert, 1867. p. 3.

⁸⁵ Ibid. p. 41.

⁸⁶ Ibid. p. 55.

que a gramática”⁸⁷ e pôs-se a criar uma indústria atrás da outra acreditando que este era o caminho para o nascimento da indústria no Brasil. Embora a tarifa Alves Branco não tenha conseguido realizar tal cometimento, ela contribuiu sobremaneira para a emergência do maior industrial do Império que “soube na sua prática social tirar largo proveito do protecionismo alfandegário”⁸⁸ e erigiu, à sua volta, um verdadeiro império financeiro constituído de dezessete empresas instaladas em seis países. Mauá controlava oito de dez das maiores empresas brasileiras (as outras duas, eram estatais). Ele era, sem dúvida, o imperador dos negócios, cujo valor total dos ativos, em 1867, alcançava 115 mil contos de réis. Havia apenas um número no país que poderia ser comparado a este: o orçamento do Império, que naquele ano era de 97 mil contos de réis. Portanto, o único adversário à sua altura era o imperador da política, e seu vizinho, D. Pedro II.⁸⁹ Apesar da pequena distância que os separava fisicamente, cada um tinha uma visão peculiar do mundo que os rodeava: Mauá era cosmopolita; D. Pedro II, nacionalista. Este acreditava que o progresso deveria ser sobretudo o intelectual e o científico; aquele, que o único progresso palpável era o material.⁹⁰

Assim os imperadores da política e dos negócios no Brasil formavam um par: dois vizinhos bicudos que não se beijavam em público – o que não impedia uma mútua atração subterrânea. Mauá apreciava o título de barão, ficava envaidecido com certos rapapés. Bem que gostaria da intimidade palaciana, de falar ele mesmo em vez de mandar recados ao rei. Da janela de seu escritório, podia às vezes ver seus adversários chegarem para demolir suas idéias durante um jantar íntimo com o soberano, e se roía de inveja. Já o rei mantinha o barão longe para evitar problemas, mas numa ou noutra noite em que avançava seus estudos de astronomia, bem que desviava com curiosidade a luneta em direção ao escritório do novo vizinho. O fato de um comerciante chegar à casa ao lado era triste, mas não havia como negar que poucos indivíduos daquela espécie tinham garra suficiente para enfrentar os imperiais desígnios de peito aberto, arrostando as consequências. E até mesmo um imperador tinha seus pecadilhos materiais, volta e meia

⁸⁷ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. p. 21

⁸⁸ SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira**. 1979. 2v: 293f, 196f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. v. 1, p. 102.

⁸⁹ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. passim.

⁹⁰ Ibid. p. 18-20.

precisava pedir favores inconfessáveis a um banqueiro – para o bem do país, Mauá nunca se negava a atendê-los.⁹¹

Mauá conhecia todos os segredos do comércio no Brasil. Entendia perfeitamente como funcionava o tráfico de escravos, pois, dos nove aos quinze anos, foi caixeiro do português João Rodrigues Pereira de Almeida, um dos maiores traficantes de escravos da época o qual atuava, ao mesmo tempo, como comerciante, banqueiro, industrial, armador. No seu segundo emprego, com Richard Carruthers, comerciante escocês, proprietário da Carruthers & Co. uma das maiores empresas de importação da praça, aprendeu tudo sobre o comércio internacional e também fez um curso completo de economia política, onde aprendeu que “os sonhos são bons quando os cálculos estão corretos”. Aos 22 anos, tornou-se gerente da empresa que continuava cada vez mais próspera.

Quando decidiu adentrar numa nova esfera de atividade, a industrial, Mauá era um comerciante bem sucedido, possuía uma fortuna que lhe “assegurava a mais completa independência” e que o convidava, simplesmente, a “desfrutá-la”.⁹² Porém, viu-se num dilema diante das dificuldades que enfrentava o país:

Travou-se em meu espírito, nesse momento, **uma luta vivaz entre o EGOISMO**, que em maior ou menor doze habita o coração humano, **e as idéas generosas** que em gráo elevado me arrastavão a outros destinos, sendo a idéa de vir a possuir uma GRANDE fortuna, questão secundaria em meu espírito, posso dizê-lo affoutamente, com a mão na consciencia e os olhos em Deos. [grifos nossos]⁹³

Resolveu, então, encabeçar e encetar uma luta para conduzir o Brasil ao desenvolvimento material visando, tão somente, o “bem público ou o progresso do país”.⁹⁴ Afinal de contas, “não tinha medo de brigas e adorava provar que tinha razão, sem se

⁹¹ CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 21.

⁹² SOUSA, Irineu Evangelista de. **Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C. e ao público.** Rio de Janeiro: J. Villeneuve & C., 1878. p. 3-4.

⁹³ Ibid. p. 4.

⁹⁴ Ibid. p. 6.

importar com o calibre do adversário”⁹⁵. Ainda que reconhecesse que a lavoura era a fonte de toda a riqueza pública do Brasil, ele estava disposto a mostrar aos ferrenhos defensores da vocação agrícola que as indústrias também poderiam florescer em solo brasileiro e que era possível ganhar dinheiro com elas. Isso ele sabia fazer melhor do que ninguém, pois tinha larga experiência no trato com capitais, dominava os segredos do comércio e, além disso, era profundo conhecedor de economia política.

Mauá acreditava firmemente que a indústria que manipulava o ferro era a mãe das outras.⁹⁶ Assim, o seu ponto de partida foi a aquisição do Estabelecimento de Fundição e Estaleiros da Ponta de Areia, considerado, na ocasião, uma das maiores empresas urbanas do Brasil, embora suas instalações lembrassem algo muito próximo a uma oficina artesanal. A transação incluía, além de um grande terreno, os telheiros, máquinas, ferramentas, utensílios e, também, 28 escravos. Estes últimos correspondiam a 1/3 do valor da transação e pagou por eles um preço acima do mercado porque eram escravos especializados: carpinteiros, fundidores, calafates, modeladores e maquinistas.

Embora defendesse o trabalho livre, era muito difícil conseguir trabalhadores livres no Rio de Janeiro de 1846, por mais bem remunerados que fossem, pois os brasileiros consideravam que o trabalho manual era humilhante e era destinado aos escravos.⁹⁷

Diante desse quadro, Mauá não tinha escolha: num mundo de senhores e escravos, a única forma de trabalho coletivo de que ele dispunha era o trabalho escravo e, sem este, seria impossível colocar em funcionamento a sua empresa. Utilizou-se de todos os recursos que estavam ao seu alcance, recrutando, inclusive, trabalhadores europeus especializados, principalmente ingleses, contratados a peso de ouro para “contornar os problemas básicos da organização do trabalho” e, deste modo, aumentar a especialização dos escravos

⁹⁵ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. p. 18.

⁹⁶ SOUSA, Irineu Evangelista de. Op. cit. p. 8.

⁹⁷ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. p. 181.

empregados na fábrica.⁹⁸ CALDEIRA descreve a realidade brasileira que Mauá teve que enfrentar naquele período:

Faltava simplesmente tudo para o funcionamento de uma empresa desses moldes no país – mas **Irineu Evangelista de Sousa se julgava capaz de suprir sozinho boa parte desse todo**. Ele possuía, é bem verdade, os dotes necessários para a tarefa. Em primeiro lugar, tinha dinheiro, um fator significativo numa terra de capitais escassos; experiência como administrador; e uma visão ampla do cenário econômico. Os sócios na Inglaterra lhe abriam possibilidades inacessíveis aos empreendedores comuns. Por fim, apesar das dificuldades políticas, seu acesso à elite dirigente do país também contava pontos a seu favor. **Mas a soma de todas essas potencialidades não bastava para garantir o êxito do empreendimento.** [grifos nossos]⁹⁹

Mauá não levou muito tempo para compreender que o sucesso ou o fracasso de um empreendimento era produzido por circunstâncias alheias à sua vontade férrea. Esta lição ele não extraiu daqueles livros de economia política que havia lido.

A sua fortuna pessoal era a prova mais cabal de que a riqueza era produto de “infatigável e honesto labor”¹⁰⁰, isto é, do trabalho. Mauá não perdia, afirma CALDEIRA, uma única oportunidade de mostrar o valor do trabalho¹⁰¹, pois acreditava que, por mais simples que fosse, somente ele traria a prosperidade e a civilização para o Brasil.

Em oito anos criou cinco grandes empresas e, na década de sessenta do século precedente, Mauá já era considerado o maior empresário do Império. Porém era uma figura ímpar: enquanto os grandes empresários privados de sua época comandavam uma única empresa, Mauá comandava um verdadeiro conglomerado: “Não era o maior banqueiro nem o maior industrial do mundo. Mas também **não havia no mundo alguém que fosse, ao**

⁹⁸ Ibid. p. 185.

⁹⁹ Ibid. p. 181

¹⁰⁰ SOUSA, Irineu Evangelista de. Op. cit.. 3.

¹⁰¹ CALDEIRA, Jorge. Op. cit. p. 260-261. Certa feita, por ocasião das festividades de inauguração das obras da construção da ferrovia, colocou nas mãos de D. Pedro II uma pá de prata, com a qual este cavou a terra por três vezes e depositou o conteúdo dentro de um carrinho de jacarandá incrustado de prata. O gesto foi repetido por todas as autoridades presentes ao evento justamente aqueles que sempre fizeram questão da distância do trabalho por se considerarem superiores. Ao final, o Imperador teve que empurrar o carrinho até o local de descarga tal qual um modesto carregador, enxugando o proletário suor da testa, tendo por assistência os trabalhadores contratados por Mauá para a construção da ferrovia.

mesmo tempo, dono de bancos, ferrovias, fábricas e indústria pesada, e que tivesse tido a idéia de juntar todos os seus negócios em torno de uma empresa financeira de alcance mundial.” [grifos nossos] ¹⁰²

Esta conduta pouco comum nos negócios, lembrava, de certo modo, o sistema adotado por João Rodrigues Pereira de Almeida – que era, ao mesmo tempo, comerciante, banqueiro, industrial e armador – porém, numa versão mais ampliada e complexa.

Numa época em que a agricultura centralizava o interesse nacional, Mauá a reconhecia como a grande fonte de toda riqueza pública da nação. Dois estabelecimentos agrícolas que haviam lhe pertencido, “forão dotados com toda a classe de instrumentos aperfeiçoados, inclusive os arados a vapor que trabalham na fazenda da Atalaia, em Macahé, sendo os primeiros importados no Brasil”¹⁰³, porém admitia que a agricultura¹⁰⁴ nunca fora objeto de sua atenção direta, embora figurasse no quadro de sócios-efetivos¹⁰⁵ da SAIN, que defendia a prevalência da indústria agrícola sobre a fabril. Destarte, a única empresa que não fazia parte dos negócios de Mauá era uma fazenda com escravos. Ele gostava de andar na contramão.

No entanto, ainda que não fosse diretamente atingido com o fim do tráfico de escravos africanos, Mauá acompanhava de perto o debate nacional de uma questão de âmbito internacional. Quando a supressão daquele comércio já era um fato consumado, pôs-se a executar um plano: “reunir os capitães, que se vião repentinamente deslocados do ilícito commercio, e fazê-los convergir a um centro donde pudesse ir alimentar as forças productivas do paiz”.¹⁰⁶ Surgiu, assim, o segundo Banco do Brasil. Deste modo, ele criou, sucessivamente, todas as empresas que julgava necessárias para o progresso material do país, embora nem sempre tenham sido bem sucedidas. Estas são aquelas que Mauá elegeu como as suas mais importantes realizações:

¹⁰² Ibid. p. 32.

¹⁰³ SOUSA, Irineu Evangelista de. Op. cit. p. 105.

¹⁰⁴ Ibid. p. 95, 106.

¹⁰⁵ SILVA, José Luiz Werneck da. Op. cit. v. 1, p. 95.

¹⁰⁶ SOUSA, Irineu Evangelista de. Op. cit. p. 20.

Estabelecimento da Ponta d'Arêa.
 Companhia de Rebocadores para a barra do Rio-Grande.
 Companhia de Illuminação a gaz do Rio de Janeiro.
 Serviços prestados á politica do governo imperial no Rio da Prata, a pedido dos ministros.
 Companhia Fluminense de Transportes.
 Banco do Brazil (anterior ao actual).
 Companhia da Estrada de Ferro de Petropolis (vulgo Mauá).
 Companhia Navegação a Vapor do Amazonas.
 Serviços prestados á organização da Estrada de Pernambuco em Londres.
 Serviços prestados á realização da Estrada de ferro da Bahia.
 Companhia Diques Flutuantes.
 Companhia de Cortumes.
 Companhia Luz Estearica.
 Montes Aureos Brazilian gold mining Company.
 Estrada de ferro de Santos a Jundiahy.
 Serviços prestados á Companhia da Estrada de ferro de D. Pedro II.
 Serviços prestados ao caminho de ferro da Tijuca.
 Botanical Garden's Rail Road Cy.
 Exploração da Estrada de ferro do Paraná a Mato Grosso.
 Cabo Submarino.
 Abastecimento de agua á capital do Imperio.
 Estrada de Ferro do Rio-Verde.
 Banco Mauá & C. e suas ramificações dentro e fóra do paiz.
 Serviços prestados á agricultura.¹⁰⁷

O império de Mauá – que lhe rendeu dois títulos, o de Barão, pela inauguração da primeira ferrovia no Brasil, em 1854, e o de Visconde, por ocasião da inauguração das transmissões telegráficas entre o Brasil e o resto do mundo, em 1874 – recebia golpes por todos os lados até a destruição de sua fortuna. A cada empresa que Mauá criava na tentativa de provar que as indústrias eram viáveis no Brasil, seguia-se uma enxurrada de acusações que o atacavam naquilo que ele considerava o seu bem mais precioso: um nome honrado. Em cada gesto, atitude ou palavra, Mauá demonstrava que todo o seu ser estava completamente impregnado da moral capitalista e era, sem dúvida, um homem de carácter:

Na idade avançada em que me acho, em presença do acontecimento que motiva esta exposição, **realizado pelo modo por que foi resolvido**, não posso ter outro objecto em vista senão salvar do naufragio aquillo que para mim vale mais do que quanto ouro tem

¹⁰⁷ Ibid. p. 6-7.

sido extrahido das minas da California – um nome puro, pois persisto em acreditar que o infortunio não é um crime. [grifos nossos]¹⁰⁸

Num mundo regido pelo egoísmo e pelos interesses pessoais, Mauá confessa que deixou-se “arrastar por idéas em que o bem publico ou o progresso do paiz tinham o predominio”.¹⁰⁹ Nesta questão, todo o seu profundo conhecimento de economia política e do funcionamento dos negócios, o seu tino comercial, a sua visão cosmopolita do mundo, a sua fortuna não o ajudaram a perceber que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, na forma da grande indústria, retirava a base da indústria nacional e que esta não poderia se desenvolver independentemente dos ditames do capital internacional. É somente nesta perspectiva que, acreditamos, seja possível compreender porque depois que todas as inúmeras realizações de Mauá haviam sido devidamente enterradas, muitas ressurgiram num projeto que apontava encaminhamentos para as questões sociais vinculadas à colonização do Brasil, em 1875. No entanto, desta vez, foram defendidas pelo governo, atreladas ao capital estrangeiro e não mais pela iniciativa privada nacional.

Como se vê, era possível perceber, em vários setores, o esforço da sociedade brasileira no sentido de equipará-la às nações tidas como civilizadas. Todavia, em 1877, a situação da indústria no Brasil não era das mais alentadoras, segundo relata o Sector d’Industria fabril do SAIN:

É preciso ter muito em vista as difficuldades proprias, com que lutam as fabricas no Brazil. Quanto maiores serão ellas, sujeitando-as a uma concurrencia plena com as estrangeiras! Para montar-se um fabrica no Brazil, é preciso mandar vir o material e pessoal da Europa, e muitas vezes a materia-prima, além de 8 a 10% com garantia para qualquer emprestimo, que se tenha de contrahir, quando na Europa paga-se 4 a 5% e menos: surgem logo os impostos; a mão d’obra muito cara; os alugueis elevados; e sobre todos estes óbices, a nova lei militar. Na Europa, em que a mão d’obra é a mais barata alguns productos custam geralmente a metade do que no Brazil: para que houvessem uma certa equidade, seria preciso, que esses productos pagassem quasi 100% de direitos d’importação, até que a industria correspondente prosperando, ou as condições de mão

¹⁰⁸ Ibid. p. 5-6.

¹⁰⁹ Ibid. p. 7.

d'obra tornando-se mais favoráveis, podêsse ella entrar em luta ou competencia com o estrangeiro, em melhores condições de tarifa.¹¹⁰

No plano das idéias, o ideário da modernização e da civilização, as pilastras do processo de desenvolvimento das relações burguesas, em meados do século XIX, foram igualmente incorporadas pela maioria dos povos, e o brasileiro não ficou à margem deste processo. Parte dos intelectuais brasileiros alicerçavam na educação o desencadeamento do progresso material do país. É a certeza de que a escravidão¹¹¹ estava com os dias contados que suscita toda a discussão sobre a educação popular, especialmente dos escravos, daqueles que não teriam mais o feitor, com o seu chicote, para contê-los e mantê-los disciplinados para o trabalho. Esta disciplina era, até então, mantida por meio de aparelhos e até mesmo de ofícios, é o que relata MACHADO DE ASSIS. Ele inicia referindo-se aos aparelhos:

Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, **mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.** Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado. [grifos nossos]

¹¹²

¹¹⁰ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. **Informações sobre o estado da industria nacional pela Secção d'Industria fabril.** Rio de Janeiro: Leuzinger, 1877. p. 11.

¹¹¹ Anteriormente, a instrução era destinada apenas às elites, tal como ficou evidenciado no período colonial, uma vez que todas as instituições escolares aqui criadas visavam a formação do quadro administrativo do país.

¹¹² MACHADO DE ASSIS, José Maria. Pai contra mãe. In: MORICONI, Italo (Org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 19.

Diante da freqüência e do volume de fugas, surgiu o ofício de pegar escravos fugidios. MACHADO DE ASSIS afirma que este era um ofício do tempo e que não exigia nenhuma formação específica:

Ora, **pegar escravos era um ofício do tempo**. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantém a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; **a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também**, ainda que por outra via, **davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem**. [grifos nossos] ¹¹³

Deste modo, se por uma lado a escravidão, em nome da manutenção da ordem social permitia lançar mão dos aparelhos e dos ofícios do tempo, por outro, a sua extinção criaria novas exigências. Quando o chicote foi arrancado das mãos do feitor, fez-se necessário substituí-lo por alguma outra forma de controle social: um censor interno que foi forjado através da educação, primordialmente da educação técnica destinada à classe trabalhadora.

Félix FERREIRA¹¹⁴, outro homem eminente que incorporou o espírito da época foi um grande defensor do ensino profissional no Brasil. Na empreitada pela reforma social, ele afirmava que duas eram as causas para o “vergonhoso” atraso da indústria nacional: a falta de vulgarização do ensino de desenho e a escravidão. A primeira porque a ignorância das regras da arte entorpecia a indústria; a segunda, aviltava-a, porque o homem livre recusava-se a exercer a mesma atividade que era destinada ao escravo.¹¹⁵ Mas, acreditava que, por meio da difusão das artes, era possível reverter esta situação, pois o aperfeiçoamento e a prosperidade verificados na indústria das nações mais desenvolvidas deviam-se, frisa FERREIRA, ao ensino e progresso das belas artes. Deste modo, da educação artística e científica do operário, dependia o nosso futuro industrial. Daí porque

¹¹³ Ibid. p. 20.

¹¹⁴ BARROS o coloca como um dos benfeitores do Liceu de Artes do Rio de Janeiro. FERREIRA foi um notável publicista; o maior divulgador daquela instituição, escrevendo muito sobre ela, exaltando, os seus méritos.

¹¹⁵ FERREIRA, Felix. **Do ensino profissional; Lycêo de Artes e Offícios**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876. p. 23.

ele diz: “Emquanto não cuidarmos seriamente das bellas-artes não teremos industria, e emquanto esta se não desenvolver não passaremos de um povo rotineiro, de uma nação tributaria dos grandes centros de civilização.”¹¹⁶ Assim, se a transição do trabalho escravo para o livre fazia-se de forma lenta e gradual – a supressão do tráfico, em 1850, a Lei do Ventre Livre, em 1871 – havia a possibilidade de assegurar que este processo transcorresse da maneira mais tranqüila possível, através da divulgação do ensino profissional.

SOUZA FILHO, ao realizar um estudo sobre o ensino técnico no Brasil apresentou um quadro nada animador: havia uma desproporção entre carreiras públicas e vida do trabalho. Ele atribuía esse desequilíbrio à falta de escolas para aqueles que não se propunham a ser médico, bacharel ou engenheiro. Destarte, ele reivindica a fundação de escolas técnicas: “A nossa principal necessidade em materia de ensino publico, diremos, synthetizando todo o nosso pensamento em uma formula incisiva, é – **menos bachareis e mais industriaes, menos ensino classico e litterario e mais ensino technico e scientifico.**” [grifos nossos] ¹¹⁷

Essa preocupação do país com a educação popular na sua modalidade técnica, foi a característica da segunda metade do século XIX, porém ganhou novo impulso na década de setenta. Internamente, observa-se que ela foi crescendo à medida que se encaminhava o processo abolicionista nacional, porém ela acompanhava, primordialmente, o processo de organização internacional do proletariado moderno que, após a derrota de 1848, recuperou-se durante a década de sessenta e culminou na Comuna de Paris, em 1871, quando durante dois meses assumiu o comando político. Lá na França, o movimento pelo ensino técnico acentuou-se depois de 1870, segundo SOUZA FILHO, “porque Sedan foi para aquelle nobre paiz, ao mesmo tempo uma tremenda catastrophe e uma grande lição”¹¹⁸. Não era

¹¹⁶ Id. Ibid. , p. 15.

¹¹⁷ SOUZA FILHO, Tarquinio. **O ensino technico no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 72.

¹¹⁸ Ibid. p. 108. Em 02/09/1870, em Sedan, o exército francês foi derrotado e preso, juntamente com o imperador Napoleão III. Este foi, posteriormente, exilado. O proletariado ficou no poder político durante dois meses.

outra a preocupação de ALMEIDA quando ele defendia a necessidade do ensino profissional:

Pela sua influência sobre a moralização e emancipação das massas, o ensino profissional é uma necessidade pública. Fecha as portas às idéias de revolução e de mudança de governo, dirige as idéias do povo para as fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem-estar podem propiciar e, pelos conhecimentos especiais que difunde, este ensino tende a aumentar a riqueza do país, desenvolvendo a produção e melhorando tanto a qualidade quanto o preço. [grifos nossos] ¹¹⁹

ALMEIDA, do mesmo modo que FERREIRA e SOUZA FILHO, acreditava que a causa do atraso no desenvolvimento material do país era devido à ausência de estabelecimentos de ensino técnico. Já WERNECK afirmava que “não é aumentando o numero de escolas que teremos um povo educado, isto é, um povo que saiba **compreender os seus deveres** perante a sociedade em que vive e o mundo que o observa.” [grifos nossos] ¹²⁰ Isto depende, segundo o autor, de mestres excepcionais que eram raros. Assim, a medida mais coerente seria, inclusive diminuir o número delas para que a criança não recebesse influências perniciosas. WERNECK conclamava também que o governo cuidasse rapidamente desta questão porque, a cada dia “a camada dos que, pedem conhecimentos, habitos do trabalho e dos deveres que têm a cumprir, vae-se engrossando com aquelles que sahem de um meio o mais corrompido – o da escravidão”¹²¹.

Como vimos no capítulo anterior, as questões assistenciais relativas ao operariado, que foram incorporadas às Exposições Universais em 1867, ocorreram concomitantemente ao crescimento da organização da classe operária, pois a incorporação deu-se no primeiro evento após a fundação, em 1864, da Associação Internacional dos Trabalhadores. Nesta perspectiva, somos compelidos a acreditar que é neste contexto que o objetivo moral se sobrepôs ao da instrução técnica porque esta foi a forma necessária para a preservação da ordem social.

¹¹⁹ ALMEIDA, José Ricardo Pires. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC ; Brasília: INEP/MEC, 1989. p. 195.

¹²⁰ WERNECK, A. P. Lacerda. **A educação do proletariado brasileiro**. Artigos publicados no DIARIO DE NOTICIAS, em 1887. Rio de Janeiro: Central, 1890. p. 8.

Essa questão apareceu também, conforme indica CUNHA (1979), nos artigos do periódico publicado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, revelando que a educação popular era uma problemática que, em meados do século XIX, interessava à sociedade brasileira em geral:

A instrução dos artifices não era vista como objetivo apenas econômico mas, também, político ideológico. Respondendo àqueles que pensavam ser perigoso ‘o ensino e instrução das classes inferiores da sociedade’, dizia um artigo do Auxiliador da Indústria Nacional, de 1843: ‘**o aperfeiçoamento da razão humana conduz ao refreamento das paixões** e estas são mais temíveis em espíritos incultos do que naqueles que a educação penetrou; **a ignorância é a companheira da anarquia e da demagogia**; quando por outra parte se tem observado que **os hábitos de reflexão**, que são inseparáveis dos gostos de leitura, **ajudam e favorecem o espírito de ordem e bom procedimento nos que a ela se dedicam.**’ No mesmo sentido, artigo publicado nesta revista, em 1871, **dizia ter a escola noturna de instrução primária para adultos que se inaugurava, uma função moralizadora.** Isso “**porque os homens dirigidos pela inteligência resistem mais vantajosamente ao arrastamento dos vícios e das paixões e, se reclamam a posse de seus sagrados direitos, curvam-se também obedientes ao cumprimento dos deveres que sociedade lhe impõe**”.¹²² [grifos nossos]

FRANCO¹²³, num estudo sobre o ensino de ofícios manufatureiros, constata que, no período compreendido entre 1818 e 1925, foram criadas 75 instituições destinadas ao ensino de ofícios aos menores abandonados. Entretanto, prossegue o autor, cerca de 55 deste total de estabelecimentos apareceram a partir de 1871. Isto nos leva a supor que o resultado da Comuna de Paris teve repercussão internacional, pois desencadeou uma atenção redobrada do Estado com a questão da educação popular, especialmente do ensino técnico.

¹²¹ Ibid. p. 9.

¹²² CUNHA, Luiz Antonio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. *Forum Educacional*, Rio de Janeiro, 3(3) : 3-47, jul./set. 1979. p. 38-39.

¹²³ FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **O ensino de ofícios manufatureiros dirigidos aos menores abandonados: Brasil 1870-1930.** 1988. 157 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 92. Estas instituições de ensino, segundo o autor, receberam as mais diferentes denominações: Casas de Educandos Artífices, Asilos, Orfanatos, Colônias, Liceus de Artes e Ofícios, Institutos, Colégios, Externatos, Seminários, Escolas de Aprendizagem Artífices.

CAPÍTULO III

**O ENSINO TÉCNICO NO LICEU DE ARTES E
OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO: “FORJA DE CIDADÃOS”¹.**

O Liceu não é só educador; é também moralizador.

D. Pedro II

A educação applica-se especialmente ás faculdades affectivas; e prepara o homem moral.
A instrucção applica-se ás faculdades intellectuaes e prepara o homem esclarecido. (...)

O Lycêo de Artes e Officios (...) realisa nobremente o preclaro typo da verdadeira escola;
d’aquella que ensina moralisando e moralisa ensinando. Ahi, o menino aprende a ser
homem segundo a lei do Creador, e a ser cidadão segundo a lei humana. D’alli, sahe elle
instruido pelo estudo e moralisado pelo trabalho.

Bezerra de Menezes

Os fundamentos sobre os quais se assentava o processo de reorganização internacional das relações capitalistas – a modernização e a civilização, isto é, o progresso técnico e científico e o progresso moral –, que teve nas exposições universais o seu principal instrumento, foram, igualmente, as diretrizes para a organização da SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS-ARTES e do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO.

¹ Expressão cunhada e registrada por Álvaro Paes de BARROS no mais copioso documento referente ao Liceu de Artes e Offícios do Rio de Janeiro que tem por título: “O Liceu de Artes e Offícios e seu fundador”, publicada, em 1956, por ocasião do centenário da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, a entidade mantenedora do Liceu de Artes e Offícios do Rio de Janeiro.

Francisco Joaquim BETHENCOURT DA SILVA, o fundador da SPBA-RJ e do LAO-RJ, reconhecia a importância daquelas exposições, periodicamente organizadas, em meados do século XIX, e das quais participava a maioria dos países do mundo:

As exposições, esses torneios monumentaes das officinas e dos laboratorios, olympiadas da civilização constituídas pela luta dos artefactos da industria de todas as nacionalidades, esforços pacificos de cada região que trabalha em busca da perfeição, da superioridade, da preferencia, synthese dos conhecimentos universaes da sciencia e da arte, consorcio da intelligencia com o braço, do espirito com a materia, tem feito mais e melhor em favor da humanidade e da solidariedade das nações do que todas as leis, todas as conquistas e victorias ensanguentadas de guerras mortíferas, fructos da agglomeração de vicios politicos, ambição da força bruta e não da boa fortuna de um povo educado e livre. [grifos nossos] ²

Imbuído do espírito da época, BETHENCOURT DA SILVA acreditava, como se vê, que aquelas exposições internacionais seriam capazes de desencadear, sem a necessidade de leis ou de guerras mortíferas, mudanças profundas nas nações que delas participavam.³ Àquela exposição em Londres, convocada pela Inglaterra – que em virtude do seu desenvolvimento industrial, havia assumido a liderança entre as nações civilizadas – compareceu a maioria dos países, e nela a anfitriã foi duramente atingida em seus alicerces, conforme indicamos no primeiro capítulo. BETHENCOURT DA SILVA deduz que, naquela ocasião, o governo inglês compreendeu de imediato que, embora sua “poderosa industria” fosse imbatível quanto à sua “perfeição technica”, ela foi “ultrapassada pelo certamen das outras nações em sentimento e gosto artistico”.⁴

O povo inglês, “raça laboriosa, genio fecundo e empreendedor, habituada a julgar do valor real das cousas pelos resultados praticos dos seus commettimentos”, reconheceu, de pronto, a superioridade da França, Bélgica, Itália e Suíça “em todas as industrias de character artistico”.⁵ A França, em especial, arrebatou, na ocasião, a maior parte dos

² BETHENCOURT DA SILVA. Lycêo de Artes e Officios: exposição historica apresentada ao Exm. Sr. Conselheiro Ministro do Imperio Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 189.

³ Id.

⁴ Ibid. p. 177.

⁵ Ibid. p. 176

prêmios conferidos aos povos estrangeiros naquela modalidade. Num relatório, elaborado pela comissão francesa nomeada para a exposição universal de 1851, e apresentado pelo Sr. Barão Carlos Dupin ao Imperador da França, os próprios franceses se puseram a investigar a causa de sua superioridade naquele evento. BETHENCOURT DA SILVA deu destaque a um pequeno trecho daquele documento:

A proporção dos premios de primeira ordem conferidos aos povos estrangeiros, era de oito por mil expositores; para os franceses porém essa proporção se elevava a trinta!! - Os espiritos mais eminentes da commissão real procuraram nas instituições francesas **o segredo de uma tão grande desigualdade** - e o acharam, (vêde bem, meus senhores) e **o acharam, nas nossas Escolas de desenho artistico e geometrico** em Lyon, em Nimes e em Paris; **nas nossas escolas de artes e officios**, que apresentam hoje as mais ricas colleções, e o ensino mais completo das sciencias applicadas ás artes uteis. [grifos nossos]⁶

BETHENCOURT DA SILVA relata que o Sr. Dupin expôs as suas opiniões com tamanha convicção e clareza que mesmo os espiritos mais duvidosos foram convencidos de que “**a verdadeira fonte desse progresso illustre da França manufactureira**, que admira as demais nações do universo”, estava nas instituições artísticas francesas e que ali se encontrava “**o segredo da sua superioridade industrial**, (...) porque é essa a unica fonte da perfeição plastica.”⁷ As belas-artes vinham sendo cultivadas na França desde o reinado de Luiz XIV, quando o Ministro Colbert fundou, a expensas do Estado, a escola francesa e disseminou-as por todas as classes do povo. Esse conhecimento produziu mudanças nos costumes, no gosto e na inteligência por toda parte, pois todos aqueles que “tomaram a perfeição como consequencia da racionalidade” se recusavam, posteriormente, a abandoná-la.⁸

A opinião de que o desenvolvimento da indústria estava estreitamente vinculado ao cultivo das ciências e das artes era compartilhada por muitos intelectuais. Tanto

⁶ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, no dia da sua organização em 23 de Novembro de 1856, no edificio do Museu Nacional. **Brazil Artístico**, t. 1, v. 1, mar. 1857. p. 19-20.

⁷ Ibid. p. 20.

⁸ Ibid. p. 19.

BETHENCOURT DA SILVA quanto os intelectuais que o acompanharam na sua cruzada civilizadora, em 1856, por ocasião da fundação da SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO, ficaram profundamente impressionados com os efeitos produzidos por aquele evento e, constantemente, demonstravam isso. Na opinião de Jacy MONTEIRO, um dos fundadores da SPBA-RJ, o brilhante desenvolvimento comercial, manufatureiro e industrial que a França, a Inglaterra, bem como outras nações européias haviam ostentado, devia-se à cultura das artes e a prova irrefutável disso era que “as nações que mais objectos d’arte offereceram, foram também aquellas que em geral mais se distinguiram em todos os outros ramos”.⁹ É por esse motivo, prossegue MONTEIRO, que todos os governos das nações mais desenvolvidas da Europa estavam investindo na educação e esta constatação levava-o a pressupor que “da educação do povo nasce a maior gloria e felicidade de uma nação”¹⁰, porque as artes são um dos ramos da educação:

Desde os tempos mais remotos, **nos lugares onde são mais cultivadas, mais policiados são os costumes.**(...) Pela cultura das bellas-artes adquire-se o gosto do bello; a virtude parece mais digna de apreço; o homem, despiendo a crosta de brutidão que o envolve, soltando-se da materialidade (...) procura assimilar-se ao ideal que o extasia e ao qual sente remontar-se o pensamento da Divindade.

“As bellas-artes são, como diz Kératry, a consequencia directa do desenvolvimento das faculdades instinctivas e adquiridas dos homens”, e eu accrescentarei que **o cultivo e o luzimento dellas são o complemento e o espécimen da civilização de um povo, o reflexo do seu genio, o typo plastico, por assim me exprimir, de seus costumes, da importancia que dá ao futuro e do modo por que ha de recompensar o presente.** [grifos nossos]¹¹

Já Mariano José ALMEIDA, mais um dos sócios-fundadores daquela associação, argumentava que desenvolver as ciências e as artes e aperfeiçoar os diferentes ramos de indústria eram os pré-requisitos para que um país se tornasse civilizado e era um dos mais convictos defensores desta corrente:

⁹ MONTEIRO, Jacy. Discurso recitado na sessão solemne de inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. *O Brazil Artístico* (Nova Phase), 1º trim. 1911, p. 73-74.

¹⁰ Ibid. p. 67.

¹¹ Ibid. p. 69.

A civilização de qualquer povo está de tal modo subordinada ao desenvolvimento das sciencias e artes, e ao aperfeiçoamento dos differentes ramos de industria, que os estadistas e homens eruditos que sinceramente almejam a felicidade de sua nação, têm com afan promovido, e incessantemente lançado suas vistas para estas fontes de verdadeira prosperidade.

A França, a Allemanha, a Inglaterra, nações nas quaes, depois da Italia, mais têm sido as artes e sciencias cultivadas, em que maior impulso se tem dado ao desenvolvimento industrial, têm para si conquistado uma bem merecida importancia.

A perfeição de suas produções artisticas e manufactureiras, preferidas e acolhidas por quasi todas as demais nações, dando em resultado um grandissimo consumo, tem muito cooperado para sua riqueza, grangeando-lhes em grande parte a preponderancia de que gozam. ¹² [grifos nossos]

Para caminhar pela “senda do adiantamento e da riqueza”, argumenta ALMEIDA, a nação brasileira deveria tomar providências imediatas. Era fundamental propiciar o desenvolvimento das belas-artes, - considerada uma das fontes da prosperidade nacional da qual dependia a sua produção manufatureira e industrial - pois, só desta forma o Brasil poderia, em pouco tempo, “adquirir o honroso titulo de nação civilisada”. ¹³

GAULT FILHO, também sócio-fundador da SPBA-RJ, partilhava do mesmo pressuposto, estava profundamente convencido de que a “indústria era filha das artes liberais” e que estas eram as verdadeiras produtoras de toda a riqueza das nações:

As bellas-artes, que têm por fim particular reproduzir o bello, são as raizes mais fecundas da riqueza de qualquer nação; e por este respeito vemos que o bom operario é nem menos estimavel nem menos precioso do que o artista de mais talento.

Quantos objectos instructivos e admiraveis para o homem mais illustrado não encontrareis nas manufacturas e officinas! É bello sem duvida estudar as ricas produções da natureza; mas os differentes meios da industria, tanto para adoçar os males como para augmentar os prazeres da vida, não são tambem interessantes e dignos de se conhecer? [grifos nossos]¹⁴

¹² ALMEIDA, Mariano José de. Discurso recitado na sessão solemne da Inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), 1º trim. 1911. p. 44.

¹³ Id. p. 44.

¹⁴ GAULT FILHO. Discurso recitado na sessão solemne da Inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), 1º trim. 1911. p. 46-47.

A indústria moderna, conforme GAULT FILHO, produzia, silenciosamente, uma profunda transformação em todas as sociedades humanas onde se desenvolvia:

Desde que a Europa está coberta de manufacturas, o espirito e o coração humano parecem ter mudado. A industria, mãe do luxo, talvez possa produzir vicios, mas tambem póde banir os da ociosidade, mil vezes mais perigosos: multiplicando os trabalhos, ella faz maior quantidade de homens gozar de riqueza e liberdade. [grifos nossos]¹⁵

A opinião de BETHENCOURT DA SILVA não era diferente da enunciada pelos seus companheiros, pois sustentava que os países que não priorizavam os conhecimentos artísticos, encontravam, indubitavelmente, sérios obstáculos para alcançar o adiantamento e a riqueza.¹⁶ As exposições universais oitocentistas já revelavam que a ciência e a arte constituíam-se nas novas formas do domínio ou do poder humano: “o mundo especulativo da sciencia a apresentar dia a dia desconhecidas joias do seu inesgotavel escritorio e a revelação da arte a enriquecer-se nos assombrosos productos da industria moderna”.¹⁷

Diante da convocação universal pela modernização e civilização, demandada pelas exposições, que visavam o reordenamento internacional das relações burguesas, pode-se dizer que a primeira Exposição Universal da Indústria marcou a história da humanidade porque deu início a uma nova era, tanto para a nação inglesa quanto para os demais países. Da mesma forma, ela teve decisiva influência na criação do LAO-RJ, porque foi a partir do desenvolvimento industrial das nações européias que dela participaram – e que compareceram ainda à segunda exposição ocorrida em Paris, em 1855 – que BETHENCOURT DA SILVA pode fazer uma avaliação do estado da indústria no Brasil que, diga-se de passagem, estava longe de ser otimista:

No meio do isolamento a que me tenho votado, esquecido no seio de minha mediocridade, compraz-me ás vezes meditar no futuro glorioso deste imperio, **na influencia que devem ter as bellas-artes sobre as riquezas deste solo, e nos artefactos produzidos com todos**

¹⁵ Ibid. p. 47.

¹⁶ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores... p. 18.

¹⁷ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. **Lycêo de Artes e Officios: exposição historica...** p. 189.

aquelles meios que nos facultam a natureza e o estudo por um povo talentoso e amante da perfectibilidade. Mas (...) vejo com pezar infindo quanto vae longe do verdadeiro caminho desse esplendido futuro (...) o trabalho e o ensino de todos os nossos artistas e operarios.

É uma meditação amarga, porque nada no mundo é mais doloroso e sentimental do que vêr continuamente esgotarem-se tantos meios pecuniarios, tantos esforços aproveitaveis, sem nada produzirem de bello ou de grandioso, apresentando-se unicamente ao publico, em resultado de tantos sacrificios, edificações mesquinhas e deploraveis, - moveis sem graça nem belleza, - manufacturas pouco compatíveis com a civilização do seculo e do paiz em que vivemos.[grifos nossos]¹⁸

Se o Brasil pretendia ingressar no restrito círculo das nações civilizadas era primordial, para realizar este feito, desenvolver, ou antes criar, a indústria nacional para que nossos produtos pudessem concorrer com aqueles por elas produzidos. A prosperidade das manufacturas e o bem-estar individual, que se verificavam em vários países da Europa, eram creditados, em grande parte, à instrução popular do desenho, cujo ensino ocupava, em geral, a quarta parte de toda a educação que recebiam os mesteirais ou homens de ofício, visto que, segundo se acreditava, além de conduzir ao aperfeiçoamento pessoal, tinha também utilidade prática.

RUY BARBOSA estava convicto de que a revolução nas idéias e as transformações que enriqueceram ou empobreceram Estados, sem derramar uma gota de sangue, haviam sido produzidas pelo ensino do desenho, e a comprovação disso estava na própria história da indústria humana, pois esta confirmava que a inteligência e a educação constituíam “o mais alto de todos os valores commerciaes, a nascente mais caudalosa da riqueza, a condição fundamental de toda a prosperidade”¹⁹. Naquele momento, diante da superioridade exibida pelas nações européias mais desenvolvidas, RUY BARBOSA só

¹⁸ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores... p. 13.

¹⁹ BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado pelo Dr. Ruy Barbosa no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e Professores do Lycêo de Artes e Officios dedicaram ao Exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphany de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1882. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884. p. 203.

poderia concluir que: “não é possível estar dentro da civilização e fóra da arte”.²⁰ Diante disso tudo, Ruy Barbosa mostrava-se ainda mais irredutível em sua convicção de que a opulência de uma nação provinha da instrução do povo. É por isso que ele diz: “não é a terra, nem o numerario, o que constitue a riqueza das nações, mas a intelligencia do homem; eis a lei fundamental da verdadeira sciencia das finanças.”²¹ Ele acreditava que a educação pela arte, através do ensino do desenho, era muito proveitosa, uma vez que educava-se “estheticamente a massa geral das populações, formando, a um tempo, o consumidor e o productor, determinando simultaneamente a offerta e a procura nas industrias do gosto”. Esta arte, denominada arte aplicada, poderia ser encontrada adornando todas as nossas necessidades mais habituais, contudo, muito mais que isso:

É como um talisman a sua influencia: **improvisa, nos Estados que a esposam, a mais deslumbrante opulencia;** exerce, nos concursos internacionaes da industria, **a mais irresistivel das fascinações;** **cria a independencia e a dignidade das classes operarias;** **espalha a suavidade do conforto e da elegancia** nas nossas casas; **perfuma o coração,** **e sublima o espirito da mulher;** faz mais adoraveis as nossas mães, faz mais angelicas as nossas filhas, faz mais amaveis as companheiras da nossa vida. [grifos nossos]²²

Os governantes dos países mais desenvolvidos eram unânimes em reconhecer que o melhor, senão único, caminho para aprimorar os produtos da sua indústria encontrava-se na propagação das belas artes, especialmente no ensino do desenho. Esta conduta dos dirigentes daquelas nações, de considerar o ensino do desenho como um aspecto primordial da educação do povo, era decorrência dos resultados apresentados por profundas investigações efetuadas, em várias épocas, para determinar qual a melhor espécie de educação para produzir operários peritos e para promover o progresso industrial. A instrução do povo não deveria restringir-se unicamente às regras principais do desenho, como também habilitá-lo a adquirir, em alto grau, a capacidade artística, tanto intelectual como manual. Esta era, igualmente, a posição de BETHENCOURT DA SILVA que se

²⁰ Ibid. p. 205.

²¹ Ibid. p. 213.

²² Ibid. p. 208.

antecipou a qualquer medida governamental, fundando o LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO:

O desenho, esse precioso ramo dos conhecimentos humanos, tão necessario a todos os individuos como a escripta, é entre nós completamente ignorado, não obstante a sua qualidade graphica. Tres ou quatro pessoas o sabem, tres ou quatro o comprehendem...

Entretanto **ninguém**, por menor que seja a sua instrução, **ignora que o paiz no qual os conhecimentos artisticos não occupam o primeiro lugar, não pôde proseguir rapidamente na senda do adiantamento e da riqueza.**

Ninguém hoje ignora que **as bellas-artes são o influxo de todas as industrias, as bases de toda a perfeição manufactureira.** [grifos nossos]²³

Assim, a crença de que o desenvolvimento material de qualquer Estado era decorrência da difusão das belas-artes, é que fez BETHENCOURT DA SILVA – um homem ligado às artes, posto que era arquiteto - acreditar que a educação seria o único caminho viável para que o Brasil ingressasse, igualmente, na “arena do século XIX - a indústria moderna”²⁴ e, conseqüentemente, no circuito dos países considerados civilizados. Se os conhecimentos artisticos eram “o influxo de todas as industrias, as bases de toda a perfeição manufactureira”, a difusão das belas-artes foi fundamental para que as nações alcançassem o desenvolvimento material e a riqueza. É por isso que ele defendia o cultivo e a proteção dessas artes também no Brasil, pois somente por esse modo ele poderia “ter influência entre as nações cultas”²⁵. Esta é a premissa que o levou a encabeçar o movimento para a fundação do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO, uma instituição dirigida ao ensino público, criada e mantida, a princípio, integralmente, pela iniciativa privada e, posteriormente, subsidiada pelo Governo Imperial, conforme

²³ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores... p. 17-18.

²⁴ FERREIRA, Felix. **Do ensino profissional; Lycêo de Artes e Officios.** Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876. p. X.

²⁵ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso pronunciado na segunda sessão preparatória da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1856. **O Brazil Artístico.** 1º trim., mar. 1911. p. 38.

consta nos Relatórios do LAO-RJ.²⁶ Esta idéia, portanto, estava muito longe de ser original e muito menos surgiu por acaso.

Um desejo era comum a todos esses brasileiros: transformar o Brasil numa nação rica, potente, civilizada na qual as ciências e as artes caminhassem de mãos dadas. Porém, para conseguir esse intento era necessário melhorar o “infeliz estado de nossos conhecimentos industriaes”²⁷. Esse desejo fez com que Bethencourt da Silva reunisse noventa e nove convidados, numa das salas do Museu Nacional, em 23 de novembro de 1856. Pronunciou, então, um discurso lamentando o estado de abatimento em que se encontravam, entre nós, as artes. Em seguida, demonstrou as vantagens que o seu cultivo trariam ao país, e conclamou todos os presentes a meditar um pouco “no resultado maravilhoso das nossas riquezas materiaes trabalhadas por meios racionaes, theóricos e scientificos”²⁸. Ele estava profundamente convencido, reafirmamos, de que as belas-artes eram as bases de toda a perfeição manufatureira e que, conseqüentemente, o atraso de nossa indústria devia-se, primordialmente, à falta de conhecimento do desenho na educação dos nossos artífices. Fazia-se necessário, portanto, preencher esta lacuna que existia na educação do povo.

Por outro lado, havia na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX um forte preconceito contra as profissões mecânicas ou manuais e estava de tal forma arraigado que os brasileiros, independentemente de qualquer vocação, acreditavam, segundo constatação do Comendador BETHENCOURT DA SILVA, que havia apenas quatro carreiras a seguir: a das armas, a da magistratura, a da medicina e a dos empregados

²⁶ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios (...) apresentados à Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas directorias de 1878 a 1881**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881. p. 5-6. Esta peculiaridade do LAO-RJ é assim descrita no Relatório:

“Oriundo da iniciativa particular e no intuito de propagar pelas classes operarias e no espirito publico o conhecimento das Bellas-Artes, foi creado n’esta Côrte, em 23 de Novembro de 1856, o Lycêo de Artes e Officios. (...) Abrindo as suas portas a quem lhe pedia alimento para o espirito, sem curar da nacionalidade de seus alumnos, recebia no mais sincero complexo todos aquelles que buscavam elevar-se pelo cultivo da intelligencia, e só em 1867 obteve do governo a realização do subsidio de 3:000\$000 votado pelo Corpo Legislativo.”

²⁷ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores... p. 13.

²⁸ Ibid. p. 22.

públicos, sendo que as duas últimas já apresentavam grande concentração de indivíduos e, desta forma, muitos jovens viam o seu talento e sacrifícios serem desperdiçados.²⁹ Este fato, prossegue o Comendador, encontra explicação nas circunstâncias que deram origem a este império:

Filhos de um paiz rico, **os Brasileiros**, admiradores de tudo o que então lhes parecia grande e bello, **amaram os conhecimentos que podiam levantar-os á altura do poder, abandonando as artes e industrias** que, posto melhor podessem satisfazer as necessidades publicas e o desenvolvimento de suas faculdades, não lhes abriam as portas da politica nem da administração.

Com isto (...) nasceu a persuasão ou crença de que os Brasileiros em geral não deviam entregar-se a mister algum que não estivesse inscripto na orbita dessas quatro dignidades.

Desta sorte, sem que alguém então o pressentisse, **o funesto prejuizo**, que insensivelmente se foi introduzindo e crescendo, **levou a sociedade brasileira a tomar como deshonrosas as profissões de artista e de operario, que não podiam ter acção immediata nos actos do governo**. Assim pensando, a mocidade que não conseguia entrar em uma dessas quatro classes, preferia a inacção, que lhe preparava uma pobreza pouco digna, a exercer um officio ou uma arte que, praticados unicamente pelos escravos para quem isso fôra deixado, não lhe traziam sinão o desprezo de seus concidadãos. Effeitos deste modo de pensar ainda actuam infelizmente no nosso tempo e no meio da nossa progressiva civilisação, si bem que em menor numero, pois que com o augmento della isto tem diminuido, e deve diminuir de dia em dia até acabar definitivamente. [grifos nossos]³⁰

Essa desvalorização das profissões liberais vinha de longa data. Era, segundo Francisco de ASSIS BARBOSA, uma herança dos povos ibéricos que, ao contrário dos povos protestantes e calvinistas, “não tinham o culto do trabalho ou das atividades utilitárias”³¹ e que, por isso, consideravam o trabalho, especialmente o braçal, como vil além de não considerá-lo “ocupação de branco”³².

Nesta questão sobre o preconceito em relação às profissões manuais ou mecânicas, o publicista Felix FERREIRA mostrava-se categórico: “**O homem livre**, ignorante em

²⁹ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso pronunciado na segunda sessão preparatoria... p. 37.

³⁰ Ibid. p. 37-38.

³¹ BARBOSA, Francisco de Assis. **A hora e a vez de Bethencourt da Silva**. Rio de Janeiro: SPBA, 1972. p. 9.

³² Id. Ibid. p. 8.

matéria de arte, **vendo-a exercida pelo escravo não a professa porque teme nivelar-se com elle; e o escravo, mais ignorante ainda, tendo á arte o mesmo horror que vota a todo trabalho de que tira proveito para alheio uso-fructo, não procura engrandecer-se aperfeiçoando-a.**” [grifos nossos] ³³

Para FERREIRA, a escravidão era, por isso, uma das duas causas para o “vergonhoso atraso” da indústria brasileira porque aviltava-a. ³⁴ A outra causa, em sua opinião, era a falta de vulgarização das regras da arte, isto é, do ensino de desenho, pois também ele partilhava do pressuposto de que da educação artística e científica do operário dependia o nosso futuro industrial. As fábricas e oficinas francesas que abarrotavam o mercado mundial com os produtos que todo o mundo utilizava, revela FERREIRA, creditavam todo o seu esplendor tão somente à divulgação dos conhecimentos científicos e artísticos. ³⁵ Deste modo, a ignorância das regras da arte entorpecia a indústria. Entendia que através da difusão das artes era possível reverter esta situação. Esta priorização do desenho era, segundo o publicista, uma exigência da própria época e não uma decisão arbitrária: “A harmonia, que deve existir entre a educação e as exigencias industriaes da actualidade, exige tambem que o dezenho occupe um lugar conspicuo na educação popular.” ³⁶ Daí porque ele vislumbrava apenas uma alternativa para que o país alcançasse o desenvolvimento material: “Emquanto não cuidarmos seriamente das bellas-artes não teremos industria, e emquanto esta se não desenvolver não passaremos de um povo rotineiro, de uma nação tributaria dos grandes centros de civilização.” ³⁷

Com relação ao estado de aviltamento da indústria brasileira pela existência da escravidão, RUY BARBOSA alegava que aquela instituição afastava não só os trabalhadores livres nacionais mas também os estrangeiros, pois mesmo aqueles que em seu país de origem tiravam o seu sustento das atividades manuais ou mecânicas, recusavam-se a

³³ FERREIRA, Felix. *Do ensino profissional; Lycêo de Artes e Officios*. p. 23

³⁴ Id.

³⁵ Ibid. p. 58-59.

³⁶ Ibid. p. 28-29.

³⁷ Ibid. p. 15.

praticá-las aqui no Brasil, preferindo o comércio “para não professar uma arte ou officio em que o escravo tem livre acesso”.³⁸ Ele acreditava, todavia, que através da difusão das artes, principalmente pelo ensino do desenho, era possível reverter esta situação:

O dezenho é um conhecimento valioso que o alumno adquire sem prejuizo das demais materias que estuda. Conhecimento que innoculando-lhe o amor ao bello, desperta-lhe muitas vezes instinctos artisticos adormecidos pela falta de incitamento, attrahindo assim á aprendizagem de uma profissão industrial, da qual muito proveito pôde colher para si e para o paiz, desviando-o ao mesmo tempo das aspirações mediocres do funcionalismo, onde na mizeria e humilhação de um emprego secundario só pôde concorrer para maior gravame dos cofres publicos, já tão sobrecarregados de immensos ordenados, com os quaes mal recompensam a interminavel classe de empregados publicos.³⁹

Não era outro o pensamento de BETHENCOURT DA SILVA ao defender a difusão da educação, pela arte, para nela assentar as bases da nossa indústria: **“Educar (...) o nosso operario, o artifice, na pratica do desenho, familiarisal-o com a sciencia e especialmente com as artes plasticas, é promover, com probabilidade de bom exito, a originalidade da industria brasileira.”**⁴⁰ É por isso que em 1856 ele lutou pela fundação de uma instituição que tivesse justamente esta preocupação:

... devemos cuidar seriamente da criação de uma Sociedade Propagadora das Bellas-Artes que, entre outros meios necessarios ao seu desenvolvimento e util fim, estabeleça um liceu de artes e officios, em que os nossos artesões, operarios e mais concidadãos estudem em lições nocturnas o desenho geometrico, industrial, artistico e architectonico, os principios das sciencias applicadas ás artes livres, podendo então em breve tempo apresentarmos, como a França, a Inglaterra, a Allemanha, a Italia e mesmo Portugal, as nossas produções a par das obras primas do seu povo.⁴¹

³⁸ BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado (...) no Sarão Artístico-Litterario... p. 24-25.

³⁹ Ibid. p. 33.

⁴⁰ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Lycêo de Artes e Offícios: exposição historica... p. 6

⁴¹ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores...p. 20.

Todos os convidados⁴² que atenderam ao convite de BETHENCOURT DA SILVA, naquela ocasião, apoiaram a sua iniciativa e, assim, teve origem a SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS-ARTES, instituída em 23 de novembro de 1856 e inaugurada a 20 de janeiro de 1857, dia de São Sebastião e aniversário de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Nos Estatutos da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, filantrópica e patriótica associação mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios, elaborados pelo seu fundador, encontravam-se expressos os seus nobres intuitos os quais traduziam todo o entusiasmo do artista assim como os sonhos do poeta, que pensava no futuro da pátria. A finalidade primordial da SPBA-RJ seria “promover, por todos os meios a seu alcance, a propagação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das bellas-artes em todo o Imperio”.⁴³ Para atingir esse fim, a SOCIEDADE procurou valorizar “os filhos das bellas-artes, fazendo nascer em todas as classes do povo o gosto pelo belo plastico, necessario não só como meio de educação, mas também como accessorio essencial a todos os officios e

⁴² BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores... p. 28-29. Por ocasião da fundação da SPBA a assembléia aclamou para a presidência, o Conselheiro de Estado Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara. Na mesma oportunidade, os sócios-fundadores elegeram, por maioria de votos, 48 sócios para compor o conselho administrativo da instituição: - Dr. Manoel de Oliveira Fausto, 1º Vice- Presidente - Brigadeiro Dr. Antonio Joaquim de Soiza, 2º Vice-Presidente - Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, 1º Secretario - Francisco Portella, 2º Secretario - João Antonio da silveira Filho, Secretario Adjuncto - Joaquim José Marques, Thesoureiro.

- Membros da comissão de redacção: Dr. Gabriel Militão de Villa-Nova Machado, Dr. Ignacio da Cunha Galvão, Mariano José de Almeida, Antonio José Victorino de Barros, Bacharel João Antonio Gonsalves da Silva, Dr. Manoel Maria de Moraes e Valle, Dr. Domingos Jacy Monteiro. - Supplentes: Dr. Manoel Antonio de Almeida, Dr. Saturnino Soares de Meirelles, Francisco José Fialho, Dr. Antonio Ferreira Pinto, Francisco Gonsalves Braga, Major Manoel de Frias e Vasconcellos, L.C. Furtado Coelho;

- Comissão Artística: -Agostinho José da Motta, João Caetano Ribeiro, João José da Silva Monteiro, Henrique Alves da Mesquita, Quintino José de Faria, Joaquim Lopes de Barros Cabral, e Eduardo Julio Janvrot. - Supplentes: Quirino Antonio Vieira, Francisco Antonio Nery, Fidelis Ferreira Paradella, José Bernardes Camello, Antonio de Padua e Castro, Serafim da Fonseca e Sá, e Custodio Carlos Dias Netto;

- Comissão economica e financeira: - Anacleto Fragoso Rhodes, Capitão Antonio Pedro Monteiro de Drummond, João Antonio de Segadas Vianna, Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis, Vicente Rodrigues, Antonio José Dias Moreira, e João Antonio da Trindade. - Suplentes: Dr. Domingos de Azeredo Coitinho Duque-Estrada, Feliciano Guilherme Pires, Florindo Joaquim da Silva, Candido José Correia da Silva Bourbon, Bernadinho Baptista Brasileiro, Thomaz Xavier Ferreira de Menezes, e Cypriano Carlos de Assis e Souza.

⁴³ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO. **Estatutos.** Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1857. p. 3.

industrias manufactureiras”⁴⁴. De conformidade com a disponibilidades dos seus recursos pecuniarios, a associação deveria empregar os seguintes meios para difundir os conhecimentos artísticos:

§ 1.º A publicação de um periodico, regularmente publicado, a que se adicionem estampas, cópias dos melhores trabalhos dos artistas neste Imperio.

§ 2.º A fundação de um Lycêo de artes e officios, em que se proporcionem a todos os cidadãos nacionaes e estrangeiros, o estudo das bellas-artes, não só como especialidade, mas tambem como applicação necessaria aos officios e industrias, explicando os principios scientificos em que ellas se baseão.

§ 3.º A criação de uma bibliotheca, especialmente artistica, á disposição de quem a quizer consultar.

§ 4.º Exposições publicas, em que se concedão premios de distincção aos expositores dos melhores trabalhos exhibidos.

§ 5.º Concursos publicos, em que o trabalho vencedor seja comprado para ornar as galerias do Lycêo.

§ 6.º Sessões publicas (ao menos no anniversario da inauguração da Sociedade), em que se leião escriptos sobre as artes e industrias relativas, expondo-se tambem os trabalhos dos alumnos do Lycêo.

§ 7.º Viagem dos seus educandos mais distinctos á Europa, afim de se aperfeiçoarem no estudo das bellas-artes.

§ 8.º Corresponder-se com todas as sociedades nacionaes e estrangeiras de igual fim, solicitando-lhes todos os esclarecimentos e auxilios que ellas lhe puderem dar.

§ 9.º Concorrer com todos os meios ao seu alcance para o estabelecimento de outras sociedades semelhantes em todas as Provincias do Imperio.⁴⁵

Embora vários meios devessem ser empregados para atender ao propósito da SOCIEDADE, dois deles revelavam-se como prioritários, como se vê no discurso proferido por Jacy MONTEIRO, um de seus sócios-fundadores, já na solenidade de inauguração daquela instituição: “Excitar a emulação, propagar o gosto, disseminar a cultura das artes, são nobres intuitos e devem conduzir a nobres fins. É para alcançar resultado tão subido

⁴⁴ Id.

⁴⁵ Ibid. p. 3-4.

que esta sociedade, organizando-se, apresentou como **dois dos seus preceitos cardeaes - a criação de uma revista e o ensino publico.**” [grifos nossos] ⁴⁶

A criação da revista, um dos preceitos norteadores da SOCIEDADE, foi concretizado em março de 1857. Na introdução do primeiro número do periódico, MONTEIRO destacou o papel primordial da imprensa na propagação dos conhecimentos artísticos:

Os Brasileiros têm engenho natural para o cultivo das artes e dos estudos liberaes; falta lhes sómente amor do porvir; faltam-lhes energia e estímulo. Entretanto, **para que o futuro risonho que antolhamos se approxime, e se alcance o prospero resultado que almejamos, é preciso um agente.** – O agente que poderá operar esta especie de ressurreição, **é a imprensa** [grifos nossos] - essa unica invenção de genio humano cuja honra foi disputada por 17 cidades, e que foi desde o seu nascimento proclamada, até por papas e bispos, **um dom divino** [grifo do autor]. **É pela troca das nobres idéias, pela exposição de sãos princípios, pela insinuação de elevados pensamentos, pela instrucción, pela cultura do gosto e pela moralidade que se chega realmente ao engrandecimento, bem-estar e liberdade de um paiz.** [grifos nossos] Não se illuda o povo, não procurem illudil-o e illudir-se os homens que se dizem **positivistas** [grifo do autor]: na cabana como no palacio, para os individuos absorvidos em graves cogitações ou engolfados no prazer, como para aquelles de quem os duros labôres ou os negocios são a occupação diaria, **ha momentos de folga, momentos em que se ha mister de uma diversão amena e calma, e ao mesmo tempo digna – é essa, de que se deve lançar mão, a leitura e o amor das artes: sem isso o ocioso como o trabalhador languecerão, e tornando-se mais aptos para receber as aguilhoadas das paixões e o acordar dos mãos instinctos, procurarão, para matar o tempo, sociedades perversas ou vergonhosos deleites.** [grifos nossos] ⁴⁷

A revista *O Brazil Artístico* teve, porém, duração efêmera, pois não ultrapassou seis números, sendo que o último foi publicado em março de 1858. Os motivos que levaram à suspensão daquela publicação foram apresentados em 1911, por ocasião da reedição daqueles primeiros números.

Publicados, em 1857, só seis números da nossa revista, tivemos de suspender a sua existência devido **às dificuldades do meio, às contrariedades que surgiram e-** por que não dizel-o – **á falta de recursos pecuniários.** [grifos nossos] Artistas pobres, operarios

⁴⁶ MONTEIRO, Jacy. Discurso recitado na sessão solemne da inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro... p. 67.

⁴⁷ MONTEIRO, Domingos Jacy. Introdução ao t. 1, n. 1, 25 de Março de 1857. *O Brazil Artístico* (Nova Phase), n. 1, p. 5-11, 1º trim. 1911. p. 7-8.

modestos e homens de letras, ricos apenas das illusões da mocidade, julgaram – elles, os companheiros do inicio desta cruzada – que lhes era facil a publicação de uma revista artistica no Brazil.

Cedo a desillusão chegou.

Exhaustos os ultimos recursos, seccas as lagrimas que lhes crestaram as faces, confessaram-se vencidos e não mais appareceu o *Brazil Artístico* [grifo do autor]. Houve tentativas de nova vida, mas o tempo fizera a sua obra destruidora; alguns redactores tinham morrido, e outros, dispersos pelas duras contingencias da vida real, não mais podiam cogitar de cousas d'arte. Todas as energias, que não tinham tombado nas primeiras refregas, concentraram seus esforços na manutenção do Lyceô de Artes e Officios.⁴⁸

O LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO que havia sido inaugurado em 9 de janeiro de 1858 foi, após a extinção da revista, alçado à condição de instrumento prioritário para propagar, desenvolver e aperfeiçoar as belas-artes. O LAO-RJ se constituía num daqueles preceitos norteadores mencionados por MONTEIRO, na inauguração da SPBA-RJ e que fazia parte do plano apresentado por BETHENCOURT DA SILVA na mesma oportunidade, adjetivado por FERREIRA de “vasto e grandioso”⁴⁹, para elevar o Brasil à categoria de nação civilizada. Esta mudança ficou registrada nos Estatutos⁵⁰ da SPBA-RJ, aprovados em 12/05/1861, cujo texto parcial pode ser consultado nos ANEXOS. O LAO-RJ se dedicava ao ensino público e investia na formação da classe trabalhadora:

Emancipada assim a intelligencia, na fraternisação da sociedade actual, o operario é um homem util á nação sem ser pesado ao Estado. Elemento vivificador da produção artistica, manufactora, industrial, - auxiliar preciso, indeclinavel da riqueza publica, aos seus athleticos labores, aos fructos de seu zelo, de sua actividade constante, ao melhoramento, á perfeição de seus artefactos, devem as nações, antigas e modernas, sua riqueza, seus recursos financeiros, sua vida commercial e seu artistico esplendor.

Consideral-o, portanto, cultivar-lhe a intelligencia, conduzil-o da humildade da officina rude e baixa ao caminho glorioso da perfectibilidade que é o ideal da poesia do trabalho, é imperioso dever de todos os governos inspirados no amor da patria, na felicidade civica,

⁴⁸. O BRAZIL ARTISTICO (Nova phase), Rio de Janeiro, 1º trim., 1911. p. 3. Editorial

⁴⁹ FERREIRA, Felix. **Bellas-Artes. Estudos e apreciações.** Rio de Janeiro: Baldomero Carqueja Fuentes, 1885. p. 290.

⁵⁰ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES. **Estatutos.** Rio de Janeiro: Industria Nacional de J.J.C. Cotrim, 1871. p. 5-6.

no valor sociológico da igualdade geral das profissões, synthese das grandes ambições de todos os povos livres. [grifos nossos] ⁵⁰

Essa priorização da educação popular como um dos preceitos da sociedade moderna, em meados do período oitocentista, era universalmente difundida principalmente pelas exposições universais da indústria:

Com a marcha dos acontecimentos hodiernos, a instrução foi constituída em principio incontroverso, incontestavel: - o maior povo, o mais ilustre, o mais rico, é o que melhor manejar o arado e o tear, o pincel e o malho, o escopro e o cinzel.

A convicção da **suprema utilidade da educação popular**, até das mais infimas camadas sociaes, não penetrou só nas nações onde domina a discussão dos negocios publicos, o povo pelo povo, a liberdade do pensamento como expressão da liberdade civica; - mas tambem nos imperios onde a consciencia e a vontade do cidadão vivem á mercê da autoridade de um só e dependentes do absorvente poderio dessa glorificação heretica da autocracia impeccavel.⁵¹

Pode-se deduzir daí que a humanidade estava empenhada em realizar, ao mesmo tempo, o progresso científico e técnico e o progresso político e moral. Esta questão estava presente, explícita ou implicitamente, nos ESTATUTOS da SPBA-RJ. Neles estavam explícitos a reforma que BETHENCOURT DA SILVA pretendia empreender para “mudar a face da nossa sociedade moral, dando-lhe um cunho de nacionalidade e libertando-a da contingencia estrangeira, que lhes impõe usos e costumes tão contrarios ao clima e aspirações do paiz.” ⁵² A questão moral estava presente já no capítulo inaugural do primeiro ESTATUTO, aprovado em 28/11/1856. Ao dispor sobre os quesitos necessários para a admissão de sócios na SPBA, o Art. 3º é contundente: “A Sociedade compor-se-ha de membros effectivos, benemeritos, conservadores, correspondentes e honorarios, **sem atenção á nacionalidade, sexo, estado ou condição; contanto que sejam moralizados e**

⁵⁰ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. *Lycêo de Artes e Officios: exposição historica...* p. 169.

⁵¹ *Ibid.* p. 189-90.

⁵² FERREIRA, Felix. *Bellas-Artes. Estudos e apreciações.* p. 290.

que prezem, amem ou professem as artes ou officios.” [grifos nossos]⁵³ Como se vê, a probidade do associado se sobrepunha a qualquer outro requisito.

A elite intelectual depositava todas as suas esperanças na associação que deveria centralizar as forças para efetuar o “aperfeiçoamento moral e intelectual da sociedade moderna”⁵⁴ e estava convencida de que o país estaria prestes a ingressar no mundo civilizado. Todos os esforços estavam, deste modo, canalizados para uma “missão mais altilouca e sublime - a de elevar a pratica do bello ao nivel attingido pelas nacionalidades mais adiantadas”⁵⁵ cujos exemplos apontavam o ponto de chegada almejado pela sociedade brasileira.

Esse desejo de transformar o Brasil numa nação civilizada abrangia todos os setores da sociedade, porém, a tarefa mais desgastante, reconhece BETHENCOURT DA SILVA, coube aos professores do LICEU⁵⁶; estes se propuseram dedicar, gratuitamente, suas horas de descanso à educação da classe trabalhadora, afinal, acreditava-se, a causa era grandiosa. O quadro de sócios da SPBA-RJ contava com “pessoas de subido valor moral e social”⁵⁷, porém, estas não eram, na sua maioria, homens de fortuna, conforme pudemos deduzir a partir da afirmação contida no editorial da reedição da revista *O Brazil Artistico*, em 1911: os sócios que estavam à frente daquele periódico eram “artistas pobres, operários modestos

⁵³ SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. 1857. p. 4.

⁵⁴ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Inauguração das aulas para o sexo feminino no Imperial Lycêo de Artes e Officios em 11 de Outubro de 1881**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881. p. iv.

⁵⁵ DINIZ, Augusto Saturnino da Silva. Discurso pronunciado na sessão solemne da Inauguração das Aulas do Sexo Feminino no Lycêo de Artes e Officios em 11 de Outubro de 1881 In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Inauguração das aulas para o sexo feminino no Imperial Lycêo de Artes e Officios em 11 de Outubro de 1881...** p. 5.

⁵⁶ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores... p. 23-26.

⁵⁷ BELLEGARDE, Guilherme. **A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e o Lycêo de Artes e Officios do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1883. p. 6. O autor, para dar provas desta afirmação, menciona três presidentes que passaram pelo SPBA: “o illustre estadista, Euzebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara, e o eminente parlamentar, Zacarias de Góes e Vasconcellos, dos quaes é mui digno successor o Conselheiro Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira.”

e homens de letras ricos apenas das illusões da mocidade”⁵⁸. Além disso, outro dado que nos conduziu a essa dedução, é o fato de, em 1864 – oito anos após a fundação da SBPA-RJ – restarem apenas 20 dos 99 sócios-fundadores, sem levar em consideração que o quadro de associados poderia ter sofrido um acréscimo após o início de suas atividades. Se os sócios contribuíam com uma mensalidade para a manutenção da SPBA, da mesma forma que aqueles associados que ficaram responsáveis pela edição do periódico foram desaparecendo, principalmente motivados pelas “duras contingências da vida” é possível que outros sócios também tenham debandado.

O REGULAMENTO DO LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO estabelece as diretrizes para o seu funcionamento. O primeiro capítulo trata da sua finalidade e organização:

Art. 1.º - O Lycêo de Artes e Offícios da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes, tem por missão especial, além de disseminar pelo povo, como educação, o conhecimento do bello, - propagar e desenvolver, pelas classes operarias, a instrucção indispensavel ao exercicio racional da parte artistica e technica das artes, officios e industrias.

Art. 2.º - Para a realização deste fim, o Lycêo terá aulas de ensino theorico-pratico, em numero compativel com as necessidades indicadas pela experiencia e segundo os recursos da Sociedade.

Art. 3.º - O ensino será gratuito, não só para os socios e seus filhos, mas para todo e qualquer individuo - livre ou liberto - que não tiver contra si alguma circumstancia que torne inconveniente a sua admissãõ, ou o constitua impossivel ao estabelecimento.

Art. 4.º - Os professores serão de cinco classes: Effectivos, adjuntos, extranumerarios, correspondentes e honorarios.⁵⁹

O segundo capítulo do REGULAMENTO também nos interessa porque dispõe sobre os estudos que eram desenvolvidos naquela instituição. As matérias que constituíam o ensino do LAO-RJ eram divididas em dois grupos: seção de ciências aplicadas e seção de artes. No primeiro grupo, incluíam-se: aritmética; álgebra até equações de segundo grau; geometria plana e no espaço; descritiva e estereotomia; física aplicada; química aplicada;

⁵⁸ O BRAZIL ARTISTICO (Nova phase), Rio de Janeiro, 1º trim., 1911. Editorial p. 3.

⁵⁹ LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento e Regimento**. Rio de Janeiro: Industria Nacional, 1871. p. 5.

mecânica aplicada. Do segundo grupo faziam parte: desenho de figura (corpo humano); desenho geométrico, inclusive as três ordens clássicas; desenho de ornatos, de flores e de animais; desenho de máquinas; desenho de arquitetura civil e regras de construção; desenho de arquitetura naval e regras de construção; escultura de ornatos e arte cerâmica; estatuária; gravura a talho doce, água forte e xilografia; pintura. Quando necessário, ministravam-se aulas suplementares e complementares do ensino. Suplementares: português, francês, inglês, geografia, história pátria, caligrafia. Complementares: filosofia de moral social, estética, história das artes e ofícios, anatomia e fisiologia das paixões, música.⁶⁰

Já o REGIMENTO DO LICEU, ao estabelecer as atribuições concernentes a cada um dos membros da diretoria, professores, funcionários e alunos daquela instituição, assim como do funcionamento dos cursos do LAO-RJ, revela sua característica mais marcante: a excessiva preocupação com a manutenção da ordem e da disciplina por todos os meios e modos. Havia, no interior daquele educandário, um rígido policiamento dos costumes. Vejamos alguns pontos: Aos vice-diretores, cabia manter a moralidade e o respeito no interior do LICEU.⁶¹ Os professores deveriam zelar pela manutenção da ordem e do silêncio necessário ao estudo e à disciplina.⁶² O vedor era responsável por auxiliar a diretoria na polícia do estabelecimento e no cumprimento dos deveres dos inspetores e contínuos, assim como vigiar o comportamento dos alunos.⁶³ O porteiro deveria impedir aglomerações no vestibulo e proibir conversações dos empregados ou alunos à porta do edifício.⁶⁴ Os inspetores deveriam manter a ordem dos escolares e professores.⁶⁵

Poderiam ser admitidos como alunos dos cursos do Liceu, tanto teóricos como práticos, “todos os indivíduos sem exceção, sem atenção á nacionalidade, côr, estado e ocupação, comtanto que sejam maiores de 12 annos, e morigerados. Para as aulas de

⁶⁰ Ibid. p. 6-7.

⁶¹ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento e Regimento.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1893. p. 22.

⁶² Ibid. p. 26.

⁶³ Ibid. p. 31

⁶⁴ Ibid. p. 31.

⁶⁵ Ibid. p. 31.

musica e arithmetica pratica admittir-se-ha de 11 annos para cima”⁶⁶. Porém, “sempre que não houver espaço para admittir todos os que quizerem aprender”⁶⁷ os sócios e seus filhos tinham a preferência na matrícula e nos lugares. Tanto os alunos, como quaisquer pessoas que freqüentassem as aulas do LICEU, deveriam preservar “a decência, a quietação e urbanidade que são proprias das pessoas bem educadas”⁶⁸. Os alunos que não atendessem a esses preceitos recebiam sanções disciplinares.

O empreendimento de BETHENCOURT DA SILVA procurou cumprir a finalidade proposta no REGULAMENTO. Ele pretendia efetuar, utilizando-se do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS esta obra de progresso e civilização uma reconstrução do edificio social pelo ensino, de modo a criar uma “nova geração de homens fortes, trabalhadores e respeitados, sem receio de competencia, sem medo de rivalidade”⁶⁹. O LICEU, segundo CARDIM, propunha-se a oferecer a instrução profissional que visava “preparar para o nosso país o artífice dotado de atributos que lhe permitissem, na era industrial que se anunciava, estar preparado para o advento da técnica como fator predominante do progresso nacional”⁷⁰. Todavia, para transformar os “artífices modestos” de então em “obreiros ilustres” do futuro, era necessário realizar, anteriormente, uma modificação nos costumes vigentes.⁷¹ Era preciso debelar o preconceito ao trabalho manual, aos ofícios e às artes mecânicas; educar o cidadão no hábito do trabalho, da ordem e da obediência a seus mestres, combatendo, ao mesmo tempo, a indolência, a pacatez infrutífera; educá-lo,

⁶⁶ Ibid. p. 33.

⁶⁷ Ibid. p. 33.

⁶⁸ Ibid. p. 34.

⁶⁹ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatorios de 1886-1888. In: _____ . **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1885 a 1888**. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895. p.131.

⁷⁰ CARDIM, Elmano. Discurso proferido, em 23 de novembro de 1956, pelo Acadêmico Elmano Cardim na sessão solene comemorativa do 1º centenário da Sociedade Propagadora das Belas Artes. In: FREIRE, Sylvio Vianna. **A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Officios: 135 anos a serviço da educação e da cultura**. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas Artes, 1991. p. 149.

⁷¹ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS. Relatorio de 1885. In: _____. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1885 a 1888**. p. 7.

também, para que, cômscio de si, de seus direitos e não menos de seus deveres, pudesse lançar-se vigoroso na luta da existência.⁷² Enfim, era necessário disseminar o trabalho assalariado e livre. Esta, pode-se dizer, era uma característica que distinguia, sobremaneira, a nação brasileira dos países civilizados onde o trabalho escravo não mais existia.

O “pai do Liceu”, Bethencourt da Silva, na Exposição histórica que fez ao Ministro do Império, Barão de Cotegipe, referia-se à instituição que criou como “benemérito arauto da instrução profissional no Brazil”⁷³ porque foi a pioneira em oferecer ao povo o ensino prático das artes e ofícios. Esta forma de ser do Liceu é assim explicada pelo editorial do jornal **O Paiz**:

Quer no ponto de vista social, quer no ponto de vista individual, a primeira condição de força é a habilitação para o trabalho, não sómente pelo valor da capacidade physica, mas principalmente pelo valor da instrução profissional, que é só quem fornece a capacidade intellectual indispensavel para dominar e reger a materia e todas as forças elementares da Natureza.

Na formação da nossa sociedade esquecemo-nos d’estes preceitos salutareos (...) Com absoluto desprezo das sciencias naturaes e da sua applicação; com absoluto esquecimento do ensino profissional; entendemos que bastava-nos o ensino superior, como se a sociedade não carecesse senão de medicos, de bachareis em direito e de alguns mathematicos.⁷⁴

Embora as escolas de direito, de medicina e de engenharia tivessem concorrido para elevar o nível intelectual dos brasileiros, elas ministravam uma educação essencialmente teórica. Os profissionais por ela formados constituíam uma elite:

Certamente, essa elite, de uma mentalidade política e retórica, imbuída de idéias gerais, desarticulada, pela própria formação, das realidades da vida nacional, e habituada a examinar os problemas concretos ou de um só ponto de vista, estreito porque profissional,

⁷² FREIRE, J.J. da Silva. Discurso official pronunciado em sessão solemne de distribuição de premios em 9 de Janeiro de 1886. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios (...) de 1885 a 1888**. p. 86-104.

⁷³ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Lycêo de Artes e Officios: exposição historica... p. 195.

⁷⁴ O Paiz. Editorial de 24 de Novembro de 1885. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios (...) de 1885 a 1888**. p. 115.

ou pelos seus aspectos mais gerais e teóricos, não estava preparada para resolver os grandes problemas técnicos e econômicos do país.⁷⁵

O Liceu de Artes e Ofícios foi uma reação contra este tipo de educação teórica, porque “reaccionou pelo bem contra o mal e procurou firmar no largo e solido alicerce da instrução profissional generalizada, a base inabalavel do edificio da nossa grandeza e prosperidade commum”⁷⁶. Ao criar o Liceu, BETHENCOURT DA SILVA realizou uma façanha semelhante, compara Luiz GUIMARÃES JÚNIOR, à de Perseu quando decapitou a Medusa e libertou Andrômeda. No nosso caso, a Andrômeda libertada foi a mocidade brasileira, que foi liberada das peias do passado.⁷⁷ Foi considerada “uma obra do progresso e de patriotismo”⁷⁸ por ter sido a primeira instituição voltada para o ensino popular:

Não vem aqui os privilegiados da fortuna, que para esses existem as Academias, as escolas superiores, onde se formam os grandes mestres; mas os pobres de recursos pecuniarios, o operario modesto e desconhecido, o artifice intelligente e ignorado, o povo, em fim, os que não podendo ser medicos, advogados, engenheiros, architectos, pintores ou esculptores, desejam ser artezãos, machinistas, mestres de officinas, industriaes, artistas habeis, directores de fabricas, desenhistas, etc., etc.⁷⁹

FERREIRA (1876) esclarece alguns pontos com o propósito de marcar a distinção entre o Liceu de Artes e Ofícios e a Academia de Belas-Artes:

A Academia das Bellas-Artes é a escola superior do estudo da arte levada ao seu maior gráo de perfeição, á supremacia das faculdades do entendimento como essencia e como fim.

A pintura, a architectura e a estatuaria ali são ensinadas, desde os seus mais simples rudimentos até as mais imprescindiveis regras da philosophia do bello, desde o mais insignificante traço até o mais aprimorado arabesco.

⁷⁵ AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963. p. 590-591.

⁷⁶ O Paiz. Editorial ... p. 115-116.

⁷⁷ GUIMARÃES JUNIOR, Luiz. **A Nova Legião**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881. p. 11.

⁷⁸ O Paiz. Editorial ... p. 116.

⁷⁹ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1886 a 1888. In: _____ **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios (...) de 1885 a 1888**. p. 7.

O aprendizado da arte não é alli feito para o exercicio de uma profissão honesta e assejada, mas especialmente para o desempenho de um sacerdocio augusto e grandioso. Não basta por isso á aquelles que se dedicam a seu cultivo, habilidade e bôa vontade, é necessario ter talento, espirito elevado e vocação distincta.

O Lycêo de Artes e Officios, ao contrario, é uma escola rudimentar da arte applicada ás differentes ramificações da industria fabril e manufactureira, ao trabalho indispensavel á existencia da sociedade civilisada.

A arithmetica, a algebra, a geometria, o dezenho de figura, o de ornatos, o geometrico e o de machinas são alli ensinados com applicação aos officios e ás profissões industriaes.

A aprendizagem das bellas-artes não é alli feita para o exercicio da mesma arte propriamente dita, mas para o aperfeiçoamento dos officios de carpinteiro, pedreiro, canteiro, torneiro, ourives, estucador, etc., etc., e das industrias fabril de tapeçaria, louça, armas, chitas, papeis pintados, etc.

Da Academia das Bellas-Artes sahem os architectos dos edificios monumentaes, os pintores dos paineis e os esculptores das colossaes estatuas. É alli que se formam os grandes artistas e que se educam os genios, dalli sahiram Chaves Pinheiro, estatuario do Oscar, e Victor Meirelles, o pintor da Moema.

Do Lycêo de Artes e Officios sahem os constructores navaes e urbanos, os mestres-carpinteiros e pedreiros, os entalhadores, dezenhistas de fabricas, lithographos, pintores de louça, gravadores, xilographos, fundidores e modeladores das ornamentações em gesso, pedra, bronze e ferro. É alli que se formam os mesteiraes e que se educam os artezões, já dalli têm sahido artifices notaveis ...⁸⁰

Ao conceber a criação do Liceu, BETHENCOURT visava, tão somente, engrandecer a nossa indústria nacional equiparando-a com a dos países desenvolvidos e, desta forma, caminhar pela senda da civilização.⁸¹ Mas, para alcançar essa meta era premente que se investisse na formação do operariado para a indústria. Era por isso que ele estava empenhado em defender a necessidade de se abrir as portas do ensino noturno àqueles que, em virtude “de suas profissões, da falta de recursos pecuniários e, ainda mais, da carência de tempo diurno, não tivessem meios de instruir-se”⁸². Deste modo, argumenta BARROS, ao oferecer o curso profissional e o livre, o LICEU tornou-se a primeira escola

⁸⁰ FERREIRA, Felix. **Do ensino profissional; Lycêo de Artes e Officios**. p. 77-79.

⁸¹LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1883. In: _____. **Relatórios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882 a 1884**. Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1884. p. 10.

⁸² PAES DE BARROS, Álvaro. **O Liceu de Artes e Officios e seu fundador**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956. p. 9.

noturna de belas-artistas para operários, crianças e adultos.⁸³ Posteriormente, adicionaram-se dois cursos: de desenho para o sexo feminino (1881) e comercial (1882).

RUY BARBOSA traduziu com fidelidade o espírito da época que estava presente na origem daquele estabelecimento: “Criar a industria, é organizar a sua educação. Favorecer a industria é preparar a intelligencia, o sentimento e a mão do industrial para emular, na superioridade do trabalho, com a produção similar dos outros Estados.”⁸⁴ Era movido por esse espírito que BETHENCOURT DA SILVA afirmava:

Preparar o homem para o trabalho intelligente, característico da civilização: **trabalho util a si e á patria, é criar o socego e a união das gerações futuras.** Na elevação esthetica do producto racional das artes, apuram-se os elementos fundamentaes da ordem e da justiça; o bem estar do corpo e a paz consoladora da consciencia. (...) Combater a ignorancia de uma nacionalidade, ensinando-a a reflectir e a trabalhar, é destruir o germen do mal, é tirar os pretextos ao despotismo, á intolerancia - é defender a liberdade que só pôde existir revestida de principios autoritarios do bem publico, n'uma sociedade esclarecida, laboriosa, cheia de virtudes e de honra.

Consolidar os direitos do homem, cuidar da sua educação, ser um ponto objectivo (...) é resolver o grande problema das revoluções pacificas; é instituir a ordem moral pelo engrandecimento logico do progresso intellectual... [grifos nossos]⁸⁵

E onde florescesse o trabalho intelligente, acreditava BETHENCOURT, reinariam a paz e a ordem.⁸⁶ Embora os ESTATUTOS da SOCIEDADE PROPAGADORA DE BELAS-ARTES e os REGULAMENTO e REGIMENTO do LICEU registrassem, como vimos, o seu objetivo precípua de disseminar os conhecimentos artisticos, preparando o homem esclarecido, o próprio fundador daquele educandário reconhecia, em diversos Relatórios do Liceu de Artes e Offícios apresentados à Sociedade mantenedora, que a sua

⁸³ Ibid. p. 9-10.

⁸⁴ BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado (...) no Sarão Artístico-Litterario... p. 215.

⁸⁵ LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1883. In: _____. **Relatórios do Lyceu de Artes e Offícios (...) de 1882 a 1884.** p. 11-12.

⁸⁶ LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1886 a 1888. In: _____. **Relatórios do Lyceu de Artes e Offícios (...) de 1885 a 1888.** p. 121.

finalidade moralizadora⁸⁷ prevalecia sobre a da instrução técnica. O Imperador D. Pedro II dirigiu louvores ao LICEU ao observar essa prevalência: “O Liceu não é só educador; é também moralizador.”⁸⁸ Este caráter moralizador e disciplinador repercutiu favoravelmente na sociedade brasileira da época, cuja admiração foi registrada pelas penas de FERREIRA:

Na verdade, uma das cousas mais dignas de apreciar-se n’essa escola nocturna, é a disciplina que ali mantem na mais restricta observancia centenas de individuos de tão diversas procedencias.

Se um viajante illustre, comparando a moralidade entre os francezes e inglezes, apresentava como prova em favor destes o interior de suas latrinas publicas, onde apenas lia-se: - antes de sahir repare se tem as calças abotoadas - ; com as da França onde, em letras garrafaes, se annunciavam remedios para molestias secretas; também como prova da boa disciplina do Lycêo pôde-se ver os mesmos reservados com as suas paredes tão limpas de qualquer rabisco como no dia da inauguração do estabelecimento; e isto lá vão tres annos.

A boa conservação d’essas paredes é tanto mais digna de nota quando se trata d’uma escola de 1,200 alumnos, adultos e menores, todos armados de lapis, que é o seu principal instrumento de estudo, pois ali todos são obrigados ao aprendizado do dezenho.

O aceio, a simplicidade e a ordem, que ali reinam, a pontualidade com que se apresentam os professores, até nas noites mais chuvosas, a regularidade das aulas, o aproveitamento dos alumnos, tudo ali é digno de ver-se, de admirar e de reflectir.

Visitando-se aquelle estabelecimento, comprehende-se o grande alcance de seu glorioso futuro, sente-se ali palpitar o fecundo germen d’onde hão de brotar operarios distinctos, honestos e laboriosos, que se derramarão por todo o paiz a levar a animação, a vida e a prosperidade aos mais pequenos e remotos centros de população.⁸⁹

O trabalho desenvolvido pelo “arauto da instrução profissional” serviu de modelo para a criação de outras escolas, não somente na capital do Império, como também nas suas províncias mais adiantadas - por exemplo Bahia, Pernambuco, São Paulo criaram seus Liceus no período imperial. Assim, o Liceu de Artes e Offícios do Rio de Janeiro aumentava, dia a dia, sua legião de admiradores, conquistada em diversos segmentos da

⁸⁷ Os Estatutos da Sociedade Propagadora das Belas-Artes determinavam que os sócios deveriam ser pessoas moralizadas (Cap. I, Art. 3.º) e que “a eleição de presidente só poderia recair em pessoa de reconhecida probidade e illustração, occupando uma posição independente e respeitavel” (Cap. XII, Art. 74).

⁸⁸ BELLEGARDE, Guilherme. Op. cit. p. 6.

⁸⁹ FERREIRA, Felix. **O Lycêo de Artes e Offícios e as aulas de dezenho para o sexo feminino**. Rio de Janeiro: J. P. Hildebrandt, 1881. p. 29-30.

sociedade. O Conselheiro Zacarias de Góes e VASCONCELLOS pronunciou um notável discurso sobre o trabalho desenvolvido pelo Liceu numa das sessões do Senado do Império, em 1870:

Muitos dos nobres senadores talvez ignorem o que é o Lycêo de Artes e Officios, e pois, dar-lhes-hei delle breve noticia.

É um estabelecimento gratuito de instrução para as classes que vivem da industria, e se destinam á industria, devido á iniciativa particular, especialmente á de um individuo, cujo nome o senado ha de consentir que eu pronuncie neste recinto, como homenagem aos seus serviços relevantes: o sr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. (muitos apoiados). Esse estabelecimento, que começou a funcionar em sacristias de igrejas e que hoje em uma igreja se acha, a de S. Joaquim, apresenta no que toca á frequencia o seguinte resultado: em 1858, 542 alumnos; em 1869, 823, e em 1870, 915. Qualquer dos nobres senadores que em um passeio nocturno, visto que as aulas do estabelecimento são á noite, fôr de improviso a S. Joaquim, alli achará muitas dezenas de individuos nas diversas aulas, e com tal silencio e ordem, com tanta applicação, como duvido presente algum outro estabelecimento no Rio de Janeiro, dir-se-hia, passando por alli, não haver no edificio mestres nem discipulos, e todavia discipulos em grande quantidade ouvem attentos, professores tão habéis e zelosos quanto desinteressados se dirigem.

E quem frequenta essas aulas? Individuos de diversas nações do Globo (lendo um mapa), brasileiros, portuguezes, hespanhoes, italianos, francezes, inglezes, allemães, saxonios, norte-americanos, suissos, dinamarquezes, prussianos, orientaes, hollandezes, e até o Paraguay dá um alumno.

De que idade são os alumnos? De 10 a 40 annos: homens chefes de familia lá estão aprendendo o que convém á sua industria, e alguns alumnos até primeiras lettras.⁹⁰

No relatório de 1882, Bethencourt apresentou um quadro com o número de matrículas: 1858 - 351 ; 1859 – 392 ; 1860 – 310 ; 1861 - 257 ; 1862 - 204 ; 1867 - 151. Ele explica a diminuição do número de matrículas nos últimos anos pela falta de espaço e meios técnicos para desenvolver-se, além das obras da execução das obras de reforma no edificio em que estava instalado o Liceu.⁹¹ No entanto, a partir de 1867 as matrículas no LAO-RJ elevaram-se de tal forma que houve a necessidade de aumentar o edificio onde ele estava instalado para conter o grande número de alunos. Para se ter uma idéia desse aumento na procura dos cursos do Liceu o Relatório de 1882 a 1884 registra

⁹⁰ FERREIRA, Felix. *Do ensino profissional; Lycêo de Artes e Officios.* p. 23.

que, no período compreendido entre 1868 e 1882, foram efetuadas uma média de 1125 matrículas por ano, estando excluídas desse total as matrículas nas aulas para o sexo feminino que tiveram início em 1881 e no curso comercial que começou em 1882⁹². Num levantamento sobre as profissões dos alunos matriculados no Liceu, verifica-se que os artistas são predominantes sobre as demais, seguidos de estudantes e de empregados do comércio e, em menor número, aparecem os criados, empregados públicos, militares.⁹³

BETHENCOURT DA SILVA atribuía parte do prestígio conquistado pelo Liceu, que assinalava uma época memorável, ao fato dele buscar “a renascença das artes e das profissões nacionaes pela encarnação de um movimento excepcional, completo e benefico nos dominios dos conhecimentos industriaes”.⁹⁴ Num momento em que o ensino do desenho era ainda pouco difundido nas nossas escolas, só o Liceu “compreendeu a estupenda mudança, a poderosa e benefica revolução que elle ia causar nos destinos da sociedade, fazendo executar essa disciplina nas suas aulas como elemento primordial do seu programma”.⁹⁵ Esta revolução, desta feita pacífica, ressalta Luiz GUIMARÃES JÚNIOR, travava-se no campo das idéias:

A unica e invencivel barricada não se levanta mais á esquina das ruas ou no centro das praças tumultuosas: - levanta-se á porta dos calmos lycêos, e no peristilio das academias. O livro succedeu á baioneta: a revolução das idéas afugentou a revolução do sangue; e aquelle menino, corado e robusto, que alli vêdes, ao purpureo reflexo da lampada do estudo, com um sorriso prophetico entre os labios murmurantes e as pequeninas mãos cruzadas sobre o joelho, aquelle menino, notai bem! é o nosso futuro que começa, é o nosso futuro que trabalha, é o nosso futuro - que pensa. [grifos nossos]⁹⁶

⁹¹ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884. p. 19-20.

⁹² Id. O Relatório não traz uma explicação para esse aumento repentino no número de matrículas.

⁹³ Ibid. 1882, p. 22 ; 1883, p. 14 ; 1884, p. 7.

⁹⁴ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios (...) de 1885 a 1888.** p. 6.

⁹⁵ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1886 a 1888. In: _____ **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios (...) 1885 a 1888.** p. 9.

⁹⁶ GUIMARÃES JUNIOR, Luiz. Op. cit. p. 7-8.

A influência que o LAO-RJ exercia no aperfeiçoamento das artes industriais era, segundo BETHENCOURT, indiscutível, uma vez que, antes da existência dessa escola o desenho era completamente ignorado entre as classes operárias. Entretanto, após o seu advento, crescia o número de artífices - pedreiros, carpinteiros, marceneiros ou ferreiros - que não só compreendiam e executavam os desenhos, como até os faziam com regularidade. BETHENCOURT DA SILVA relatava, anos mais tarde, que, com a aprendizagem do desenho o aluno, de fato, demonstrava ter adquirido “um sensível espírito de observação e de methodo, e um indiscutível desenvolvimento das faculdades intellectuaes”.⁹⁷ Outros efeitos benéficos puderam ser igualmente verificados:

...muitos individuos, cujos instinctos artisticos estavam adormecidos devido á falta de estímulo, revelavam-se verdadeiras vocações para a Arte e, desviando suas aspirações do funcionalismo, buscavam nas Bellas-Artes meio honesto de vida. **Operarios das nossas industrias, até então rudes machinas executoras de detestaveis cópias do que o estrangeiro nos enviava a troco de preços carissimos, de subito se salientavam em suas officinas graças ao que tinham aprendido nas aulas do Lycêo.** [grifos nossos]⁹⁸

Esse adiantamento era, acreditava-se, mérito do Liceu, porém sua influência seria ainda muito mais fecunda e muito mais rapidamente traria o desenvolvimento das artes industriais, se fossem criadas algumas oficinas práticas, visto que as aulas continuavam sendo exclusivamente teóricas.⁹⁹ A reivindicação pelas oficinas permaneceu durante todo o período do Império, revelando que aquela “idéia” que Bethencourt da Silva, no dia da fundação da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, julgava ser de “uma fácil realização”, enfrentava sérios obstáculos. Pode-se ter uma idéia dos percalços desta associação na passagem que se segue:

Os Poderes Publicos têm amparado e coadjuvado a Sociedade Propagadora das Bellas-Artes, conferindo aos benemeritos director, vice-directores e professores do Lycêo de Artes e Officios distincções honorificas, e contemplando-a no orçamento do Estado com

⁹⁷ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. O ensino de desenho no Lycêo de Artes e Officios. **O Brazil Artístico** (Nova phase), 1^o trim.1911, p. 271-272.

⁹⁸ Ibid. p. 272

⁹⁹ FERREIRA, Felix. **Bethencourt da Silva. Perfil artistico.** Rio de Janeiro: Baldomero Carqueja Fuentes, 1885. p. 24-25.

uma subvenção que, obtida a principio por mercê da esclarecida protecção de Sua Magestade o Imperador, na administração do Conselheiro José Liberato Barroso, que viu coroados de feliz exito os esforços de seus predecessores, Marquez de Olinda e Conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, ha sido successivamente augmentada, a instancias da Associação, pelos ex-ministros, Conselheiros Paulino José Soares de Souza, João Alfredo Corrêa de Oliveira e Carlos Leoncio de Carvalho, e, em virtude de proposta do deputado Dr. Joaquim Mendes Malheiros, pela assembléa geral, no orçamento para o exercicio de 1881-1882 (Lei n. 3017 de 5 de Novembro de 1880, e, por ultimo, elevada de 35 a 50:000\$000 annuaes (Lei n. 3141 de 30 de Outubro de 1882 - Art. 2º § 44, por deliberação propria e persistente dilligencia do Ministro dos Negocios do Imperio, Conselheiro Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas, que assim applicou, em proveito do estabelecimento que substitue o Instituto Commercial, quantia inferior á de 20:800\$000 que, pela Lei n. 2792 de 20 de Outubro de 1877, art. 2º, § 25, fôra consignada ao referido Instituto, ultimamente supprimido. (...) A criação e manutenção, no transcurso de 26 annos, de aulas de ensino publico gratuito, assiduamente frequentadas n'esse largo periodo por alumnos em numero superior a 20.000, é o mais relevante serviço da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes.¹⁰⁰

A implantação das oficinas, reivindicadas desde a inauguração do LICEU, completaria o seu curso profissional, pois daí ministrar-se-ia o ensino teórico acoplado ao ensino prático. Porém as oficinas só seriam inauguradas em 1911. Embora o LAO-RJ tenha conquistado as suas oficinas apenas no século XX, o LICEU DA BAHIA¹⁰¹, cuja fundação foi viabilizada pelo Estado, em 1872, e inaugurado em 1873, colocou em funcionamento sua primeira oficina de encadernação em março de 1878; em outubro do mesmo ano, inaugurou a oficina de escultura¹⁰², dando assim início ao ensino de ofícios:

Os alunos matriculados nas mesmas não eram mais de 15. A produção era insignificante. Em consequência, o Liceu passou a adotar mecanismos alternativos de produção nessas oficinas, no sentido de facilitar-lhes maiores investimentos. Os mestres, que antes recebiam salário pago pelo Liceu, passaram a receber percentuais sobre as obras

¹⁰⁰ BELLEGARDE, Guilherme. Op. cit. p. 6.

¹⁰¹ LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)**. Salvador: Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. p. 121. A autora afirma que “o objetivo do Estado, representado pelo Presidente da Província, era criar um liceu de artes e ofícios em Salvador, com a participação direta dos artistas e operários...”

¹⁰² *Ibid.* p. 183. A autora argumenta, à p. 182, que nessas oficinas, “a prática era ministrada aos aprendizes que iam em busca de uma profissão à proporção em que fabricavam objetos que seriam vendidos, auxiliando, desta forma, a manutenção da instituição. Inicialmente, poucos alunos matricularam-se nas oficinas. Somente com a República foi-se elevando o número de procura, e as oficinas passaram a fazer parte obrigatória do aprendizado, quando se instituiu, definitivamente, o caráter de ensino técnico-profissional.”

agenciadas, enquanto se responsabilizavam por todo o custeio das oficinas e quaisquer outros melhoramentos.¹⁰³

Entretanto, apesar do funcionamento das oficinas, em 1880, o ensino ali ministrado continuava ainda a ser mais teórico do que prático, situação que se manteve durante anos, conforme constatação de FONSECA:

Encontramo-lo, em 1889, no fim da Monarquia, com apenas quatro oficinas funcionando, enquanto existiam trinta cursos teóricos (...)

Além de tudo, naquelas quatro modestas oficinas em que se fazia a aprendizagem de ofícios, os mestres haviam perdido o interesse pela profissão e pelo desenvolvimento dos discípulos. (...) O Liceu de Artes e Ofícios, em 1889, contava com 1410 alunos, sendo 285 inscritos no curso primário e quase todos os restantes nas diversas aulas teóricas. Nas oficinas mesmo, havia poucas, muito poucas matrículas.¹⁰⁴

Deste modo, enquanto o LICEU DE ARTES E OFÍCIO DO RIO DE JANEIRO lutava incansavelmente pela implantação das oficinas, o LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA enfrentava dificuldades para mantê-las em funcionamento. Se as oficinas eram indispensáveis para o pleno funcionamento do curso profissional, como se propalava na época, por que elas foram tão pouco freqüentadas onde existiam? Encontramos em FONSECA um indicativo que nos ajuda na elucidação desta questão. No caso da oficina de encadernação, por exemplo, sua contribuição foi mínima para o campo industrial da Bahia. Outro fator é que apenas 1/5 da população baiana recebia algum tipo de instrução.¹⁰⁵

O periódico *O Paiz*, na edição de 24 de Novembro de 1885, quase três décadas após ser lançada aquela a idéia da associação, registra um lamento sobre os escassos resultados produzidos apesar do árduo trabalho desenvolvido pelo Liceu e sua mantenedora:

Em outro qualquer paiz, o longo periodo da existencia que já conta o Lycêo houvera sido sufficiente para produzir os resultados de uma verdadeira revolução.

¹⁰³ Ibid. p. 183.

¹⁰⁴ FONSECA, Celso Suckow. Op. cit. v. 4, p. 174.

¹⁰⁵ Ibid. p. 173.

Entre nós, porém, aonde todos os elementos parecem conspirar contra tudo o que é realmente grande, generoso, patriótico e fecundo em bens para a comunidade social, o pouco que a Instituição tem conseguido, relativamente aos desejos do seu fundador e dos seus cooperadores, representa um esforço máximo e atesta um dos mais admiráveis resultados de perseverança humana aplicada á obra civilizadora da **elevação do nível intelectual e moral do nosso povo**. [grifos nossos]¹⁰⁶

Apesar da inexistência das oficinas durante o período oitocentista, BETHENCOURT DA SILVA orgulhava-se do desenvolvimento alcançado pelo LICEU em sua missão civilizadora, pois ele encontrava-se numa posição invejável diante das escolas profissionais existentes mesmo nos países mais avançados do mundo civilizado:

Empenhada no presente e no futuro do povo que é a garantia mais sólida e mais nobre de sua prosperidade, Pariz, a famosa cidade, possui, além do Conservatório de Artes e Offícios, numerosas escolas de ensino profissional, como são as - Colbert, Arago, Lavoisier, Turgot, J.B. Say e a municipal da rua Tournefort; mas, apesar da auspiciosa florescência que vão adquirindo e dos pujantes esforços, da dedicação individual e coletiva que as sustenta e anima, nenhuma dellas póde competir com o Lycêo de Artes e Offícios do Rio de Janeiro, que, quer pela sua organização especialíssima, pela liberdade do seu ensino, sem distincções de religião, de estado ou de nacionalidade, dado sempre em horas livres do trabalho diurno, sem retribuição de especie alguma, sem exigências burocráticas nem a menor despeza para matricula, quer pelo seu notabilíssimo corpo docente e elevado numero de alumnos - homens e mulheres de 10 annos para cima - occupa um lugar tão original e unico, tão fóra dos modelos de escolas congeneres do velho mundo e da America do Norte, que, com razão, poder-se-hia dizer - só no Brazil era possível creal-o.

Para o progresso do paiz e para a nossa verdadeira emancipação e independência, é preciso que aos pais de familia, aos homens bons, aos mestres, entendidos nas vantagens da moderna pedagogia, aos alumnos enfim se prove até a evidencia qual é a importancia immediata e proveitosa do trabalho manual e do estudo do desenho imitativo, fim de dar-lhes, desde a escola primaria, o mais vasto desenvolvimento.

Não é isto uma innovação, nem uma utopia: é a verdade dos factos, conhecida e confessada pelos grandes homens do seculo.¹⁰⁷

No entanto, este reconhecimento público da magnanimidade do Liceu não trouxe o tão desejado desenvolvimento da indústria brasileira, mesmo após uma luta que já durava

¹⁰⁶ LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1885. In: _____. **Relatórios do Lycêo de Artes e Offícios (...) de 1885 a 1888**. p. 113-114.

¹⁰⁷ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Lycêo de Artes e Offícios: exposição histórica... p. 173-174.

três décadas. BETHENCOURT DA SILVA evidencia esta constatação no relatório, correspondente aos anos de 1886 a 1888, que apresentou à Sociedade Propagadora das Belas-Artes : “Estamos ainda na infância da arte e da industria, e longe está o dia auspicioso em que se celebrem as nupcias sollemnes da Sciencia com a industria e a Arte.”

108

Se por um lado, não foi possível ao LAO-RJ conjugar o ensino teórico ao prático, ou seja, o conhecimento artístico e a sua aplicação aos ofícios, e portanto, não foi tão eficiente na preparação do homem esclarecido, por outro lado, foi bem sucedido na educação, isto é, na formação do homem moral. Numa exposição histórica sobre o LICEU, apresentada ao Conselheiro Ministro do Império Barão de Cotegipe por BETHENCOURT DA SILVA, ele próprio confirma o objetivo moral daquela instituição.¹⁰⁹ Naquela ocasião, ele intimou o Estado a exercer o seu papel na preservação da ordem e da justiça:

O Estado não deve limitar-se a reprimir o mal. (...) Effectivamente, baldados são todos os esforços para impedir ou suffocar o mal, quando o mal tenha raiz, a sua causa permanente, no coração da sociedade.

É o que succede quando a maioria da nação permanece abysmada na ignorancia, pela falta de meios de instrucção; no embrutecimento, pela falta de educação e influencia moral; na miseria, por ignorar os recursos e os interesses do paiz, por menosprezar as artes que alimentam e enriquecem um povo, nobilitando-o pelo trabalho. [grifos nossos]¹¹⁰

As constantes dificuldades, especialmente pecuniárias, enfrentadas pelo LICEU, de um certo modo, indicam que a boa vontade e a ilustração não eram suficientes para desencadear uma mudança social. No caso do Liceu, a sua trajetória assentava-se, primordialmente, na luta pessoal do seu fundador, BETHENCOURT DA SILVA, e não nas necessidades da época. Esta afirmação pode ser confirmada pelas penas de Augusto

¹⁰⁸ LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatório de 1886 a 1888. In: _____, **Relatórios do Lycêo de Artes e Officios (...) de 1885 a 1888**. p. 10.

¹⁰⁹ BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. *Lycêo de Artes e Officios: exposição historica...* p. 166.

¹¹⁰ *Ibid.* p. 200-201.

Saturnino da Silva Diniz, que em 1878, defende a importância das escolas industriais e do Liceu:

Acreditamos que durante a existencia de seu instituidor, e pela qual fazemos votos a bem da patria, o Lycêo de Artes e Officios manter-se-ha felizmente no caracter democratico em que se acha, mas quem garantir-nos-ha que depois de sua morte, alguém appareça, dispondo de iguaes elementos para conserva-lo no mesmo pé e do mesmo modo que se tem sustentado?

Será difficil e não cremos que se duvide affirma-lo, circumdar-se outro homem, que não elle, de tão numerosos e aproveitaveis amigos que em grande parte o ajudão na tarefa de que sobrecarrega-se, e que são a isto levados por muitas e particulares circumstancias que não vem ao caso referir.¹¹¹

De um modo geral, pode-se dizer que o século XIX assistiu ao despertar das sociedades para o problema da instrução pública, pois teve início aí o que se convencionou chamar de “processo de democratização do ensino”. A Primeira Exposição Mundial da Indústria, ocorrida em 1851, impulsionou a discussão sobre a educação popular. Entretanto, o LAO-RJ foi fundado em 1856, um ano após a Segunda Exposição Universal, realizada em Paris. Aquela exposição foi precedida por uma greve de operários cujas reivindicações foram parcialmente atendidas. Porém, naquele momento tornou-se patente que o progresso científico e técnico deveria vir acompanhado também por um certo progresso moral. De certa forma, aquele evento acelerou a reforma no sistema de ensino que as nações vinham efetuando a partir de 1851. Isto posto, supomos que os fundadores do LICEU atenderam à conclamação universal para empreender o reordenamento das relações capitalistas, todavia, antecipando-se ao próprio Estado. Neste sentido, a organização interna do LICEU estava também impregnado do espírito de “ordem e progresso” da época.

A sociedade brasileira não poderia ficar indiferente a este movimento internacional. Assim, esta concepção da educação como alavanca do desenvolvimento, defendida pelos fundadores do LAO-RJ, era a expressão do espírito da época e não uma peculiaridade da sociedade brasileira.

¹¹¹ DINIZ, Augusto Saturnino da Silva. As escolas industriaes e o Lycêo de Artes e Officios. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1878.

No material coligido para este estudo não encontramos nenhuma comprovação de manifestações contrárias à existência do LICEU, a não ser uma breve referência num discurso de Vicente de SOUZA, proferido em 1882, num sarau artístico: “E o que tem conseguido, o que tem feito? Tudo quanto a sua energia foi capaz de produzir, a despeito da má vontade de alguns, dos risos estultos de outros, da indiferença de muitos.”¹¹²

Se o LAO-RJ não tinha opositores declarados, isso significa que o ideário burguês de considerar a educação como o pressuposto do progresso material era amplamente aceito. Esta crença foi disseminada no Brasil, num momento em que a direção da sociedade estava sendo disputada por duas forças: uma conservadora, que insistia na vocação agrícola do país, e outra progressista, que apostava na industrialização. No interior dessa organização social da segunda metade do século, pode-se dizer que os fundadores do LICEU se alinhavam entre aqueles homens tidos como progressistas.

Toda essa discussão sobre a educação foi suscitada na esteira da transformação operada na organização do trabalho, isto é, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Assim, as causas das dificuldades enfrentadas pelo LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO para obter os recursos pecuniários devem ser procuradas nas circunstâncias sociais e não nas motivações pessoais, tal como comumente aparecem na documentação. Do mesmo modo, supomos que se os recursos obtidos nunca foram suficientes para a criação das oficinas, isso não ocorreu devido à má vontade de um ou outro homem de governo, e sim porque, de fato, as oficinas não eram necessárias na construção da ordem moral.

Um dos objetivos da SPBA-RJ era incentivar a criação de estabelecimentos similares à sua instituição de ensino em todas as províncias, pautados no modelo do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. Este objetivo foi parcialmente atingido,

¹¹² LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Discursos pronunciados no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e professores do Lycêo de Artes e Officios dedicaram ao exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphania de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1882. p. 8.

pois de 1856 a 1888, surgiram cinco liceus ¹¹³: dois na década de 70 e três na década de 80. A década de 70 foi marcada pela Comuna de Paris, em 1871. Portanto, acreditamos que a criação dos demais liceus era uma resposta ao chamado universal, pois foi a partir daquela data que os governos dedicaram mais atenção à educação popular, especialmente na sua modalidade técnica. Mas, aquela década foi muito significativa também para o Brasil, pois em 1871 decretou-se a Lei do Ventre Livre, assegurando que o fim da escravidão era uma questão de tempo. Naquele período houve um investimento do governo brasileiro na educação popular com a criação de alguns estabelecimentos escolares. Verificou-se no seio da sociedade brasileira, principalmente entre os produtores agrícolas que seriam os mais atingidos pela abolição, uma crescente preocupação com a educação dos futuros libertos.

Nesta perspectiva, o LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO cumpriu a contento o papel que lhe foi reservado no processo de reordenamento internacional das relações burguesas, porque a moralização dos alunos que freqüentaram seus cursos era reconhecida por muitos.

¹¹³ LEAL, Maria das Graças de Andrade. Op. cit. Anexo V. Foram criados Liceus de Artes e Ofícios nas seguintes cidades: Salvador, 1872; São Paulo, 1873; Recife, 1880; Maceió, 1884; Ouro Preto, 1886.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A brutal disputa por competitividade na economia global nos obriga a novas reflexões sobre a importância da educação no desenvolvimento de pessoas e países.” Esta afirmação, com a qual o economista Gilberto DUPAS¹ inicia seu artigo intitulado *Mitos e verdades sobre a educação*², publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, conduz-nos a refletir sobre a atualidade da tese que norteou o presente estudo: a relação entre o nível educacional e o desenvolvimento material dos países. No referido texto, DUPAS faz uma leitura crítica do desempenho apresentado, em Matemática e Ciências, por crianças de 13 anos de idade de 41 países³ que participaram do TIMSS (Third International Maths and Science Study), considerada a maior pesquisa internacional já realizada sobre educação.

Os resultados desse estudo foram divulgados pela revista *The Economist*⁴ e neles Cingapura apresentou a melhor performance, tanto em Matemática quanto em Ciências. De acordo com os dados da revista, os quatro primeiros lugares em Matemática foram ocupados pelos quatro países mais ricos do leste asiático, quais sejam: Cingapura, Coréia do Sul, Japão e Hong Kong, embora o investimento dos Estados Unidos na educação represente o triplo do efetuado, por exemplo, pela Coréia do Sul. Assim, prossegue o articulista, parece que o montante que um país é capaz de gastar tem menos correlação com

¹ Membro do Instituto de Estudos Avançados da USP e do Conselho Diretor da FGV.

² DUPAS, Gilberto. *Mitos e verdades sobre a educação*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1997.

³ O Brasil não participou desta pesquisa. A Colômbia foi, em 1995, o único país da América do Sul a participar do TIMSS.

⁴ WHO'S top? *The Economist*, 27 mar. 1997. Disponível em: <http://www.economist.com>. Acesso em: 17 abr. 2001.

o nível educacional de suas crianças do que se poderia imaginar. A investigação demonstrou, além disso, que o número de horas de aula bem como o número de alunos por classe tinham pouca importância no seu sucesso escolar.

De posse desses índices, fornecidos pelo *The Economist*, DUPAS tentou fazer um cruzamento com os dados de um outro estudo, realizado pelo IMD de Lausanne, sobre países mais competitivos e isso expôs a fragilidade da difundida tese da existência de uma forte correlação entre o sucesso de um país e o nível educacional de seu povo. Ele verificou que, se por um lado, o desempenho de Cingapura em ambos os estudos parecia indicar uma alta correspondência entre eficiência nacional e desempenho em educação, visto que ficou em 2º lugar em competitividade e em 1º em Matemática e Ciências, por outro, o desempenho dos EUA colocava essa tese sob suspeita, uma vez que apareceram em 1º lugar em competitividade, 28º em Matemática e 17º em Ciências. É nesse resultado que ele fundamentou a afirmativa com a qual iniciou o artigo, acrescentando que “há ainda (...) muito que investigar quanto à importância da educação e aos métodos para aprimorá-la” pois sabe-se muito pouco sobre o tema. O tratamento que DUPAS dispensou aos dados deu-lhe autoridade para, cautelosamente, reconhecer que:

Não há dúvida de que, quanto maior a base de indivíduos qualificados existente num país, maior a probabilidade de se criar uma elite capaz de se envolver em processos tecnológicos em geral. A garantia de empregá-los, porém, estará subordinada a outras políticas macroeconômicas que induzam ao crescimento econômico. A educação é, pois, condição absolutamente necessária – mas não suficiente – para o desenvolvimento.⁵

No entanto, num outro artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*⁶, cujo ponto de partida eram, do mesmo modo que o assinado por DUPAS, os resultados alcançados pelos países participantes do TIMSS, o empresário Antonio Ermírio de MORAES mostrou-

⁵ DUPAS, Gilberto. Op. cit.

⁶ MORAES, Antonio Ermírio. Educação: a riqueza das nações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1997. Neste artigo o autor afirma que os testes de Matemática e Ciências haviam sido “aplicados em alunos de mais de 150 países”. Porém, tanto os artigos intitulados Who’s top?, publicado pela revista *The Economist*, e o outro, editado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, bem como o texto denominado *Resultados do Terceiro Estudo Internacional de Matemática e Ciências (TIMSS)*, divulgado pelo Ministério da Educação de Portugal juntamente com a Comissão local do TIMSS, asseguram que 41 países participaram daquela pesquisa.

se convicto que “a capacidade do seu povo constitui o capital mais valioso de uma sociedade” e que, consequentemente, a educação é a chave para o seu enriquecimento. Diante dos mesmos dados, MORAES optou pelo prisma da subjetividade, dando ênfase aos métodos de ensino, à dedicação e competência dos professores, assinalando que estes aspectos explicavam as diferenças no desempenho das crianças. Destarte, o modo de investimento era mais importante do que capacidade de investimento; a qualidade de ensino contava mais do que o número de horas de aula; e, finalmente, a dedicação do professor obtinha melhores resultados do que trabalhar com um número menor de alunos por classe. Enquanto DUPAS destacava aquilo que a pesquisa **mostrou ser menos relevante** para o sucesso escolar, MORAES preocupava-se em falar daquilo que **poderia ser mais relevante**. O primeiro, ampliou os limites da pesquisa ao cruzar os resultados de dois diferentes estudos e colocou em suspeição a tese da alta correlação entre nível de educação e desenvolvimento econômico; o segundo, permaneceu dentro dos limites da própria pesquisa e encontrou reforço para a mesma tese. Essa divergência no tratamento dos dados empíricos, sugere que DUPAS e MORAES partem de diferentes concepções teórico-metodológicas.

A mesma ausência de consenso pode ser verificada entre dois órgãos de respeitável credibilidade internacional: o Banco Mundial e a Unesco. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1995, fundamentando-se em dados comparativos das taxas de crescimento do PIB por trabalhador e das estimativas de acumulação de capital físico e humano de 63 países de média e baixa renda, durante o período 1960-85, constatou que o investimento em capital físico e humano, embora necessário, não garantiu o crescimento da produtividade:

As economias em rápido crescimento investem mais, mas o investimento, por si só, não resulta necessariamente em crescimento mais rápido – o vínculo entre os investimentos e o crescimento da produtividade nada tem de automático. Muitas economias, embora tenham sustentado o seu estoque de capital físico e humano por trabalhador, registraram taxas baixas e mesmo negativas de crescimento da produtividade. Alguns países que investiram regularmente mais de 20% do PIB – inclusive a China na década de 70, a antiga União Soviética, o Sri Lanka e a Tanzânia – não cresceram rapidamente. As variações nos anos de escolarização média do trabalhador também mostram fracos vínculos com o crescimento mais rápido. Muitos países africanos ampliaram seus sistemas

de ensino, aumentando os anos de escolarização média da sua força de trabalho, mas pouco foi o crescimento correspondente.⁷

Além disso, aqueles dados indicavam que a relação entre investimento em capital humano⁸ e crescimento da produtividade “é muito mais fraca do que a entre o investimento em capital físico e o crescimento da produtividade”⁹, embora, ressalta o Relatório, isso não signifique que o capital humano seja menos importante para o crescimento.

O prêmio Nobel de Economia em 1992, Gary BECKER (2000) parece discordar dessa interpretação pois afirma que “nas economias ricas, o capital físico é cada vez mais importante do que o capital humano”¹⁰. Ele considera a escolaridade essencial para as pessoas se tornarem produtivas e as sociedades poderem ter um padrão de vida mais elevado, insistindo na existência de um consenso de que um dos elementos essenciais do desenvolvimento é uma população treinada. O posicionamento de BECKER aproxima-se daquele expresso pela Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, no Relatório para a UNESCO, publicado em 1996:

As comparações internacionais realçam a importância do capital humano e, portanto, do investimento educativo para a produtividade. A relação entre o ritmo do progresso técnico e a qualidade da intervenção humana torna-se, então, cada vez mais evidente, assim como a necessidade de formar agentes econômicos aptos a utilizar as novas tecnologias e que revelem um comportamento inovador.¹¹

⁷ WALTON, Michael et. al. **O trabalhador e o processo de integração mundial**. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1995. Washington: Banco Mundial, 1995. p. 26.

⁸ Ibid. p. viii. Capital humano aqui entendido enquanto “as aptidões e capacidades de um indivíduo ou de uma força de trabalho, adquiridas em parte com a melhoria da saúde e da nutrição, da educação e do treinamento.

⁹ Ibid. p. 25.

¹⁰ BECKER, Gary. Educação para sempre. **Exame**, São Paulo, ano 34, n. 7, abr. 2000. p. 178-179. Entrevista. Para BECKER, capital físico refere-se a máquinas, equipamentos, computadores, enquanto capital humano significa pessoas com boa educação e treinamento.

¹¹ DELORS, Jacques **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez ; Brasília, DF : UNESCO , 1998. p. 71.

Supomos que esta concepção de educação apresentada no Relatório corresponde à formação básica que DUPAS considera como condição de cidadania:

O mundo moderno exige de qualquer indivíduo **um mínimo de conhecimento para permitir seu acesso aos instrumentos que o transformam em cidadão do mundo**. É o que se pressupõe que deveria garantir a escola de nível básico, universal e – para quem não pode pagá-la – gratuita. (...) Não nos estamos referindo, pois, a esse dever básico ainda hoje não cumprido por muitas nações. Conseguido o mínimo, a questão é saber como continuar educando – nos níveis técnico e universitário – para favorecer o desenvolvimento econômico e a geração de empregos.¹² [grifos nossos]

Isto revela, de certo modo, que o progresso técnico é antes **causa** de uma determinada forma de organização do ensino do que **resultado** dela, ou seja, o nível de desenvolvimento material alcançado por um país é que permite que ele invista na formação dos cidadãos necessários. Diante disso torna-se possível compreender que a educação tem um papel diferente daquele que se supunha pois, conforme afirma FIGUEIRA, “o processo de aprendizado (...) significa (...) aprender a conviver numa determinada situação social”¹³.

Nesta perspectiva, a recomposição da história dos homens no século XIX, possibilitou interpretar o significado da Primeira Exposição Universal da Indústria realizada em Londres, em 1851, a qual contribuiu para que muitos governantes despertassem para a questão da educação pública, especialmente da educação técnica e difundiu a concepção de educação enquanto agente de transformação social. Aquele primeiro evento internacional deu origem a um movimento, mais ou menos sincrônico, de reforma das instituições escolares naqueles países que dele participaram que tinham o intuito de promover o desenvolvimento de seus respectivos Estados. Todavia, já na década de 70 daquele século foi possível constatar uma contradição: a Inglaterra, cujo sistema escolar era tão peculiar que não poderia servir de modelo para nenhum outro país e no qual o ensino técnico ficava sob a responsabilidade da iniciativa privada, era a líder do desenvolvimento material enquanto a França, cujo complexo sistema escolar era copiado por muitos países e no qual

¹² DUPAS, Gilberto. Op. cit.

¹³ FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A educação de um ponto de vista histórico. **Intermeio**, Campo Grande-MS, v. 1, n. 1, p. 11-15, 1995. p. 14.

o ensino técnico ocupava posição de destaque, não havia alcançado o almejado sucesso econômico. Deste modo, a história da humanidade fornecia pistas que sugeriam a fragilidade da correlação entre o nível educacional e o sucesso econômico dos países, entretanto, a crença na educação enquanto motor do desenvolvimento material de um Estado, amplamente propalada na segunda metade do século XIX, atravessou o século XX e ainda hoje faz parte do ideário burguês, embora tenha sido submetida à prova pela história dos homens.

Pode-se dizer que as Exposições Universais – que foram importantes para manter a unidade na efetivação do processo de reordenamento das relações burguesas – tiveram, no século XIX, papel semelhante ao desempenhado, hoje em dia, pelo Banco Mundial, que tem a incumbência de fiscalizar o cumprimento das Metas Internacionais de Desenvolvimento e desta forma garantir uma certa sincronia na manutenção das relações capitalistas. O Banco Mundial frisa que as Metas foram “estabelecidas durante uma série de conferências das Nações Unidas nos anos 1990 e endossadas, em setembro de 2000, pelos chefes de Estado de 149 nações, na Cúpula do Milênio, na sede da ONU em Nova York”¹⁴

Essas metas incluem:

1. Reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em pobreza extrema entre 1990 e 2015.
2. Matricular todas as crianças na escola primária até 2015.
3. Habilitar as mulheres, eliminando as disparidades entre os sexos no ensino primário e secundário até 2015.
4. Reduzir a mortalidade infantil em dois terços entre 1990 e 2015.
5. Reduzir a mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015.
6. Proporcionar acesso a todos que necessitem de serviços de saúde reprodutiva até 2015.
7. Implantar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável até 2005 para reverter a perda de recursos ambientais até 2015.¹⁵

¹⁴ BANCO MUNDIAL. **Comunicado n. 2001/312/S**: Apesar do progresso, muitos países não alcançarão suas principais metas de desenvolvimento. p. 2.

¹⁵ Id.

O conhecimento dessas metas nos ajuda a compreender, pelo menos em parte, os programas desenvolvidos pelo Governo brasileiro nos últimos tempos, revelando o seu intuito de atender as Metas Internacionais de Desenvolvimento. Mais uma vez, pode-se perceber a vinculação das necessidades internas do país com as necessidades colocadas pelo capital internacional tal como se constatou à época das Exposições Universais. Estas cumpriam, outrossim, a tarefa de disseminar as informações necessárias para garantir o reordenamento da sociedade burguesa que foi, posteriormente, atribuída à imprensa e à mídia em geral. Se atualmente não existem mais as Exposições para coordenar esse processo, outros dispositivos foram criados para fazê-lo. Independentemente da terminologia utilizada para referir-se ao fenômeno, a finalidade é a mesma: a sincronização das relações burguesas que, presentemente, é conhecida por “globalização”. As diretrizes estabelecidas pelas nações civilizadas do século XIX e universalmente difundidas pelas Exposições serviram de base para a criação da SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS-ARTES e do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO, pois os homens da época compartilhavam do ideário de que a educação era a base para os países se tornarem materialmente desenvolvidos.

Esta compreensão foi alcançada através da leitura de obras gerais, históricas, sociológicas, filosóficas, econômicas, literárias, biográficas, publicações periódicas, além, evidentemente, das educacionais, pois elas forneceram os elementos para que pudéssemos restituir a vida àqueles que participaram do período delimitado por este estudo e, assim, tecer as relações travadas pelos homens com acompanhadas das contradições peculiares à época. Ao percorrer este caminho pudemos comprovar que a História da Educação se confundia com a nossa própria História, tal como anunciara VENÂNCIO FILHO¹⁶.

Este encaminhamento nos sugere esta explicação para a influência daquelas primeiras Exposições no pensamento dos fundadores da SPBA-RJ e do LAO-RJ: a concepção da educação como alavanca do desenvolvimento material, por eles defendida, era a expressão do espírito da época e não uma peculiaridade da sociedade brasileira e,

¹⁶ VENÂNCIO FILHO, F. Fontes para a história da educação no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, pp. 369-374, 1945. p. 374.

muito menos, do grupo de fundadores. Este entendimento nos conduz à suposição de que o LAO-RJ teve, primordialmente, a missão de preparar o espírito dos brasileiros para garantir que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em meados do século XIX se efetivasse do modo mais tranqüilo possível, principalmente combatendo o preconceito ao trabalho manual que até então era atividade quase exclusiva dos escravos. Por isso, pode-se dizer que o LAO-RJ ofereceu a educação necessária para assegurar a ordem e o progresso do Brasil. Essa educação consistia naquele conhecimento básico para transformar o homem em cidadão, naquele elemento útil à sociedade e, para isso, a formação técnica mostrava-se dispensável. Logo, a educação pôde se sobrepor à instrução e o LAO-RJ desviou-se da proposta inicial de educar e instruir.

Estas respostas não foram encontradas desta forma nos documentos oficiais do LAO-RJ. Elas foram elaboradas durante o processo de pesquisa através da utilização daquelas inúmeras fontes anteriormente mencionadas confirmando, uma vez mais, que o específico não se explica por si mesmo, mas sim a partir do geral. Foi, portanto, a recomposição da sociedade brasileira de meados do século XIX que possibilitou a explicação sobre as raízes daqueles estabelecimentos de ensino.

O retorno ao passado em busca das origens do LAO-RJ não significa que ali permanecemos. Ao contrário, este retrospecto permitiu ampliar a nossa compreensão das questões educacionais da atualidade. Foi este estudo histórico do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO que forneceu subsídios para que pudéssemos fazer coro a DUPAS naquela afirmação anteriormente citada: “A educação é condição absolutamente necessária – mas não suficiente – para o desenvolvimento.”

O estudo da história inscrita pelos homens revelou, deste modo, que ela tem muito a ensinar e, em todas as épocas, fornece todos os elementos para isso, mas nem sempre dela apreendemos as mais importantes lições.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

Fontes impressas localizadas no Arquivo Nacional:

BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado pelo Dr. Ruy Barbosa no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e Professores do Lycêo de Artes e Officios dedicaram ao Exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphany de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatórios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884.

FREIRE, J.J. da Silva. Discurso official pronunciado em sessão solemne de distribuição de premios em 9 de Janeiro de 1886. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1885 a 1888.** Rio de Janeiro: Ribeiro, 1895.

GUIMARÃES JUNIOR, Luiz. **A nova Legião.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881.

LYCEO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento e Regimento.** Rio de Janeiro: Industria Nacional, 1871.

LYCEO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Regulamento e Regimento.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1893.

LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1885 a 1888.** Rio de Janeiro: Typ. Papelaria Ribeiro, 1895.

LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884.

LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1878-1881.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. **Informações sobre o estado da industria nacional.** Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1877.

SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO. **Estatutos.** Rio de Janeiro: Industria Nacional de J.J.C. Cotrim, 1871.

SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES. **A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e o Lycêo de Artes e Officios do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1883.

SOUZA FILHO, Tarquinio de. **O ensino tecnico no Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Fontes impressas localizadas na Biblioteca Nacional:

ALMEIDA, Ignacio A. Pinto. **Discurso que no faustissimo dia 19 de Outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida.** Rio de Janeiro: Imperial e Nacional, 1828.

CARDIM, Elmano. Discurso proferido, em 23 de novembro de 1956, pelo Acadêmico Elmano Cardim na sessão solene comemorativa do 1º centenário da Sociedade Propagadora das Belas Artes. In: FREIRE, Sylvio Vianna. **A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Officios: 135 anos a serviço da educação e da cultura.** Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas Artes, 1991.

DINIZ, Augusto Saturnino da Silva. **As escolas industriaes e o Lycêo de Artes e Officios.** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22 jun. – 26 jul. 1878.

DINIZ, Augusto Saturnino da Silva. Discurso pronunciado na sessão solemne da Inauguração das Aulas do Sexo Feminino no Lycêo de Artes e Officios em 11 de Outubro de 1881 pelo vice-director Dr. Augusto Saturnino da Silva Diniz. In: LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. **Inauguração das aulas para o sexo feminino no Imperial Lycêo de Artes e Officios em 11 de Outubro de 1881.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881.

FERREIRA, Felix. **Bellas-Artes. Estudos e apreciações.** Rio de Janeiro: Baldomero Carqueja Fuentes, 1885.

FERREIRA, Felix. **Bethencourt da Silva. Perfil artistico.** Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876.

FERREIRA, Felix. **Do ensino profissional; Lycêo de Artes e Officios.** Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876.

FERREIRA, Felix. **O Lycêo de Artes e Offícios e as aulas de dezenho para o sexo feminino**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881.

LISBOA, P. de A. Exposição Universal da Industria em Londres. **O Auxiliador da Industria Nacional**, Rio de Janeiro, p. 89-90, set. 1851.

LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. **Discursos pronunciados no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e professores do Lycêo de Artes e Offícios dedicaram ao exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphanio de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1882.

LYCÊO DE ARTES E OFFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO. **Inauguração das aulas para o sexo feminino no Imperial Lycêo de Artes e Offícios em 11 de Outubro de 1881**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1881.

O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL , Rio de Janeiro, n. 1 , jul. 1854.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Imperial e Nacional, 1828.

Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro. **Estatutos**. da. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1857.

WERNECK, A. P. Lacerda. **A educação do proletariado brasileiro**. Artigos publicados no Diario de Noticias, em 1887. Rio de Janeiro: Central, 1890.

Publicações da Sociedade Propagadora das Belas-Artes:

ALMEIDA, Mariano José de. Discurso recitado na sessão solemne da Inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), ano 1, n. 1, 1º trim. 1911.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A hora e a vez de Bethencourt da Silva**. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas-Artes, 1972.

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso pronunciado na segunda sessão preparatória da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1856. **O Brazil Artístico** (Nova phase), ano 1, n. 1, 1º trim. 1911.

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, no dia da sua organização em 23 de Novembro de 1856, no edificio do Museu Nacional. **O Brazil Artístico** (Nova phase), ano 1, n. 1, 1º trim. 1911.

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. O ensino de desenho no Lycêo de Artes e Offícios. **O Brazil Artístico** (Nova phase), ano 1, n. 1, 1^o trim. 1911.

LYRA FILHO, João. **Educação e vida**. Oração proferida em 20 de novembro de 1969. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas-Artes, 1969.

GAULT FILHO. Discurso recitado na sessão solenne da Inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), ano 1, n. 1, 1^o trim. 1911.

MONTEIRO, Domingos Jacy. Introdução ao t. 1, n. 1, 25 mar. 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), ano 1, n. 1, p. 5-11, 1^o trim. 1911.

MONTEIRO, Jacy. Discurso recitado na sessão solenne da inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** (Nova Phase), ano 1, n. 1, p. 64-84, 1^o trim. 1911.

O BRAZIL ARTISTICO - Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova phase). Rio de Janeiro: Leuzinger, ano 1, n.1, 1^o trim. 1911.

Publicações em geral:

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC ; Brasília: INEP/MEC, 1989.

ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1981.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

BANCO MUNDIAL. **Comunicado n. 2001/312/S**: Apesar do progresso, muitos países não alcançarão suas principais metas de desenvolvimento.

BARROS, Álvaro Paes de. **O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição**. Rio de Janeiro: Liceu de Artes e Ofícios, 1956.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Cartas do Solitário**. 4 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975.

BECKER, Gary. Educação para sempre. **Exame**, São Paulo, ano 34, n. 7, abr. 2000. p. 178-179. Entrevista.

BETHEL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: USP, 1976.

- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 83.
- CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem; Teatro de sombras**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CUNHA, Luiz Antonio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. **Forum Educacional**, Rio de Janeiro, 3(3) : 3-47, jul./set. 1979.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez ; Brasília, DF: UNESCO , 1998.
- DUPAS, Gilberto. Mitos e verdades sobre a educação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 abr. 1997.
- EÇA DE QUEIROZ, José Maria. **A emigração como força civilizadora**. (Relatório sobre a emigração - 1874). Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.
- EMERSON, R. W. **Inglaterra y el caracter ingles**. Buenos Aires: Siglo Veinte, [18—].
- ENGELS, F. **Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.
- EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil; ou Diário de uma visita à terra do cacauero e das palmeiras**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1976.
- EXPILLY, Charles. **La traite, l'emigration et la colonisation au Brésil**. Paris: Guillaumin et Cia., 1865.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A educação de um ponto de vista histórico. **Intermeio**, Campo Grande-MS, v. 1, n. 1, p. 11-15, 1995. p. 14.
- FIGUEIRA, Pedro. , MENDES, Claudinei. Estudo preliminar: o escravismo colonial. In: BENCI, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 184.
- FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1986. 5v.:

- FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. **O ensino de ofícios manufatureiros dirigidos aos menores abandonados: Brasil 1870-1930.** 1988. 157 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** São Paulo: Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX.** 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova ; Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1977.
- HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- IANNI, Octavio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História geral da civilização brasileira.** 6. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, [19—]. t. II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações.
- KIDDER, Daniel. Parish. **Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do sul do Brasil.** Belo Horizonte : Itatiaia ; São Paulo : EDUSP, 1980. p. 92.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. As Exposições Universais e a utopia do controle social. In: MONTEIRO, John M, Blaj, Ilana (Org.) **História & utopias.** Textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 1996.
- LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça.** São Paulo: Kairós, 1983.
- LANDES, David. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996).** Salvador: Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.
- LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- LIMA, M. de Oliveira. **Dom João VI no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo : EDUSP, 1975.
- LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

- MACHADO DE ASSIS, José Maria. Pai contra mãe. In: MORICONI, Italo (Org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- MANACORDA, Mário A. **História da educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANCHESTER, Alan K. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MANTOUX, Paul. **A revolução industrial no século XVIII**. São Paulo: UNESP; HUCITEC, [19—].
- MARTINS, Oliveira. **A Inglaterra de hoje**. Lisboa: Guimarães & Cia, 1951.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. **O capital**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MONTEIRO, John , BLAJ, Ilana (Orgs.) **História & utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996.
- MORAES, Alexandre José de Mello. **História do Brasil-Reino e Brasil-Império**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1982.
- MORAES, Antonio Ermírio. Educação: a riqueza das nações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 abr. 1997
- PAES DE BARROS, Álvaro. **O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956.
- PAULO NETTO, José. Prólogo à edição brasileira. In: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Global, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário do progresso: as representações da máquina na Exposição Parisiense de 1855. In: MONTEIRO, John , BLAJ, Ilana (Orgs.) **História & utopias**. São Paulo: ANPUH, 1996.
- PLUM, W. **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, [19—].
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Polycarpo T. A. **A transformação do trabalho**. Campinas: Livro Azul, 1888.
- RENAULT, Delso. **O Rio antigo nos anúncios de jornais, 1808-1850**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- RUGIU, Antonio Santoni. **A nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Luis Gonçalves dos (Padre Perereca). **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1981.

SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira**. 1979. 2v: 293f, 196f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SMILES, Samuel. **Ajuda-te!... Exemplos de comportamento e perseverança**. Rio de Janeiro: Garnier, [18—].

SMILES, Samuel. **O caráter**. São Paulo: Papelivros, [19—].

SMILES, Samuel. **O dever**. Rio de Janeiro: Garnier, [18—].

SMILES, Samuel. **O poder da vontade**. Rio de Janeiro: Garnier, 1880.

SOUSA, Irineu Evangelista de. **Exposição do Visconde de Mauá aos credores de Mauá & C. e ao público**. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & C., 1878. Edição fac-similar.

SUZANNET, Conde de. **O Brasil em 1845**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1957.

TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **A missão artística de 1816**. Brasília: UnB., 1983.

VENÂNCIO FILHO, F. Fontes para a história da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, pp. 369-374, 1945.

WALTON, Michael et. al. **O trabalhador e o processo de integração mundial**. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1995. Washington: Banco Mundial, 1995.

WHO'S top? **The Economist**, 27 mar. 1997. Disponível em: <http://www.economist.com>. Acesso em: 17 abr. 2001.

WIED, Maximilian, Prinz von. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. São Paulo: FTD, 1992.

BARÃO DE LORETO. A instrução. In: **A década republicana**. Rio de Janeiro: Typ. do Brazil, 1899.

BARBOSA, Rui. **Discurso no Colégio Anchieta**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

BARBOSA, Rui. **Emancipação dos escravos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: FCRB, 1982(edição comemorativa do primeiro centenário dos pareceres apresentados na Câmara do Império em 1882. Volume X, 4 tomos.

BEAUCLAIR, Geraldo. **Raízes da indústria no Brasil**. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem? Rio de Janeiro - século XIX**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

BESOUCHET, Lúcia. **Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)**. São Paulo : Nacional, 1977.

BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BORGES, Abílio Cesar. **Vinte dous annos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brazil**. Fragmentos publicados no Jornal do Commercio em 1880. Rio de Janeiro: Typ. Pereira Braga & Cia, 1880.

BRASIL. Congresso. Camara dos Deputados. **Fallas do throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. xiv, 923, 9p.; 22 cm.

- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: FCRB, 1980.
- CARVALHO, Antonio Alves de Souza. **O Brasil em 1870: estudo político**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870. 81p.; 19 cm (in 8º).
- CAYRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, (1756-1835). **Observações sobre o commercio franco no Brasil**. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1809. 95-213p; 22 cm (in 4º).
- CONGRESSO DA INSTRUÇÃO (1883:RJ). **Actas e pareceres do Congresso da Instrução do Rio Janeiro**. Rio Janeiro: Nacional, 1884. iv(várias paginações). [969p.]
- CONGRESSO DE INSTRUÇÃO (1883: Rio de Janeiro). **Regulamento e programa do Congresso de Instrução**. Rio de Janeiro: Nacional, 1882.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.
- COUTY, Louis. **A escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1888.
- COUTY, Louis. **O Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1984.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp ; Brasília: Flacso, 2001.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 89-107, mai./jul./ago. 2000.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, [19—].
- DODSWORTH, Henrique. **Cem anos de ensino secundário no Brasil (1826-1926)**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1968.
- EISENBERG, Peter L. **Homens esquecidos**. Campinas: Unicamp, s.d.
- FAZENDA-ESCOLA ou colonia agricola de orphãos e meninos abandonados ou sem trabalho. Rio de Janeiro: Laemmert, 1873.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: IEB/USP, 1969.

FREIRE, Sylvio Vianna. **A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios: 135 anos a serviço da educação e da cultura**. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, [19—].

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HAMILTON, Alexander. **Relatório sobre as manufaturas**. Rio de Janeiro: Solidariiedade Ibero-americana, 1995.

IMPERIAL SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECHANICOS E LIBERAES. **Sessão de inauguração do Lyceu de Artes e Officios a cargo da Imperial Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes e festa de seu 39º aniversario**. Recife: Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1881. viii, 80p. ; 21 cm.

JAGUARIBE FILHO, Domingos. **Arte de formar homens de bem**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Livreiros-Editores, 1886.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre**. Campinas: Papyrus, 1988.

LANDES, David S. **A riqueza e a pobreza das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública: elementos para a crítica da teoria liberal da educação**. Campinas, 1994. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO. **Cento e onze anos de Liceu**. São Paulo: Pini, 1984.

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS. **Liceu de Artes e Ofícios: 120 anos**. São Paulo: LAO, 1993.

LIMA, Heitor Ferreira. **Evolução industrial de São Paulo**. São Paulo: Martins, 1953.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Nacional, 1978.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O Império brasileiro (1821-1889)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

- LISBOA, João Figueiredo. **Jornal de Timon.** (Org. José Murilo de Carvalho). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MANN, Horace. **A educação dos homens livres.** São Paulo: IBRASA, 1963.
- MARX, Karl , ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Lisboa: Presença, 1974. 2v.
- MARX, Karl , ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.
- MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução.** São Paulo: Ensaio, 1987.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia.** São Paulo: Global, 1985.
- MAYER, Arno J. **A força da tradição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo - 1873 a 1934.** São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- MORAES, J.A. Leite. **Apontamentos de viagem.** (Org. Antonio Candido). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MURASSE, Celina Midori. **Processo imigratório no século XX: duplo caráter da imigração japonesa no Brasil.** São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos.
- NABUCO, Joaquim. **Discursos e conferências.** Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã, 1911.
- NABUCO, Joaquim. **Minha formação.** Brasília: UnB, 1963.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo.** Petrópolis: Vozes, 1988.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo: conferências e discursos abolicionistas.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, [19—].
- NISKIER, Arnaldo. **Aula inaugural** (Faculdade de formação de professores Béthencourt da Silva - FABES, 10/8/1981). Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas Artes, 1981.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história (1500-2000).** Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de. **Raízes da indústria no Brasil: a pré indústria fluminense, 1808-1860.** Rio de Janeiro: Studio F. & S.Ed., 1992.

OS ASYLOS AGRICOLAS da Suíça considerados como meios de educação para as crianças pobres: remédio contra os progressos do pauperismo e systema de colonização. Porto: Jacintho Antonio Pinto da Silva, 1865.

OURO PRETO, Visconde de. **Discursos pronunciados na sessão solene commemorativa do 28^o anniversario da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelo ... Senador ... e pelo 2^o secretario Guilherme Bellegarde.** Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884. in 8^o. 21p.

PATI DO ALFERES, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de. **Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: FCRB; Brasília: Senado Federal, 1985.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil.** São Paulo: Ática, 1997.

PORTO, Ângela, FRITSCH, Lilian de A., PADILHA, Sylvia. **Processo de modernização do Brasil, 1850-1930.** Economia e sociedade, uma bibliografia. Rio de Janeiro: FCRB, 1985.

REIS, Luiz Augusto dos. **O ensino publico primario em Portugal, Hespanha, França e Belgica. Escolas primarias elementares e superiores, maternas, profissionaes, normaes, asylos e jardins infantis, museus pedagogicos, etc.** Relatório apresentado á Inspectoria Geral de Instrução Publica da Capital Federal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. 649p.

RENAULT, Abgar. **O ensino técnico e a cultura geral.** Conferência proferida por ocasião do 120^o aniversário de fundação da Sociedade Propagadora das Belas Artes, em 23 de novembro de 1976. Rio de Janeiro: Olímpica, 1978.

RENAULT, Delso. **A vida brasileira no final do século XIX.** Rio de Janeiro : José Olympio ; Brasília : INL, 1987.

RIBEIRO, João. **A instrucción publica (primaria, secundaria, technica).** Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1890. 74p.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa Ribeiro. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930).** São Paulo : Hucitec, 1988.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** Campinas: Autores Associados, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, José Maria dos. **A política geral do Brasil.** Belo Horizonte : Itatiaia ; São Paulo: EDUSP , 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914.** Maringá: UEM, 1998.

SEVERO, Ricardo. **O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo: histórico, estatutos, regulamentos, programas, diplomas. (1873-1934).** São Paulo: LAO, 1934.

SILVA, Eduardo (Org.). **Idéias políticas de Quintino Bocaiúva: cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados.** Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. 2 volumes.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria.** São Paulo: Nacional, 1969.

SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Nacional, EDUSP, 1973.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820).** 8. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SMILES, Samuel. **Vida e trabalho.** Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. **Secção d'Indústria Fabril. Informações sobre o estado da indústria nacional.** Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877. 24p.; 25 cm.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A emancipação dos escravos.** Tradução de Fany Goldfarb Figueira. Campinas: Papyrus, 1994.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução.** 3. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Hucitec, 1989.

APÊNDICE

APÊNDICE - BETHENCOURT DA SILVA: PEQUENAS NOTAS BIOGRÁFICAS.

FRANCISCO JOAQUIM BETHENCOURT DA SILVA, o idealizador do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO, nasceu no dia 8 de maio de 1831, na altura de Cabo Frio, a bordo do veleiro português “**Novo Comerciante**”, que se dirigia ao porto do Rio de Janeiro. Era filho do carpinteiro português Joaquim José da Silva e da bretã Saturnina do Carmo Bethencourt. Iniciou seus estudos no Seminário São José e, em 1845, ingressou na aula de arquitetura da Academia de Belas Artes – que na proposta inicial de D. João VI, deveria ser a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios - onde foi discípulo dos mais brilhantes do célebre artista francês Grandjean de Montigny¹, professor fundador da cadeira de arquitetura da Academia das Belas-Artes, e dele herdou a “elegância do seu estilo inconfundível”². Durante o curso mostrou-se talentoso, aplicado e disciplinado, obteve inúmeros prêmios e menções honrosas, e entrou num torneio escolar para completar os estudos em Roma.

BETHENCOURT DA SILVA começou cedo a sua carreira, empregando-se como arquiteto das Obras Públicas, em 1850, cargo para o qual foi nomeado, por concurso. Como arquiteto, foi um profissional bem sucedido e suas obras marcaram uma época. Dentre elas, podemos citar: as torres da Igreja do Santíssimo Sacramento da antiga Sé; as escolas do Largo do Machado e da Rua da Harmonia; os pórticos da Santa Casa da

¹ Fazia parte da missão artística de 1816, trazida durante o reinado de D. João VI.

² CARDIM, Elmano. Discurso proferido, em 23 de novembro de 1956 na sessão solene comemorativa do 1º centenário da Sociedade Propagadora das Belas Artes. In: FREIRE, Sylvio Vianna. **A Sociedade Propagadora das Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios: 135 anos a serviço da educação e da cultura.** p. 162.

Misericórdia e do cemitério de São João Batista; o antigo edifício da Caixa Econômica (hoje Pretório); o Museu Nacional da Quinta da Boa Vista; a antiga escola Benjamim Constant, da Praça 11 (que desapareceu com a construção da Avenida Presidente Vargas); o salão nobre do antigo Colégio Pedro II; o antigo edifício da Bolsa do Comércio, na Rua 1^o de Março (hoje, sede do Banco do Brasil).³

Entretanto, essas edificações, que tornaram o arquiteto BETHENCOURT DA SILVA conhecido até no exterior, representavam nada além de uma “riqueza inerte que rende aos olhos sem aurificar a alma”⁴. Foi a sua obra como **educador**, ao criar o LICEU DE ARTES OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO – através do qual pretendia inculcar ao povo o gosto pelo belo ao mesmo tempo que lhe dava uma formação moral – que lhe concedeu, conforme BARROS, a auréola de imortalidade.⁵ Este educandário, que “só por si constitui um verdadeiro padrão de glória para o seu incansável instituidor”, já seria cometimento mais do que suficiente para que o nome de BETHENCOURT DA SILVA “fulgurasse em letras de ouro nas páginas da história das artes e da indústria nacional”⁶, afirma FERREIRA, e isto lhe rendeu qualificações as mais diversas: “pai do liceu”, “gênio”, “apóstolo do bem e da verdade”, “vidente do futuro”, “cruzado da civilização”, entre outras. Este feito mereceu um reconhecimento público de Ruy BARBOSA, num discurso proferido no aniversário do Liceu de Artes e Ofícios: “O nome de Bethencourt da Silva pertence ao número dos benemeritos cuja condecoração incumbe á historia.”⁷

³ BARROS, Álvaro Paes de. **O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição**. Rio de Janeiro: Liceu de Artes e Ofícios, 1956. p. 4.

⁴ LYRA FILHO, João. **Educação e vida**. Oração proferida em 20 de novembro de 1969, pelo Ministro João Lyra Filho, Magnífico Reitor da Universidade do Estado da Guanabara, na sessão solene comemorativa do 113^o aniversário da Sociedade Propagadora das Belas Artes. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas-Artes, 1969. p. 9.

⁵ BARROS, Álvaro Paes de. Op. cit. p. 194.

⁶ FERREIRA, Felix. **Bethencourt da Silva. Perfil artístico**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1876. p. 24.

⁷ BARBOSA, Ruy. Discurso pronunciado pelo Dr. Ruy Barbosa no Sarão Artístico-Litterario que a Directoria e Professores do Lycêo de Artes e Officios dedicaram ao Exm. Sr. Conselheiro Rodolpho Epiphany de Souza Dantas em 23 de Novembro de 1882. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1882. In: **LYCÊO DE ARTES E OFFICIOS DO RIO DE JANEIRO. Relatorios do Lycêo de Artes e Officios apresentados á Sociedade Propagadora das Bellas-Artes pelas Directorias de 1882-1884**. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1884. p. 223.

Diante de suas obras como arquiteto e educador, o Ministro João LYRA FILHO referiu-se a BETHENCOURT DA SILVA como “duas vezes arquiteto, porque modelou plantas para enriquecer na arte as feições urbanas da terra e plantou riquezas no espírito do povo para afortunar as imagens entrevistas na grandeza imatura do país”.⁸

Como escritor, o seu livro “**Obras literárias**”, revelava “o esteta e pensador, que poderia ter deixado nas letras pátrias o mesmo traço assinalado pela obra do arquiteto”⁹, isto se o “culto das letras não fosse prejudicado pelo culto da arte”¹⁰.

BETHENCOURT DA SILVA atuou, também, como professor da Academia de Belas-Artes e da Escola Politécnica e era um homem de vasta cultura. Tinha entre seus autores favoritos, Cervantes, Emílio Castelar, Camões, Bocage, Herculano, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Samuel Smiles, Seguíer, José de Alencar, Taunay. Dentre os compositores prediletos estavam Belini e Verdi e, na pintura, apreciava Rafael e Leonardo da Vinci. Em seus discursos fazia referências a grandes filósofos, economistas, políticos, estadistas e escritores de sua época. BETHENCOURT DA SILVA foi, enfim, um homem notável, de origem modesta que, nas palavras de Felix FERREIRA, inscreveu seu nome entre os mais distintos cultores das artes e das letras: “Á força da perseverança e de trabalho, elevou-se do nível commum onde nascêra ás regiões mais elevadas do saber a tomar lugar entre aquelles que a patria extremece como filhos dignos e preza como verdadeiros operarios que são desse progresso moral e material que, morosa mas seguramente a vae adiantando no caminho da civilização hodierna.”¹¹

BETHENCOURT DA SILVA foi um personagem importante na história da sociedade brasileira do século XIX. Entretanto, deixaremos aos seus biógrafos a tarefa de revelar outros dados preciosos de sua vida pessoal, uma vez que o nosso interesse nele restringe-se enquanto um homem preocupado com as questões de sua época e, por isso mesmo, era a expressão das lutas travadas pelos homens de seu tempo.

⁸ LYRA FILHO, João. Op. cit. p. 8.

⁹ CARDIM, Elmano. Op. cit. p. 161.

¹⁰ BARROS, Álvaro Paes de. Op. cit. p. 194.

¹¹ FERREIRA, Felix. Op. cit. p. 20.

ANEXOS

ANEXO 1 – DISCURSO RECITADO POR FRANCISCO JOAQUIM BETHENCOURT DA SILVA PERANTE OS MEMBROS FUNDADORES DA SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO, NO DIA DA SUA ORGANIZAÇÃO EM 23 DE NOVEMBRO DE 1856.

Antes de proferir uma palavra sequer sobre a idéia que faz o assumpto principal desta reunião, seja-me permittido agradecer-vos a subida prova de estima e consideração que vos dignastes conceder-me, comparecendo hoje neste sanctuario de instituições patrioticas, com o unico fim de me ajudardes a erguer o estandarte do progresso e da utilidade publica, que tenho visto sempre a meu lado nas fantasticas visões de minhas crenças de mancebo.

(...)

...estou certo que vos achareis satisfeitos com a felicidade que proporcionastes ao artista a quem honraes e que nada mais deseja do que o engrandecimento das artes e de seus concidadãos.

No meio do isolamento a que me tenho votado, esquecido no seio de minha mediocridade, compraz-me ás vezes meditar no futuro glorioso deste imperio, na influencia que devem ter as bellas-artes sobre as riquezas deste solo, e nos artefactos produzidos com todos aquelles meios que nos facultam a natureza e o estudo por um povo talentoso e amante da perfectibilidade. Mas então no meio dessas meditações profundas a que ás vezes me entrego, vejo com pezar infindo quanto vae longe do verdadeiro caminho desse esplendido futuro, que a imaginação me pinta com vivas côres, o trabalho e o ensino de todos os nossos artistas e operarios.

É uma meditação amarga, porque nada no mundo é mais doloroso e sentimental do que vêr continuamente esgotarem-se tantos meios pecuniarios, tantos esforços aproveitaveis, sem nada produzirem de bello ou de grandioso, apresentando-se unicamente ao publico, em resultado de tantos sacrificios, edificações mesquinhas e deploraveis, -

moveis sem graça nem belleza, - manufacturas pouco compatíveis com a civilização do seculo e do paiz em que vivemos.

Baseado pois nestas circumstancias e embebido no cogitar continuo de melhorar este infeliz estado de nossos conhecimentos industriaes, uma *idéia*, que julgo grandiosa e util me appareceu rodeada de todas as esperanças de uma facil realização...

... apresentei o meu projecto a algumas intelligencias cultas, mil vezes mais aptas para decidir de sua importancia do que eu, e tive a fortuna de vê-lo acolhido com louvor e enthusiasmo.

Á vista destas animadoras approvações, não tinha mais que trepidar, era preciso sómente tentar a todo custo sua publica apresentação; e foi por isso que, confiando na vossa bondade, na reputação que tendes e nos vossos precedentes, me animei a solicitar a vossa presença nesta casa, a fim de que, mostrando-vos eu os meus intentos, podesseis dignar-vos instituir o que eu só jamais pudéra.

Antes porém de a isto vos convidar, era preciso saber si eu poderia contar com a devotada coadjuvação de um não pequeno numero de artistas que, dedicando-se ao bem geral, á felicidade da nação, quizessem tomar sobre seus hombros um dos mais penosos encargos da minha idéia - o professorado publico.

Felizmente, seja dicto com ufania e reconhecimento, não achei só em cada um desses amigos um auxiliar, achei tambem um defensor - um athleta muito mais forte do que eu, mais capaz de per si só sustentar o que em minhas mãos unicamente talvez morresse. É que elles tambem conhecem o mal que por ahí vae lavrando, como uma corrupção de morte; é que elles sabem por si mesmos quanto custa viver no meio da indifferença de uma sociedade pouco preparada para avaliar os sacrificios de uma classe inteira que se entrega ao seu mister como a um sacerdocio augusto.

... nem um dos nossos concidadãos, que não seja artista, talvez calcule o que todos os dias se consume de coragem, de resignação e de vida, para se resistir ás lutas que assaltam qualquer vocação que por ventura appareça, no meio da nossa indifferença mercantil que tudo mata e aniquila.

(...)

Sei por experiencia propria que nada valho, que nada sou, comparado com esta mocidade artistica que nasceu da velha escola; mas, ao menos, possa a minha força de vontade, - o meu desejo de ser util ao povo, - e a pertinacia do meo genio superar a falta do talento necessario para hombraer com ella, apresentando-me em campo para a defender. Sei bem o que ella vale; conheço o que ella perde nesta inercia a que se votou, e por isso confiado nos seus esforços, não hesitei em chamal-a a mim, em fallar-lhe do futuro grandioso que a espera, mostrando-lhe esses nomes gloriosos, que no meio da prepotencia e do servilismo do passado se elevaram, merecendo a admiração dos povos, como Ticiano e Miguel Angelo.

A mocidade é a força do futuro, - é o gigante do porvir que tem de sustentar sobre os seus hombros a magestade deste Imperio; demorar a sua rehabilitação é agrilhoar a aguia que deve encarar o sol, sobranceira a toda a natureza; é atar a posteridade a um pelourinho de miseria e de ignominia.

Esta juventude que tenho saudado sempre, e que saúdo ainda, do intimo do coração, não deve caminhar mais sobre os errados passos daquelles que nos hão precedido. - O futuro inteiro depende della, porque o trabalho é a locomotiva do progresso, e o trabalho é dos mancebos. Salvemos esta mocidade de hoje que deve educar a nossa prole sob auspicios mais beneficos do que os nossos, e a felicidade publica avultará.

É tempo de já de hastearmos a bandeira que deve tremular sobre a tenda da futura mocidade; é tempo de lhe ensinarmos o amor da gloria, como a fonte de todos os sentimentos nobres e magnanimos: reunamo-nos pois em redor desse carro de triumpho em que ella vae conduzir todos os thesouros que devem florescer sobre os restos do passado e á vista do presente; porque a ventura de havermos preparado dignamente aquelles que devem representar-nos ante a posteridade, será bastante para satisfazer os mais ávidos desejos, as mais nobres ambições do coração.

Tractemos seriamente de reunir n'um circulo artistico todas as intelligencias juvenis que representam a nova pleiade dos filhos das musas; tentemos, pelo entusiasmo e pela

emulação, dar-lhes um fim proveitoso - a acção do trabalho, cuja falta os enerva na indolencia; justifiquemos com estes esforços a superioridade da geração nova que se occulta hoje envergonhada pelo contraste opulento dos aventureiros que se atrevem a invocar, em defesa da sua inutilidade e madraçaria, as doutrinas do regresso.

Tractemos com afan e desinteresse desta grande missão que nos cumpre desempenhar, salvando a nossa reputação e com ella o bello da arte e da inspiração; porque o pequeno sacrificio pecuniario que vos será exigido, e com o qual educaremos a mocidade que mais tarde nos deve julgar, engrandecer-nos-á aos olhos do estrangeiro illustre que não póde deixar de censurar hoje a nossa falta de perfeição manufactureira, industrial, artistica e mecanica.

Nada é tão sublime como a philantropia patriotica de uma parte da sociedade que intenta elevar a outra educando-a nos principios essenciaes ao engrandecimentos das nações.

A arvore da sciencia póde abrigar o mundo inteiro, e para que isto se realize, para que hymnos de triumpho sejam cantados sob as abobadas do templo da sociabilidade fraternal, procuremos desde já assentar sobre seguros alicerces as bases deste edificio monumental, antes que o desanimo e inercia em que vivem os artistas, e que lavra como um miasma devastador, extinga de uma vez a musa brazileira.

O desenho, esse precioso ramo dos conhecimentos humanos, tão necessario a todos os individuos como a escripta, é entre nós completamente ignorado, não obstante a sua qualidade graphica. Tres ou quatro pessoas o sabem, tres ou quatro o comprehendem...

(...)

Entretanto ninguem, por menor que seja a sua instrucção, ignora que o paiz no qual os conhecimentos artisticos não occupam o primeiro lugar, não póde proseguir rapidamente na senda do adiantamento e da riqueza.

Ninguem hoje ignora que as bellas-artes são o influxo de todas as industrias, as bases de toda a perfeição manufactureira.

(....)

Então Colbert, o genio das finanças, o grande ministro de Luiz XIV, fundava a expensas do estado a escola franceza, que sob a sua vontade devia tornar-se illustre e poderosa, modificando os costumes, o gosto, e até mesmo a intelligencia, não só da França, mas tambem do mundo inteiro. As bellas-artes impellidas por esse braço gigante correram por todas as classes do povo, crearam-se novas idéias e com ellas novos fructos do seu espirito. Nobilitaram-se os trabalhos, as fórmãs pesadas e repugnantes aprenderam na celeste arcada a graciosidade das curvas suaves, as vestes imitaram as bellezas do desenho e tudo se purificou. Tal é a influencia desse meio poderoso, energico e persuasivo de estudar, de conhecer e de produzir. Applicaram-se todos ás bellas-artes; tomaram a perfeição como uma consequencia da racionalidade e não quizeram mais abandonal-a.

Esta verdade conhecida que hoje vos enuncio e que serve bem para apoiar a idéia da creação que vos vou apresentar, mais e mais se justifica com o seguinte trecho, extrahido dos trabalhos da commissão franceza, nomeada para a exposição universal de 1851, apresentados pelo Sr. Barão Carlos Dupin ao Imperador dos Francezes e para o qual vos peço toda a vossa attenção:

...A proporção dos premios de primeira ordem conferidos aos povos estrangeiros, era de oito por mil expositores; para os franceses porem essa proporção se elevava a trinta!! - Os espiritos mais eminentes da commissão real procuraram nas instituições francesas o segredo de uma tão grande desigualdade - e o acharam, (vêde bem, meus senhores) e o acharam, nas nossas Escolas de desenho artistico e geometrico em Lyon, em Nimes e em Paris; nas nossas escolas de artes e officios, que apresentam hoje as mais ricas colleções, e o ensino mais completo das sciencias applicadas ás artes uteis.

A convicção clara e precisa com que o Sr. C. Dupin enuncia as suas opiniões, assegura certamente aos espiritos mais duvidosos a verdadeira fonte desse progresso illustre da França manufactureira, que admira as demais nações do universo; porque, si uma intelligencia transcendente e circumspecta não acha sinão nas instituições artisticas do seu paiz o segredo da sua superioridade industrial, é porque de facto assim succede, porque é essa a unica fonte da perfeição plastica.

Á vista dessas sabias razões, que não podem deixar de vos convencer e persuadir, do mesmo modo que a mim quando tive a ventura de lêr este eloquente trecho, estou certo que não deixareis de conhecer comigo que o atrazo de nossa industria é filho desta unica falta na educação dos nossos artifices, e que portanto devemos cuidar sériamente da criação de uma *Sociedade Propagadora das Bellas-Artes*, que, entre outros meios necessarios ao seu desenvolvimento e util fim, estabeleça um liceu de artes e officios, em que os nossos artesões, operarios e mais concidadãos estudem em lições nocturnas o desenho geometrico, industrial, artistico e architectonico, os principios das sciencias applicadas ás artes livres, podendo então em breve tempo apresentarmos, como a França, a Inglaterra, a Allemanha, a Italia e mesmo Portugal, as nossas producções a par das obras primas do seu povo.

A riqueza natural deste imperio abençoado, sobre cujo throno se assenta um monarcha illustre, filho de Cezares, um novo Tito, manejada por impulsos de intelligencias cultas ou sufficientemente educadas nos principios da sciencia que professarem, deve produzir fructos que excedem a tudo quanto se tem visto da velha Europa.

Nada aqui nos falta para chegarmos a esse *desideratum* sinão a criação de um ou outro estabelecimento de educação popular, e para isso, para a criação de um delles, é que eu solicito a vossa cooperação sincera e dedicada. Genios creadores, talentos habeis, intelligencias ferteis e activas, como as temos, unidas aos fructos de um paiz abrilhantado pelos raios de um sol fertilizante, podem e devem desenvolver a riqueza das artes e do commercio por um modo novo e bello como a terra em que vivemos.

A instituição de que vos fallo é por certo das mais uteis e mais proficuas, porque é baseada em sentimentos philantropos e patrioticos que devem preencher uma grande lacuna que tem existido até hoje, o que vós podeis agora fazer com dedicação e boa vontade, concorrendo com o vosso auxilio pecuniario para a fundação de um periodico artistico regularmente publicado, que trate de espalhar estas doutrinas uteis e indispensaveis á nossa civilisação, e um lyceu para o qual, como já vos disse, tenho amigos sinceros e devotados que querem como eu propagar o que aprenderam com os velhos e já *finados* mestres da nossa academia, e que sem receberem estipendio algum estão promptos para ensinar a todos que quizerem estudar os diversos ramos de bellas-artes que conhecem.

Para que isto não seja tomado como entusiasmo vão e pouco reflectido, desde já elles se julgam compromettidos com o publico e comvosco, apresentando por fiança de seus esforços e cavalheirismo o seu passado artistico, o seu amor honroso á arte que só a inveja e a calumnia podem conspurcar.

Com este generoso e inimitado offercimento, está vencida a maior difficuldade dessa criação proveitosa que sem duvida encontrarieis, porque, a não ser este desinteresse brasileiro, mal poderia uma associação nascente fazer face ás despesas do professorado. Felizmente elles ahí estão dominados por sua propria convicção, promptos para apoiarem a minha ideia com toda a crença de corações nobres e elevados, sem sentimentos algum de especulação ou de agiotagem. Artistas são e como artistas livremente pensam.

Á vista disso, vêde bem, senhores, as vantagens que desta sociedade devem resultar ao paiz, aos nossos concidadãos e a nós mesmos; **medite um pouco no resultado maravilhoso das nossas riquezas materiaes trabalhadas por meios racionaes, theoreticos e scientificos**, e estou certo que concordareis na sua necessidade. No emtanto calculae bem o que vos proponho, as bases constituintes que vou apresentar-vos, porque eu não vos peço um sacrificio vosso por amor de mim; isso nunca. Um favor póde ser feito uma vez, quinze, trinta, mas sempre não; - é preciso que vos enthusiasmeis pela utilidade desta criação, que vos torneis sectarios della, que despendais no presente para receber no futuro, pela perfeição dos objectos de que usardes, a recompensa dos vossos esforços e sacrificios de hoje.

Si esta minha idéia, que será tambem vossa desde o instante em que a adoptardes, vos merece confiança, acolhei-a, ajudae-me a estabelecê-la sem temor; porque, si não tivermos bastante força para supportarmos tão ardua tarefa, si não tivermos meios para levar ao fim tão util concepção, iremos jubilosos aos pés do Imperador, desse Protector nato das letras e das artes, desse monarcha illustre que deixa a cadeira regia da monarchia para ir sentar-se na cadeira das letras rodeado de seu povo; sim, correremos a Elle pedindo-lhe auxilio e estou certo de que a sua paternal bondade não recusará pela primeira vez acolher aquelles que tractam de engrandecer tambem o seu imperio.

(...)

Que importa que os zoilos nos censurem, que os nossos primeiros esforços sejam ridicularisados?! Não se riam tambem os ignorantes de todas as côrtes, ante a face de Colombo, quando elle lhes fallava de um novo mundo? Não classificaram de louco ao inventor do vapor, a uma das maiores intelligencias que ha visto a terra? O proprio Christo não foi villipendiado pelos impios que não podiam comprehender a grandeza de sua missão? Então porque hesitar? Acaso parou o sol alguma vez? - O progresso do seculo em que vivemos reclama o nosso contingente, e vós, si estaes disto convencidos, não deveis receiar de vossas forças.

Avante pois, caminemos no nobre empenho de illustrar o povo, porque a gloria será nossa! Acaso aquelles que fundaram a Philarmonica, sociedade auxiliar da propagação artistica, esperavam dividendo do seu capital? Não! Elles queriam sómente o engrandecimento de uma arte que amavam ou professavam, e outro tanto nos deve acontecer. Sejam os amigos das Bellas-Artes, tentemos ao menos ensinal-as ao povo que as não conhece, que, a não ser talvez este meio, nunca as saberá; e as vantagens deste nosso empenho apparecerão immediatamente nas nossas edificações, nos nossos moveis, nas nossas vestes, em todos os objectos necessarios á nossa vida. Com isto teremos conquistado um grande fim, a salvação das artes que vão morrendo como o ethico que se fina sem soluços, na enxerga de um hospital, e com ellas o florescimento da nossa industria.

Para que desde já possaes conhecer os benemeritos que accedendo ao meu convite estão promptos para o ensino gratuito de que vos tenho fallado, aqui vos apresente seus nomes com a especialidade que devem leccionar:

- Francisco Antonio Nery (...) discipulo do celebre Minardi (...)se encarregará do ensino do desenho elementar.

- Francisco Renato Moreau, pintor historico, discipulo de Gros na escola franceza (..) ensino da pintura e de uma secção de desenho elementar.

- O Sr. Agostinho da Motta (...) discipulo do famoso Benouville em Roma, ensinará não só ornatos e paizagem (...) mas tambem outra qualquer classe que preciso seja preencher.

- João José Alves, jovem architecto, discipulo do Sr. Grandjean de Montigny (...) ensinará o desenho geometrico e principios architectonicos.

- João Caetano Ribeiro (...) Este artista já victoriado pelo publico ensinará scenographia.

- Mariano José d'Almeida (...) desenhador purista e caprichoso, encarregar-se-á da classe de flores e animaes a lapis e a aquarella.

- Quirino Antonio Vieira, character nobre, aspirações independentes, habilidade pouco vulgar, estudioso e trabalhador, ensinará a estatuaria em gesso, arte ceramica e ornatos.

- Severo da Silva Quaresma, discipulo do distincto esculptor Pettrich (...) occupar-se-á do ensino de estatuaria em marmore e mesmo em gesso.

- João da Costa de Brito Sanches, ex-official da nossa armada, conhecedor de varias linguas, incumbe-se das classes de arithmetica e algebra até equações do primeiro gráu.

- Dr. Manoel A. d'Almeida (...) homem de talento e amator das Bellas-Artes, occupar-se-á do ensino da geometria.

- Eduardo Janvrot, approvado pela nossa escola de medicina, amigo do progresso, caprichoso em seus estudos, presta-se com vontade firme para o ensino da physica, da chimica e da mineralogia.

- Bacharel Gonsalves da Silva, professor do Collegio de Pedro II: seu nome é um elogio e uma garantia para o ensino do lyceu que deveis instituir, Geographia e historia das artes serão a sua especialidade.

- Dr. Antonio Ferreira Pinto, professor da escola de medicina (...) sua bondade e dedicacão o faz honrar-nos ensinando esthetica, anatomia e physiologia das paixões.

Além destes apresentados, também os Senhores Poluceno Pereira da Silva Manoel, José Bernardes Camello, Cipriano de Souza, João Duarte de Moraes, Joaquim Moreira da Silva, Joaquim da rocha Fragozo, Eleuterio Gomes e Dr. Francisco Portella, todos moços estudiosos, talentos mais ou menos illustrados, amantes da mesma ideia, crentes na mesma fé - de que o trabalho é a alavanca do progresso e da felicidade geral, estão promptos, de motu proprio a tomar parte gratuitamente no ensino das aulas do lyceu que acabo de propor á vossa consideração.

- E quanto a mim, Srs., limitadissimos são meus conhecimentos, mas o entusiasmo e desinteresse com que sempre me tenho entregue ao desenvolvimento das Bellas-Artes, me anima a offerecer-vos meus bons desejos, já que me faltam as habilitações precisas, para explicar, segundo o methodo que adoptardes, algumas regras da architectura. Não podendo militar a par dos outros abalisados e doutos professores, farei quanto em mim couber para não comprometter o lyceu, tornando-me ao menos repetidor claro das lições dos bons mestres desta nobre arte.

Á vista desta honrosa iniciativa da mocidade artistica e scientifica em popularisar os conhecimentos uteis pelo publico estudioso, está vencida a maior barreira; o obstaculo mais poderoso que podia surgir ante os vossos sacrificios. Esse obstaculo porém já não existe; e sómente tereis, para abrir essas aulas, de preparar o edificio com moveis e luzes necessarias ao trabalho nocturno, porque é só de noite que o operario poderá ir aprender a sciencia de que precisa, sem lesar os fructos do trabalho que para a vida lhe é mister.

Isto pois será facil: o numero dos socios deve augmentar consideravelmente, não só pela **liberalidade** da instituição, como também pelos vossos esforços, e deste modo a renda da sociedade será sufficiente para compensar todas essas despezas.

Mas, quanto isso assim não seja, quando não baste a força da vossa vontade para que esta sociedade se estabeleça começando em breve a produzir seus beneficos effeitos, eu vos apresentarei novos meios de realizardes a **nossa** idéia.

Fundae a associação, contae com todo o meu trabalho, com todos os meus esforços, desejos e vontade, que eu não serei como o Saturno da fabula, que devorava seus proprios

filhos. Sacrificar-me-ei com todo o desinteresse a esta honrosa missão, pois, como sabem todos os que me conhecem, eu não costumo especular nem mesmo com o meu suor, e sei cumprir minha palavra.

Sejamos pois corajosos, encetemos já hoje nossos trabalhos, solicitando do Sr. Conselheiro Euzebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara, a honra de vir dirigir com sua elevada illustração a nossa sociedade. Assente-se S.Ex. na cadeira da presidencia, como um palladio de fé e de esperanças; venha elle, não só como uma das glorias deste imperio, mas tambem como digno inspector da instrucção publica, guiar-nos no ingreme caminha da nossa cruzada civilisadora; inauguremos a nossa sociedade no anniversario da fundação deste cidade, daquelle dia em que Mem de Sá expulsava os usurpadores da America portugueza; commemoremos com um facto grandioso um dos mais bellos dias brasileiros, e sob tão patrioticos auspicios nada temos a receiar.

O trabalho é a divisa da mocidade, é o emblema da virtude, da honestidade e do progresso; com elle mostraremos aos covardes e corrompidos que a innovação não é um attentado e que o futuro será nosso.

Tractemos da nossa sociedade com afan e desvelo, abramos as portas do edificio da nossa escola, colloquemos no altar da patria e da musa nacional o pharol que deve guiar os novos filhos do estudo, e o futuro das artes, do paiz e da mocidade estará salvo.

Sêde grandes como este imperio e a gloria será vossa.

Rio, 23 de Novembro de 1856.

F. J. Bethencourt da Silva

O discurso que acima reproduzimos foi lido perante 99 pessoas que, tendo annuido ao convite do Sr. Bittencourt da Silva, se haviam apresentado na sala da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional no edificio do Museu.

Depois dessa leitura e da dos Estatutos da Sociedade por aquelle Sr. elaborados, o Sr. Dr. Manoel de Oliveira Fausto, que fôra convidado para presidir á reunião, pediu a todas

aquellas das pessoas presentes que quizessem, por convicção e de livre vontade, fazer parte deste apostolado civilizador e progressista cujos fins patrioticos e humanitarios não podiam deixar de mover a todos os bons cidadãos, que assignassem o seu nome na acta que para memoria do occorrido ia lavrar o Sr. Dr. Manoel Antonio de Almeida.

Lida a acta, todas as pessoas presentes a assignaram, e por consequencia foi considerada instituida a *Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro*. Então á visto de uma proposta do Rev. Vigario Speridião de Santa Rita, foi, por aclamação, nomeada para interpor parecer acerca dos estatutos (parecer que lhes foi favoravel e que procedeu á sua approvação) uma commissão composta dos Srs. - Drs. Ignacio da Cunha Galvão, Manoel Antonio de Almeida e F. de M. Dias da Cruz. Ao mesmo tempo foi nomeada uma outra, composta dos Srs. - Dr. Manoel de Oliveira Fausto, Mariano José de Almeida, Eduardo Janvrot, J. Lopes de Barros Cabral, e Bittencourt da Silva, a fim de solicitarem do Exm. Sr. Conselheiro de Estado Euzebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara a aceitação da presidencia para que fõra indigitado por proposta do fundador da sociedade, approvada por aclamação unanime.

Tendo S. Ex. accedido aquelle encargo, marcou-se o dia 8 de Dezembro para a eleição do conselho administrativo da associação; para o qual foram escolhidos por maioria de votos os seguintes Senhores: - Dr. Manoel de Oliveira Fausto, 1º Vice- Presidente - Brigadeiro Dr. Antonio Joaquim de Soiza, 2º Vice-Presidente - Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, 1º Secretario - Francisco Portella, 2º Secretario - João Antonio da silveira Filho, Secretario Adjuncto - Joaquim José Marques, Thesoureiro.

- Membros da commissão de redacção: Dr. Gabriel Militão de Villa-Nova Machado, Dr. Ignacio da Cunha Galvão, Mariano José de Almeida, Antonio José Victorino de Barros, Bacharel João Antonio Gonsalves da Silva, Dr. Manoel Maria de Moraes e Valle, Dr. Domingos Jacy Monteiro. - Supplentes: Dr. Manoel Antonio de Almeida, Dr. Saturnino Soares de Meirelles, Francisco José Fialho, Dr. Antonio Ferreira Pinto, Francisco Gonsalves Braga, Major Manoel de Frias e Vasconcellos, L.C. Furtado Coelho;

- Comissão Artística: -Agostinho José da Motta, João Caetano Ribeiro, João José da Silva Monteiro, Henrique Alves da Mesquita, Quintino José de Faria, Joaquim Lopes de Barros Cabral, e Eduardo Julio Janvrot. - Supplentes: Quirino Antonio Vieira, Francisco Antonio Nery, Fidelis Ferreira Paradella, José Bernardes Camello, Antonio de Padua e Castro, Serafim da Fonseca e Sá, e Custodio Carlos Dias Netto;

- Comissão economica e financeira: - Anacleto Fragoso Rhodes, Capitão Antonio Pedro Monteiro de Drummond, João Antonio de Segadas Vianna, Dr. Jacinto Rodrigues Pereira Reis, Vicente Rodrigues, Antonio José Dias Moreira, e João Antonio da Trindade. - Suplentes: Dr. Domingos de Azeredo Coitinho Duque-Estrada, Feliciano Guilherme Pires, Florindo Joaquim da Silva, Candido José Correia da Silva Bourbon, Bernadinho Baptista Brasileiro, Thomaz Xavier Ferreira de Menezes, e Cypriano Carlos de Assis e Souza.

Assim organizada a associação, designou-se para sua publica e solemne inauguração o dia 20 de Janeiro de 1857, dia de S. Sebastião e anniversario da fundação desta cidade: o que se verificou em uma das salas superiores do edificio do Museu Nacional, com uma pompa nunca praticada, e na presença de um numerosissimo concurso de que faziam parte muitas Senhoras, e muitas pessoas gradas do paiz, vizivel prova de adhesão e enthusiasmo que pelas grandes idéas parecem ir já felizmente apparecendo. (...) Esta solemne festividade em que as artes exultado se abraçavam, ficará de certo no coração de todos os amantes da arte, como uma dessas recordações saudosas que surgem sempre radiosas nos varios quadros da vida, semelhante a imagens benéficas e apraziveis. E a historia patria que tudo reconhece e communica terá sem duvida de consagrar uma de suas formosas paginas a este glorioso acontecimento, pelos proveitosos resultados de que, cumpre esperal-o, será elle o precursor.

Fonte:

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso recitado perante os membros fundadores da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, no dia da sua organização em 23 de Novembro de 1856. **O Brazil Artístico** – Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova phase). Rio de Janeiro, p. 12-30, 1^o trim. 1911.



ANEXO 2 – DISCURSO PRONUNCIADO POR FRANCISCO JOAQUIM BETHENCOURT DA SILVA, NA SEGUNDA SESSÃO PREPARATORIA DA SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1856.

Depois de procellosa tempestade,
Nocturna sombra, sibilante vento,
Traz a manhan serena claridade
Esperança de porto e salvamento.

CAMÕES – LUSIADAS.

No exercicio da nossa vida social, qualquer que seja a vocação dos Brasileiros, ha apenas quatro carreiras a seguir: - a das armas, a da magistratura, a da medicina e a dos empregos publicos; mas mesmo nas duas ultimas é tal a aglomeração dos individuos, que não pequeno numero de mancebos vê perdidos sem proveito o seu talento e sacrificios.

Isto que tem sido causa de grandes infortunio, da perda de muitas intelligencias mal dirigidas ou pouco apropriadas ao fim para que se propuzeram, pôde ter uma facil explicação, si se attender ás circumstancias sobre que se fundou este novo imperio.

Filhos de um paiz rico, os Brasileiros, admiradores de tudo o que então lhes parecia grande e bello, amaram os conhecimentos que podiam levantal-os á altura do poder, abandonando as artes e industrias que, posto melhor podessem satisfazer as necessidades publicas e o desenvolvimento de suas faculdades, não lhes abriam as portas da politica nem da administração.

Com isto, que a principio parecia consequente com as aspirações dos filhos de uma colonia que preparava a sua independencia, nasceu a persuasão ou crença de que os Brasileiros em geral não deviam entregar-se a mister algum que não estivesse inscripto na orbita dessas quatro dignidades.

Desta sorte, sem que alguém então o pressentisse, o funesto prejuizo, que insensivelmente se foi introduzindo e crescendo, levou a sociedade brasileira a tomar como

deshonrosas as profissões de artista e de operario, que não podiam ter acção immediata nos actos do governo. Assim pensando, a mocidade que não conseguia entrar em uma dessas quatro classes, preferia a inacção, que lhe preparava uma pobreza pouco digna, a exercer um officio ou uma arte que, praticados unicamente pelos escravos para quem isso fôra deixado, não lhe traziam sinão o desprezo de seus concidadãos. Effeitos deste modo de pensar ainda actuam infelizmente no nosso tempo e no meio da nossa progressiva civilisação, si bem que em menor numero, pois que com o augmento della isto tem diminuido, e deve diminuir de dia em dia até acabar definitivamente.

- O desenvolvimento da instrucção publica, a multiplicação dos conhecimentos uteis que das nações mais adiantadas nos têm vindo, as viagens que uma grande parte da nossa mocidade tem empreendido pela Europa, têm feito conhecer que as artes são o fóco principal donde dimana a riqueza publica e nacional, e que os paizes que as não cultivam, que não têm reservado um lugar de honra para aquelles que as professam com distincção, não podem ter influencia entre as nações cultas.

Com isto a arte começou a ennobrecer-se. Aquelles que voltavam de sua peregrinação, cheios de sciencia e de enthusiasmo, começaram a amar como deviam os novos filhos de Phidias, de Palladio e de Ticiano, que o natural talento dos Americanos preparava sem grandes meios de ensino, e a mostrar aos homens illustrados a consideração que na Europa merecem aquelles que se entregam a um tão difficil sacerdocio. Emquanto porém isto se dava em certos grupos, outros menos preparados não cediam cousa alguma de suas convicções e preconceitos.

- A Academia das Bellas-Artes que, como se sabe, possuia em seu gremio artistas eminentes e insignes, como o Sr. Grandjean de Montigny, via todos os seus esforços e desejos inutilizados ante as crenças de uma população que não queria receber o menor fructo do trabalho artistico, nem considerar essencialmente digna de respeito a profissão das artes.

Sob taes principios o desanimo lavrou, e a Academia foi levada a um plano inclinado, donde só a educação do povo a poderá fazer sahir.

É verdade que o governo imperial tem cuidado ultimamente em reformal-a, em dar-lhe influencia no paiz; mas o que póde uma vontade unica, contra a vontade de uma multidão que não conhece as vantagens que se lhe offerece?... - Pouco ou quasi nada.

Mas, quando os alumnos das academias, os operarios, os empregados publicos, e industriaes, por distracção, por necessidade e por divertimento mesmo, tiverem tomado nas aulas do nosso lyceu algumas luzes de Bellas-Artes; quando o ensino pratico e theorico lhes tiver feito conhecer por experiencia propria as difficuldades com que lutam os artistas, e o talento e pericia que precisam ter para adquirir uma reputação honrosa em qualquer das especialidades da arte; quando se houver assim realizado este meio energico e persuasivo, os artistas que até agora não têm passado de uma familia de pariás da nossa sociedade, serão acolhidos com estima e veneração, e o futuro que então se lhes antolhará será bello e animador.

Além disto, que vantagens não resultarão deste ensino artistico para o povo e para a nação! Que valor não terão as obras da industria nacional, quando as Bellas-Artes tiverem enriquecido os adornos de todas as nossas producções, melhorando o seu fabrico, harmonizado as suas linhas, dando-lhes uma nova fôrma, applicando-lhes todos os recursos da natureza brasileira!... Só então se conhecerá entre nós e se demonstrará ás nações da Europa a superioridade da intelligencia americana até agora sacrificada pela rotina e pelo abandono.

O carpinteiro, o alfaiate, o canteiro, o ourives, o entalhador, e o pedreiro, bem como todos os outros operarios, pódem em breve tempo deixar de commetter os erros que caracterisam as suas obras de hoje, si quizerem applicar algumas horas das noites de tres annos ao estudo da arte que lhes é mister. Com isto deixarão de praticar os sacrilegios artisticos que os condemnam, collocando-se a par dos bons mecanicos da Inglaterra, da Allemanha, e da França onde ha muito se instituiram escolas identicas, ás quaes, como diz o Sr. Dupin, se deve a superioridade de todos os seus artefactos sobre os das outras nações.

Consequentemente, tudo se modificará: a indifferença para com os artistas ha de desaparecer completamente, e a regeneração é inevitavel; porque a mocidade que não esmorece ante as exigencias da pobreza, a está prompta para o trabalho que requer essa

reforma, e o ensino gratuito em que não acreditam os homens do *positivo* ha de justificar-se.

O entusiasmo é surpreendente e admiravel. - O Sr. Henrique Alves de Mesquita, professor de musica que acaba ha pouco de escrever a magnifica missa da festa de Santa Cecilia, talento raro e musico distincto, bem como o Sr. Francisco José Martins, habil professor de *contra-baixo* do theatro lyrico e mestre de varias *bandas* de musica militar, se offerecem, cheios de vontade e dedicação, para nos acompanhar neste philantropico empenho, ensinando a musica necessaria á pratica de qualquer instrumento.

Com este espontaneo offerecimento ficam preenchidas as cadeiras de todas as aulas do lyceu; e eu confio em que as Bellas-Artes, leccionadas pelos sabios professores que temos, livres de peias academicas, se espalharão pela nossa mocidade estudiosa de modo a satisfazerem as aspirações desta nobre Sociedade.

Este desinteressado magisterio, exercido por artistas pobres, demonstra que a arte se ennobrece dignamente e que hoje tudo vae mudando de face. Os artistas desta nova era reconhecem a necessidade da propagação da sua arte, como os apóstolos da antiguidade comprehendiam a importância do desenvolvimento do christianismo, e tudo sacrificam para chegar a esse resultado, porque felizmente o artista é o verdadeiro homem do Evangelho que não vive só do pão, mas tambem da palavra, e todo aquelle que não separar o coração da algibeira será o mesmo que um leiloeiro subordinado ás tarifas da agiotagem.

O ouro quando não é tido como um meio de subsistencia, torna-se um idolo, e o idolatra delle não serve para o sacerdocio da arte.

O espiritalismo é a alma da concepção, e o artista que se materializa empobrece a inspiração com as formulas de um mercantilismo estúpido.

- A Academia das Bellas-Artes que, como se sabe, possuia em seu gremio artistas eminentes e insignes, como o Sr. Grandjean de Montigny, via todos os seus esforços e desejos inutilizados ante as crenças de uma população que não queria receber o menor fructo do trabalho artistico, nem considerar essencialmente digna de respeito a profissão das artes.

Tal é a opinião de todos os professores do lyceu, justificada pelo seu patriótico procedimento.

- O entusiasmo que tendes manifestado em tomar sobre vós este generoso empenho, a necessidade desta associação que toda a imprensa tem acolhido benignamente e cuja utilidade ninguem de bom senso pôde contestar, é uma justa prova de que o povo está sempre prompto para acolher as idéias puras e philantropicas, e que com os vossos esforços tudo se realizará.

Demais, si como eu espero, o Sr. Conselheiro Euzebio de Queiroz não recusar a presidencia dos nossos trabalhos, a sociedade chegará rapidamente ao apogeu do seu desenvolvimento, e o horizonte das artes que se ennuviou com visos de tempestade, se aclarará bello e radioso.

Então o sol do genio brilhará sobranceiro a todo o egoismo humano, e as artes resplandecendo se fraternizarão á sombra das nossas sabias instituições.

Seja a nossa união a arca sancta em que o genio mau das artes não possa ter entrada; seja ella o receptaculo da virtude, da constancia e do desinteresse, que, como um astro de bonança, guie os nossos artistas ao templo da immortalidade.

F.J. BITTENCOURT DA SILVA.

Fonte:

BETHENCOURT DA SILVA, Francisco Joaquim. Discurso pronunciado na segunda sessão preparatoria da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1856. **O Brazil Artístico** – Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova phase). Rio de Janeiro, p. 37-42, 1^o trim. 1911.



ANEXO 3 – DISCURSO RECITADO POR JACY MONTEIRO NA SESSÃO SOLEMNE DA INAUGURAÇÃO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO, EM 20 DE JANEIRO DE 1857.

É porque trazia á memoria o atrazo em que conhecia as letras e as artes entre nós, e a pouca estima que em geral se lhes outorga com todas as difficuldades de um grande favor.

(...)

Foi pois uma suave consolação a que recebi ao ter conhecimento da reforma da instrucção publica. E a este respeito, rememorava palavras por mim pronunciadas n'uma das occasiões mais ponderosas da minha vida. Por essas palavras, que me seja relevado reproduzir aqui, reconheceréis quanto sempre taes pensamentos me deviam preoccupar em toda a parte.

“SENHOR! (dizia eu a 20 de Dezembro de 1853, ao receber o doutorado em medicina, dirigindo-me ao Imperador) bem que vossos olhares se volvam de continuo para as letras patrias, permitti ainda assim que neste dia solemne vos dirija uma supplica, que não cahirá, nós o esperamos, como uma folha inutil, a vossos pés: - O povo carece de instrucção, alimento da alma, como do alimento do corpo; quando a ignorancia e o charlatanismo penetram os umbraes dos templos da sciencia, ai desta! ai da sociedade! Em nome pois da mocidade que deixa estes bancos e que attenta para o porvir; em nome daquella outra que nos circunda; em nome do saber que se assenta em face; em nome da patria, SENHOR, continuae a lançar o vosso olhar beneficente para a instrucção publica...”

(...)

Si pois o meu pensamento dominante foi sempre o engrandecimento das letras e das artes na nossa terra, eu não podia ser alheio a esta associação. (...) O fito desta associação é bello e grandioso. Excitar a emulação, propagar o gosto, disseminar a cultura das artes, são nobres intuitos e devem conduzir a nobres fins. É para alcançar resultado tão subido que esta sociedade, organizando-se, apresentou como dois dos seus preceitos cardeaes - a creação de uma revista e o ensino publico.

Senhores. – Da educação do povo nasce a maior gloria e felicidade de uma nação.
 - Houve tempo em que a maxima da instrucção publica foi julgada pernicioso: foi quando os tyrannos eram senhores, e o povo não mais do que um complexo de escravos; quando os condes e os barões feudaes eram, para bem dizer, os unicos homens, e os seus servos da gleba apenas tanto como animaes de carga.

Quando porém a emancipação da intelligencia se foi operando; quando os individuos empregados nos *labôres* e *mistères* quizeram deixar de ser escravos, e, meditando no seu futuro, inventar e conhecer methodos de trabalho menos arduos e mais apurados, viu-se então quanto a instrucção partilhada melhora a nossa especie, quando acrisóla os costumes e a linguagem, quantas prosperidades resultam della para o bem-estar de cada um e para o augmento do Estado.

- Quando o homem, por si proprio, pôde apreciar donde o bem provirá, donde provém o mal, descobre com mais facilidade meios para chegar áquelle, remedios para atalhar este. Nas revoluções a ignorancia já o não arrasta com tanta cegueira á voragem aberta pelas paixões, pelas preocupações ou pela vingança de outrem. Medram as artes liberaes, a industria, o commercio; desenvolve-se o gosto; em summa, o homem quer e pôde ser homem, verdadeiro pae e cidadão, porque pôde acompanhar com olhos menos vendados os negocios da patria.

(...)

Fallei-vos nas artes. - É que são ellas um dos ramos da educação. Desde os tempos mais remotos, nos lugares onde são mais cultivadas, mais policiados são os costumes: manifesta-o a simples comparação dos costumes de Athenas com os de Lacedemonia.

Pela cultura das bellas-artes adquire-se o gosto do bello; a virtude parece mais digna de apreço; o homem, despindo a crosta de brutidão que o envolve, soltando-se da materialidade, de *la bête*, conforme o vocabulo significativo do Conde Xavier de Maistre (*), procura assimilar-se ao ideal que o extasia e ao qual sente remontar-se o pensamento da Divindade.

“As bellas-artes são, como diz Kératry, a consequencia directa do desenvolvimento das faculdades instinctivas e adquiridas dos homens”, e eu accrescentarei que o cultivo e o luzimento dellas são o complemento e o espécimen da civilisação de um povo, o reflexo do seu genio, o typo plastico, por assim me exprimir, de seus costumes, da importancia que dá ao futuro e do modo por que ha de recompensar o presente.

(...)

Senhores, a influencia benefica das artes é incontestavel. O selvagem que as ignora ainda quasi todas, tem uma linguagem escassa. Assim como as letras, ellas suavizam as horas arduas ou tediosas da existencia, augmentando-lhe os prazeres. “Os camponezes suissos e allemães, em cuja cabana se encontra uma Biblia e um piano, diz Chateaubriand, são muito menos grosseiros do que os camponezes francezes, sem nada haverem perdido do que os camponezes francezes, sem nada haverem perdido de suas honradez nem do seu vigor.”

O desenho é proveitoso em quasi todas as conjuncturas da vida; além do seu prestimo para todas as industrias, para as sciencias e objectos de fantasia, e nos ministra fontes mil de recreio. Por mais gravadas que fiquem na memoria de um individuo os lugares que transitou, as bellezas naturaes ou artisticas que teve occasião de esguardar, quantos traços, quantas circumstancias se não perdem com o andar do tempo! Entretanto, mediante o desenho, póde elle fixal-os, e por uns simplices rasgos, ahi lançados de momento, n’uma folha branca, resente no porvir as sensações preteritas - recorda um bello horizonte ou determina a fôrma de um monumento, e, o que mais é, dá-o a conhecer a outrem.

(...)

Á cultura das artes devem a França e a Inglaterra (posto que por modo differente pela diversidade insita das duas raças), e bem assim outras nações da Europa, o brilhante desenvolvimento commercial, manufactureiro e industrial que ostentam. A Exposição universal ultima ainda o provou: as nações que mais objectos d’arte offereceram, foram tambem aquellas que em geral mais se distinguiram em todos os outros ramos.

Cabe aqui fallar do Brazil n'essa occasião... não sei si melhor fôra emmudecer... - O Brazil nem teve ao menos uma flôr das suas florestas, ou uma pluma das suas aves para lá mandar! Alli appareceu um soberbo diamante, proveniente de nossas fecundas terras; mas já nos não pertencia (*)... Demais, que monta um diamante para a civilisação ou o adiantamento de um paiz? Significa um acaso e nada mais - é um bello achado ...

(...)

E como poderemos conseguir alguma cousa, Srs., sahir deste estado vergonhoso? - Associando-nos com firmeza e perseverança para a sustentação dos principios fundamentaes expressos no nosso Estatuto.

“L’union fait la force , é um antigo apophtegma [sic], hoje divisa da nação belga - e todos vós sabeis a que gráu de adiantamento na trilha da civilisação a tem conduzido essa famosa e verissima sentença.

“Entre os principios que cimentam a felicidade dos povos e que asseguram seu repouso, diz o Sr. Alexandre de Laborde, um há que parece abranger todos os outros; é o espirito de associação, que estabelece relações entre todas as classes de cidadãos, para se ajudarem e protegerem mutuamente, para intervirem directamente em seus interesses, para repartirem-se em uma multidão de circulos, de circumscripções que todas tendem ao mesmo fim - o desenvolvimento das sociedades, o incremento geral do bem-estar e da riqueza.”

E na realidade, são as associações o que mais tem cooperado para a civilisação do mundo, assim nos tempos antigos, como modernos. (...) É ao principio de associação que se deve a instituição das academias artisticas, litterarias e scientificas que na Europa tantos monumentos têm levantado á gloria das artes, das lettras e das sciencias.

Foi este principio que deu origem aos congressos scientificos e agricolas, cujas reuniões se verificam de tempos a tempos, em locaes differentes, tratando-se em commum dos meios de melhorar a nossa existencia, providenciando sobre os expediente de que cumpre lançar mão para bem da humanidade, sobre o impulso que deve dar á industria e ás sciencias.

É ainda ao mesmo principio applicado ao commercio que se deve o progresso deste e os extraordinarios agentes de que hoje póde tirar partido.

Ao principio de associação e de concurrencia devem a França e a Inglaterra a sua Exposição universal... (...) Está porém o espirito de associação desenvolvido entre nós? (...) - Ouvi, Srs., o que dizia eu, em agosto de 1849, ante uma associação litteraria de que fazia parte, e que morreu, como sóem morrer n'este Imperio todas as associações desse genero - á mingua de elementos:

“O espirito de associação é completamente desdenhado entre nós, poderíamos até affirmar que não existe! E para proval-o, perguntaremos: Quaes os homens, desde os anciãos até os moços - desde aquelles em que a prudencia impera ou reputa-se imperar, até aquelles em quem subsiste por ventura um fogo vario, uma tal ou qual versatilidade -, quaes os que concorrem, os que se esforçam a elevar ou conservar uma associação util de letras ou de sciencias? - Vemos apenas um pugillo, e quem o crera? mais de moços do que dos chamados prudentes! É esse exiguo numero que, pouco mais ou menos, apparece sempre em todas as nossas associações e as sustenta...

(...)

Desta maneira me exprimia então, e com motivo, estou disso convencido. Terão mudado os tempos? Terá felizmente, neste longo intervallo, avultado mais o espirito de associação? - Importa pelo menos esperal-o. Já vae algo apparecendo, mas em geral sómente no commercio. Convém todavia ponderar que não é só do commercio que uma nação deriva a sua gloria; as artes e as letras têm n'isso talvez ainda maior quinhão. Sem estas o commercio reduz-se apenas a uma troca de mercadorias em maior ou menor proporção segundo a actividade dos que o exercem; um commercio de barbaros ou de selvagens transforma-se facilmente em pirataria ou rapina.

(...)

Si o espirito de uma nação se deixa tão sómente arrastar pelo amôr do ganho, desestimando os principios vivificantes e regeneradôres da alma, ai da sua moralidade! ai da sua gloria! Poderá ser uma nação rica - nunca será uma nação esclarecida!

- Si a norma do vêzo e da usança prende os individuos de uma geração na mesma situação em que se achavam seus antepassados; si não investigam meios de melhorar sua sorte e a de seus concidadãos, e, por conseguinte, ainda menos a da humanidade, está gasto ou atrofia-se o vigor de uma tal geração. Só a philosophia, só os brados incessantes dos espiritos rectos, entusiastas e patrioticos, poderão por ventura um dia desentorpecê-la, caso conserve ella ainda algumas fibras impressiveis aos sentimentos de brio e de grandeza.

(...)

Temos comnosco dois nomes que nos devem servir de garante e ao mesmo tempo de guia. - O primeiro desses nomes, que veio unir-se á nós e marchar á nossa frente, denota o que podem a actividade e a vontade energica unidas a uma intelligencia superior: tem elle representado com honra e gloria o nosso paiz; todos vós o conheceis; não digo mais do que todos pensaes e repetis. - O outro é o symbolo vivo dos nossos desejos, desejos de mancebos cheios de inspiração e enthusiasmo; personifica o verdadeiro talento e o verdadeiro character do artista. Segui-os, Srs. ! uni-vos a elles, formem todas as vontades uma só - o florescimento deste Imperio, tão digno de altos destinos...

Uma derradeira palavra pois, e finalizo:

Eia, Srs.! Este solo é bello e exige vosso concurso, vosso esforço! Não esmoreçaes! Nem seja isto o brinco de um dia, o sonho de uma hora! Protegendo as artes, renascereis com ellas ; e no porvir vosso nome não será uma lembrança apagada ou apenas a reunião de algumas letras que nada exprimem, e para a qual os filhos de nossos filhos não terão uma lágrima nem um sorriso – não! não passareis como uns simples animalculos sobre a terra! – uma memoria, um moimento, a pagina de um livro, um busto, um painel, a inscripção de uma lapida, recordará vossa existencia ás gerações vindouras, e vosso nome será apontado como um modelo digno de imitar-se!

Fonte:

MONTEIRO, Domingos Jacy. Discurso recitado na sessão solemne da inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** - Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase), Rio de Janeiro, p. 64-84, 1º trim.1911.

ANEXO 4 – DISCURSOS RECITADOS NA SESSÃO SOLEMNE DA INAUGURAÇÃO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES DO RIO DE JANEIRO, EM 20 DE JANEIRO DE 1857.

DISCURSO DE MARIANO JOSÉ DE ALMEIDA.

- A civilização de qualquer povo está de tal modo subordinada ao desenvolvimento das sciencias e artes, e ao aperfeiçoamento dos differentes ramos de industria, que os estadistas e homens eruditos que sinceramente almejam a felicidade de sua nação, têm com afan promovido, e incessantemente lançado suas vistas para estas fontes de verdadeira prosperidade.

A França, a Allemanha, a Inglaterra, nações nas quaes, depois da Italia, mais têm sido as artes e sciencias cultivadas, em que maior impulso se tem dado ao desenvolvimento industrial, têm para si conquistado uma bem merecida importancia.

A perfeição de suas producções artisticas e manufactureiras, preferidas e acolhidas por quasi todas as demais nações, dando em resultado um grandissimo consumo, tem muito cooperado para sua riqueza, grangeando-lhes em grande parte a preponderancia de que gozam.

Facilitar pois o desenvolvimento das Bellas-Artes - uma dessas fontes de prosperidade nacional da qual é dependente a dos productos manufactureiros e industriaes - , para que o Brazil, que tantos elementos de grandeza possui e em cujos filhos concorrem todas as disposições, possa o mais breve possivel adquirir o honroso titulo de nação civilisada; eis o motivo desta nossa festividade inaugural.

A idéia grandiosa suggerida ao talentoso e incansavel propugnador do desenvolvimento das artes no Brazil, o nosso digno primeiro Secretario Perpetuo, merecerá sem duvida um apoio decidido de todos os homens amantes do progresso do paiz.

O acolhimento que essa idéia tem já recebido de muitas pessoas gradas e eminentes, entre as quaes se acha o nosso muito digno Presidente, que, descendo da elevada posição social em que o collocaram sua illustração e serviços em pró do engrandecimento do paiz, veio sentar-se entre nós, dará por certo grande vigor aos nossos pequenos, mas sinceros esforços, e tornará mais supportaveis, e talvez mesmo suaves, os sacrificios que por ventura tenhamos de fazer.

É com a perseverança, unida a estes dois poderosos meios, que contamos superar todos os obices que se oppuzerem ao desenvolvimento desta util associação.

O seculo do progresso, o seculo XIX, vae já a mais de meio de sua carreira, e em breve terá de desaparecer: si, como a velha Europa, não pudermos legar a nossos vindouros a gloria de descobertas uteis e grandiosas, deixemo-lhes ao menos, no reinado do Magnanimo e Illustrado Imperador o Sr. D. Pedro II, a herança de uma nação potente, rica e civilisada.

DISCURSO DE GAULT FILHO.

SENHORES. – Levantando o véo de modestia com o qual a sociedade nos obriga a cobrir o rosto, vejo-me obrigado a confessar-vos, por meio destas poucas palavras, que a vaidade não presidiu aos meus sentimentos, quando espontaneamente, assim como os meus consocios não artistas, quiz ter a subida honra de fazer parte de uma corporação tão nobre e cheia de talento e de esperança. Quero que haja mérito e gloria; mas estes não devem consistir sómente em dizer, em plena reunião de ignorantes, onde se queira sobresahir, que se é membro da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes, que se contribue para o seu sustentaculo com philantropicas mensalidades; não! longe de nós todo aquelle que só vaidosamente pensar.

SENHORES. – Posto não seja competente o meu conhecimento em bellas-artes, creio comtudo que devo ufanar-me de comprehender o seu fim do modo que tomo a liberdade de expôr - sustentando que o trabalho deve ser, não só o meio, mas ainda o fim do homem.

Cada um de nós traz, nascendo, uma precisão de actividade que, si não for satisfeita pelo trabalho, torna-nos o flagello da sociedade e de nós mesmos. Os que recebem a luz na opulencia, cedo dão-se aos prazeres e á sensualidade, este abismo sem fundo que depois tentam deixar e esquecer entregando-se ao ocio; de que surgem o desgosto e o enfado, estes tyrannos contra os quaes o juizo póde menos talvez do que a loucura.

O trabalho - eis pois o emprego de todas as nossas forças e faculdades, o dique de nossas paixões, o verdadeiro alvo do homem; o trabalho só emfim é o cumprimento da lei obrigatoria da humanidade.

Em todos os graus de trabalho é perante a obra que tem de ser polida, ordenada, poetizada que vem expirar orgulho e vaidade; é neste campo que o menor operario e o mais sublime artista vem ao encontro um do outro expôr sua fraqueza, unir seus esforços, e realizar verdadeiramente sobre a terra a igualdade formada pela industria.

As bellas-artes, que têm por fim particular reproduzir o bello, são as raizes mais fecundas da riqueza de qualquer nação; e por este respeito vemos que o bom operario é nem menos estimavel nem menos precioso do que o artista de mais talento.

Quantos objectos instructivos e admiraveis para o homem mais illustrado não encontrareis nas manufacturas e officinas! É bello sem duvida estudar as ricas producções da natureza; mas os differentes meios da industria, tanto para adoçar os males como para augmentar os prazeres da vida, não são tambem interessantes e dignos de se conhecer?

Si quizerdes achar o genio, entrae n'uma officina e lá o encontrareis sob diversas fôrmas.

Si um só homem tivesse sido o inventor das machinas de preparar tecidos, teria mostrado mais intelligencia do que Newton, e póde-se afiançar que nos principios mathematicos deste não ha problema algum mais difficil de resolver do que o de executar um tecido por meio de uma machina. Não é pois vergonhoso para nós Brasileiros vermos os objectos que nos circumdam reflectirem-se n'um espelho e ignorarmos como é feito este espelho; cobrimo-nos com panos e velludos e não sabermos tambem como se fabricam?!

Depois da cultura das terras, é a industria que convém mais ao homem, visto que uma e outra constituem a base fundamental de um estado bem organizado. E de quem é filha a industria? - Das artes liberaes.

Desde que a Europa está coberta de manufacturas, o espirito e o coração humano parecem ter mudado. A industria, mãe do luxo, talvez possa produzir vicios, mas tambem póde banir os da ociosidade, mil vezes mais perigosos: multiplicando os trabalhos, ella faz maior quantidade de homens gozar de riqueza e liberdade.

As necessidades respectivas da humanidade fizeram nascer o commercio; luzes, capitaes, assiduidade, tudo foi consagrado a este officio honroso e necessario. O commercio nada produz por si só e suas funcções reduzem-se a trócas; mas, percorrendo as terras, atravessando os mares, levantando os obstaculos que se oppunham á communicação dos povos, e estendendo a civilisação, torna-se de algum modo o motor do mundo.

Sem duvida, si é bello pintar os Romanos, sómente com a arte de guerra de que dispunham, subjugando tudo, nações polidas ou barbaras, despedaçando os vasos de Corintho, mais felizes em adorar deuses de barro do que as estatuas de ouro e de marfim de Phidias; é ainda mais bello ver a Europa povoada de nações laboriosas que, espalhando-se pelo mundo inteiro, parecem apropiar-o mais ao homem, agitando com o sopro vivificante da industria todos os germens reproductores da natureza - pedindo aos abismos do oceano e ás entranhas dos rochedos, ou novos sustentos ou novos alivios - fazendo volver a terra com essas alavancas do genio - estabelecendo entre os dois hemispherios, pelos progressos da navegação, essas pontes volantes que communicam um continente com outro, e passam dos tropicos aos pólos - em uma palavra, abrindo a fonte da civilisação e derramando mil canaes sobre a face do mundo. Tal é a imagem do commercio.

E donde nasceu elle, si não da industria, filha das bellas-artes ?

Mas, Srs., os filhos não podem ter existencia sem paes: o commercio brasileiro nunca poderá existir, sem que a industria nacional lhe dê nascimento. Devemos pois, nós do commercio, proteger as artes, visto serem ellas que nos devem auxiliar mais tarde, e por este motivo ao menos, ainda quando outros muitos e importantes não houvesse, concorrer de coração com todos os nossos esforços para a sustentação desta sociedade.

Taes são os meus sentimentos.

DISCURSO DE MANUEL FERREIRA DAS NEVES.

Senhores. - A providente Natureza, predispondo o homem para o estado social, dotou-o igualmente de uma admiravel tendencia para a aquisição dos meios proprios á commoda mantença da vida, assim como do mais pronunciado instincto para subtrahir-se a tudo que póde ser-lhe nocivo.

É pois por esta triplice disposição que hoje em dia se vê tantas nações distinctas, povoando e abrilhantando a superficie da terra, cada uma com seus usos, suas leis e seus costumes diversos; e das varias necessidades, e alternadas vicissitudes, por que ellas passam, é que derivam tantas subdivisões dos homens, formando sociedades menores, tendo todavia sempre em mira um fim reciprocamente util.

No Imperio Brasileiro, talvez seja esta grande cidade aquella, de todas as que o formam, que mais se avantajá no desenvolvimento desse tendencia á sociabilidade, tendencia que nestes ultimos tempos tem assignalado entre nós uma época gloriosa para o progresso das sciencias, da industria, do commercio e das artes.

É no meio deste nobre afan pelo melhoramento da humana sorte, tão varia em seus caprichos, que mais um genio entre nós surgiu, esperançoso, cheio de boa vontade, rico de bons desejos, propondo-se a converter em realidade proficua um pensamento grande e sublime, uma idéia verdadeiramente importante. Fallo, Srs., da Sociedade Propagadora das Bellas Artes, feliz invento de um artista distincto por suas habilitações profissionaes, por sua illustração e talento.

Não é meu intento, com forças tão minguadas como as que em minha debilidade conheço, tecer o panegyrico da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes, porque seu elogio está comprehendido em seu proprio nome; designado pelo Imperial Associação Typographica Fluminense, a quem generosos convidastes para testemunhar vossa festa artistica, apenas posso em seu nome felicitar-vos pela realização de uma grandiosa idéia,

para vós de louvor, e para o paiz de gloria: e tanto amais são de esperar os resultados beneficos desta Associação formada de tantas illustrações e talentos, quando vê-se com sua direcção suprema um varão egregio cujo nome symboliza sabedoria, patriotismo e progresso; um varão, a quem o paiz deve as melhores instituições e reformas de que se orgulha ante as velhas nações da Europa. - É elle o Palladio que, secundado por vossa dedicação e boa vontade, salvará, com o conceito universal de que goza, as Bellas-Artes do naufragio a que foram lançadas pela apathia daquelles que tinham por dever animal-as, e até mesmo (relevae que o diga) pelo inqualificavel descuido dos proprios artistas, que, mal comprehendendo a importancia e alcance de sua profissão ante a sociedade, têm sido os primeiros a tolerar passivos seu proprio menoscabo.

Mas emfim, Srs., chegada é a época em que Minerva reassumirá seu imperio; offereceu-se o ensejo da regeneração e progresso das Bellas-Artes; ellas vão reivindicar seus fóros, reentrar no gozo de seus direitos, conculcados de uma maneira insolita e horrivel. Deixae-me pois exclamar com o poeta de Nantua: *Nova nascitur ordo!*

Fonte:

ALMEIDA, Mariano , GAULT FILHO , NEVES, Manuel. Discursos recitados na sessão solemne da Inauguração da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1857. **O Brazil Artístico** - Revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase), Rio de Janeiro, p. 43-50, 1^o trim. 1911.

ANEXO 5 – A SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELAS-ARTES E SEUS FINS.**CAPÍTULO I.****DA SOCIEDADE E SEUS FINS**

Art. 1.º - A Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro tem por fim promover, por todos os meios ao seu alcance, a propagação, desenvolvimento e perfeição das artes em todo o Imperio.

Art. 2.º - Para conseguir este resultado, a Sociedade procurará despertar e desenvolver em todas as classe do povo o gosto pelas bellas-artes, não só como educação, mas também como accessorio essencial e indispensavel a todos os officios e industrias manufactureiras; empregando para isso, na proporção de seus recursos pecuniarios, os seguintes meios:

§ 1.º A fundação e conservação de um Lycêo de artes e officios, em que se proporcione a todos os individuos, nacionaes ou estrangeiros, o estudo das bellas-artes, não só como especialidade, mas tambem como applicação necessaria aos officios e industrias, explicando-se os principios scientificos em que ellas se baseão.

§ 2.º A publicação regular de uma revista artistica a que se adicionem estampas originaes ou cópias dos melhores trabalhos dos artistas neste Imperio.

§ 3.º A criação de uma bibliotheca, especialmente artistica, á disposição de quem a quizer consultar, pela forma que fôr determinada em regulamento interno.

§ 4.º Sessões publicas (ao menos no anniversario da inauguração da Sociedade), em que se leião escriptos sobre as artes e industrias relativas, e se exponhão os trabalhos dos alumnos do Lycêo, e outros quaesquer artefactos artisticos e industriaes.

§ 5.º Exposições publicas, em que se concedão premios de distincção aos expositores das melhores obras.

§ 6.º Concursos publicos, em que se confirão premios aos melhores trabalhos, sendo estes preferidos para ornar as galerias do Lycêo, quando a Sociedade os possa comprar.

§ 7.º Viagem dos mais distintos alumnos do Lycêo á Europa, afim de se aperfeiçoarem no estudo da arte a que se applicarem.

§ 8.º Correspondencia com todas as sociedades nacionaes e estrangeiras de igual fim, solicitando delas todos os esclarecimentos e auxilios que lhe possão dar.

§ 9.º A cooperação para o estabelecimento de outras sociedades semelhantes nas Provincias do Imperio.

Art. 3.º A sociedade compôr-se-ha de membros effectivos, correspondentes, honorarios, conservadores, benemeritos, sem attenção á nacionalidade e sexo, comtanto que sejão moralisados e que prezem ou professem as artes ou officios.

Fonte:

SOCIEDADE PROPAGADORA DAS BELLAS-ARTES. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Industria Nacional de J.J.C. Cotrim, 1871. p. 5-6.